

Rafael de Alcantara Brandi

**ARQUEOLOGIA CATARINENSE**  
**análise bibliométrica e revisão arqueográfica**

Universidade do Vale do Itajaí  
Itajaí, 2004

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO – CEHCOM  
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

**ARQUEOLOGIA CATARINENSE**  
**análise bibliométrica e revisão arqueográfica**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em História, na disciplina de Orientação do Trabalho Monográfico, pela Universidade do Vale do Itajaí, sob a orientação do professor Doutor José Bento Rosa da Silva

Rafael de Alcantara Brandi

Itajaí, 2004

Rafael de Alcantara Brandi

**ARQUEOLOGIA CATARINENSE**  
**análise bibliométrica e revisão arqueográfica**

Esta Monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Bacharel no curso de Graduação em história da Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação.

Itajaí, 01 de dezembro de 2004.

Professor Dr. José Bento Rosa da Silva  
UNIVALI - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação  
orientador

Professor Dr. José Roberto Severino  
UNIVALI - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação  
membro

Professor Msc. Paulo Rogério Melo de Oliveira  
UNIVALI - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação  
membro

## **Dedicatória**

Dedico essa monografia a minha família e amigos próximos

## **Agradecimento**

Agradeço, ao meu orientador Prof. Dr. José Bento da Silva, pela paciência na minha dificuldade com prazos; aos colegas do MOVI em especial a Michael Maia Mincarone pela ajuda dos gráficos, Jules M. R. Soto pelo apoio; aos meus amigos Jeferson Mueller, pela leitura e discussão prévia do meu manuscrito, André Schmidt, pelas conversas teórico-metodológicas, ao Alberto “Fenochio” Luciano Fronza, pelas inúmeras vezes que me agüentou explicando a metodologia; a Camila C. S. Ribeiro, por ter colocado na ABNT as bibliografias e me aturado como um namorado sem paciência; ao patrocínio, de Vania de Alcantara Brandi, Roberto Luiz Brandi, Camila Brandi de Souza, Gustavo de Alcantara Brandi, Silvio Masao Kusakawa; aos arqueólogos: Pedro Ignácio Schmitz, por doar a coleção da *Pesquisas*; Sérgio Klant, por doar as *Revistas do CEPA*; Pedro Paulo A. Funari, por enviar artigos e indicar referências; Nami, por incentivar meu estudo na Arqueologia; as bibliotecárias do MAE-USP por não reclamarem das semana que fiquei bagunçando as prateleiras; e por último e não menos importante, aos professores e colegas do curso de História da Univali.

## **Resumo**

Este trabalho não tem a intenção de ser uma obra que abarcará todos os questionamentos, ou que trará à tona a única luz sobre o tema, mas é inegável que existe a necessidade de trabalhos que visem renovar o olhar sobre as formas e formatos os quais acreditamos, muitas vezes, serem daquela forma por todo o sempre. O objetivo principal desse trabalho seria conseguir perceber as diferentes linhas arqueológicas que estiveram sendo aplicados no estado de Santa Catarina e tentar com isso buscar um paralelo de porquê Santa Catarina, um estado rico em sítios arqueológicos, ficou marginalizado no que diz respeito a espaços de estudo de Arqueologia, além dos espaços para a formação de profissionais chamados, arqueólogos. Entretanto, para alcançar o objetivo inicial fizemos uma compilação da literatura sobre arqueologia que citava o estado de Santa Catarina e a analisamos através de gráficos e utilizando o arcabouço teórico que traçamos do primeiro ao penúltimo capítulo. Discutindo as escolas e tendências, no mundo, América Latina, Brasil, até chegarmos a Santa Catarina. Onde encontramos algumas permanências de um *establishment* arqueológico, construído ainda no período militar.

## **Sumário**

Intrrodução.....	1
Arqueologias.....	5
Arqueología, social, latinoamericana?.....	32
Arqueologia Brasileira, ou Arqueologia no Brasil?.....	43
Arqueologia Catarinense: análise bibliométrica e arqueográfica .....	71
Referências.....	82
Apêndices	
Apêndice 1 .....	88
Gráfico 1. Classificações de Períodos da história da Arqueologia .....	89
Gráfico 2. Distribuição bibliográfica nos períodos da história da Arqueologia propostos por Funari (1994, 1999).....	90
Gráfico 3. Distribuição bibliográfica nos períodos da história da Arqueologia propostos por Funari (1994, 1999), com divisão entre publicados no Brasil e exterior.....	90
Gráfico 4. Distribuição bibliográfica em nacionalidade dos periódicos onde publicados. 91	
Gráfico 5. Distribuição bibliográfica por décadas.....	91
Gráfico 6. Os autores mais produtivos em número absoluto e porcentagem.....	92
Gráfico 7. Os autores mais produtivos distribuídos nas décadas.....	93
Apêndice 2. Lista da bibliografia catarinense.....	94
Anexos	
Decreto-Lei N° 25 de 30 de novembro de 1937.....	135
Lei n° 3.924 de 26 de julho de 1961 .....	141
Resolução Conama N° 001, de 23 de janeiro de 1986.....	147
Constituição 1988 de 05 de outubro de 1988 .....	152
Decreto n° 3.551 de 4 de agosto de 2000 .....	156

## **Introdução**

O começo sempre foi difícil, não importando o que queremos começar, da mesma forma que tento começar a escrever este trabalho, a Arqueologia teve suas dificuldades para ter seu início e seu desenvolvimento sempre esteve norteado de intenções nem sempre claras.

Este trabalho não tem a intenção de ser uma obra que abarcará todos os questionamentos, ou que trará à tona a única luz sobre o tema, mas é inegável que existe a necessidade de trabalhos que visem renovar o olhar sobre as formas e formatos os quais acreditamos, muitas vezes, serem daquela forma por todo o sempre. Há alguns anos atrás estaria discutindo sobre outras coisas que conceberia de maior aplicabilidade lógica e racional a toda a humanidade. Fora difícil para mim, desde do início de minha carreira estudantil, sentir meu trabalho útil para mais de 2% do mundo. Escrever sobre a história de algo pode parecer pouco aplicável, porém ao longo dos anos que passei tendo contato com professores, alunos, livros, conversas de corredores e bares, aprendi sobre o que era o poder e qual era a diferença entre ser e estar. Provavelmente, daqui a uns anos nem mais queira estudar o que estou estudando hoje, mas a importância do que estou – na verdade, do que nós estamos estudando – sempre terá sua aplicabilidade lógica e racional.

Sei que os parágrafos acima podem parecer algo o qual não está no contexto do título que você leu, mas a minha intenção com eles é te trazer para perto do meu pensar. Repensar as práticas é algo que a todo o momento necessitamos fazer, não só em nossas vidas, mas também em nossas crenças, doutrinas e ciências.

Agora me sentindo mais confortável para falar, de fato sobre o assunto o qual nos trouxe aqui, Arqueologia, ou melhor, História da Arqueologia, para não errar os

termos conceituais, uma História da Arqueologia, o nome parece ser maior que qualquer coisas que eu possa escrever, no entanto, o que escrever?

Durante a execução do meu projeto que resultou nessa monografia, o enfoque mudou várias vezes, chegando ao que considerei a melhor forma para ser feita, apesar de hoje se fosse necessário refazê-lo, o faria diferente. Coisas as quais eu concebia como racionais e coisas que achava que nunca encontraria, apareceram e desapareceram, conceitos claros para mim no começo, passaram a ser mais complexos, buracos que eu considerava erros, ou mesmo falta de vontade, percebi que eram apenas olhares diferentes. Hoje consigo olhar com uma visão mais crítica, porém menos destrutiva que antes.

A pretensão inicial desse trabalho seria conseguir perceber as diferentes linhas arqueológicas que estiveram sendo aplicados no estado de Santa Catarina e tentar com isso buscar um paralelo de porquê Santa Catarina, um estado rico em sítios arqueológicos, ficou marginalizado no que diz respeito a espaços de estudo de arqueologia, além dos espaços para a formação de profissionais, chamados de arqueólogos. Imaginei que a resposta estaria por de baixo de algum documento, ou quiçá, implícita num pequeno discurso, porém não foi tão fácil e na realidade acho que devemos explorar muito mais esse assunto, que por ventura, imagino, nunca ter fim.

Tentar escrever sobre a história de uma ciência é uma tarefa muito complexa, para não dizer holística, pois pequenos nuances podem mudar completamente o enfoque da pesquisa. Estudar a história de uma ciência nova e tentar fazer isso num único estado da federação poderia parecer mais fácil, porém de qualquer forma nos obriga a falar de todo o conjunto da História da Arqueologia, já que nada é desconexo.

Entre os historiadores da arqueologia existem duas linhas bem embasadas e aceitas: uma que estuda o desenvolvimento da Arqueologia através de suas escolas e outra que a separa em períodos cronológicos. Ambas têm suas peculiaridades que nos fazem repensar a ciência Arqueologia, porém escolher uma destas linhas poderia estar minando a configuração pretendida do trabalho, o tornando extremamente repetitivo, desta forma, proponho dividi-lo em capítulos que analisaram da História da Arqueologia em divisões geográficas do global ao local, percebendo a influência das diversas linhas arqueográficas.

Assim sendo, o texto que vocês têm daqui para frente tentará responder em seus capítulos:

### **Arqueologias**

Quando e onde a arqueologia começou? Em qual momento se tornou científica? Quais os países foram os precursores? Quais eram as reais intenções? Quais foram às escolas desenvolvidas? Como se deu a disseminação desse conhecimento?

### **Arqueología, Social, Latinoamericana?**

Houve desenvolvimento paralelo da arqueologia na América Latina? Qual foi a relação da arqueologia com as políticas nacionais e internacionais?

### **Arqueologia Brasileira, ou, Arqueologia no Brasil?**

Quando a arqueologia floresceu no Brasil? Quais são as escolas presentes no Brasil? Quais foram os principais movimentos e escolas arqueológicas do Brasil?

Quais são as idades aceitas? Quais foram os modelos propostos? Quais as principais instituições de pesquisa arqueológica no território brasileiro?

**Arqueologia Catarinense: análise bibliométrica e revisão arqueográfica**

Quais as escolas e movimentos teóricos-metodológicos encontrados no estado de Santa Catarina? Por que, Santa Catarina não possui centros de formação em arqueologia? Quais foram e/ou são as intuições no estado de Santa Catarina? Onde foi concluída a formação dos arqueólogos atuantes em Santa Catarina?

## **Arqueologias**

Partindo do pressuposto que nenhuma ciência se constitui de algo sólido e imutável, conseguiremos compreender como a Arqueologia: forma se, nomeia se e se institucionaliza. Desta forma, como as várias divisões e cismas que ocorrem dentro de uma ciência em formação ainda nos dias de hoje, sempre que possível, repensando as suas práticas, aplicabilidades e uso.

A gênese da Arqueologia é controversa como o começo de qualquer outra coisa, alguns atribuem aos italianos, outros aos ingleses, alguns aos dinamarqueses, poucos, aos primeiros exploradores ibéricos. No entanto, ninguém discute quando esta passou a ser considerada científica, sendo assim, de forma sucinta, trarei o que se acredita ser a gênese de uma idéia “arqueológica”, antes das primeiras teorias fundadas na cultura material.

Não há quem deixou de escutar sobre as famosas ruínas de Pompéia e Herculano, ou o mistério do *Stonehenge* e as maldições das pirâmides do Egito, talvez seja pelo fato de nossa história ser bastante enraizada numa cultura de busca gênica que por muito tempo tenta a legitimação de um passado glorioso e de origem Clássica. Apesar de terem sido empregados métodos de escavação, longe de serem considerados adequados, nem se preocupado com a cultura material como um todo. Sim como apenas uma forma de ilustrar um passado estético. Tais ruínas fizeram o mundo – principalmente o ocidental – olhar mais para o que tínhamos debaixo de nossos pés, não só pelas possibilidades de explicações sobre nossa gênese, mas também pelos tesouros que poderiam revelar tal solo. Nesse começo o pensamento sobre a arqueologia estava longe de ser o que imaginamos hoje, na verdade, o próprio nome arqueologia mal era clamado.

Penso que é praticamente impossível dissociar a história do estudo arqueológico com a própria história ocidental, pois desde o início, nós ocidentais tentamos explicar de onde viemos e para onde vamos. Sendo assim, na historiografia da Arqueologia existem duas linhas bem pautadas e definidas de como analisar a Arqueologia. Uma que tem sua divisão em períodos temporalmente estabelecidos e com objetivos em comum (BAHN, 1996; WILLEY & SABLOFF, 1993), por outro lado existe uma linha que prefere analisar como as diversas escolas arqueológicas se desenvolveram ao longo da história (TRIGGER, 1991; MALINA & VASÍCEK, 1990; RENFREW & BAHN, 1996; DUNNELL, 1986; HODDER, 1994), para evitar que o real objetivo deste trabalho se perca, dividirei os períodos da forma que Robrahn-González (2000) levanta no seu trabalho sobre os 150 anos da prática arqueológica e quando oportuno decorrerei sobre as escolas.

#### *Período Especulativo (1492-1840)*

Ainda que tenhamos a necessidade de sempre estar classificando o que estudamos, traçar datas inflexíveis seria travar a crítica, matando o que podemos “duvidar” posteriormente. Desta forma, as datas acima dispostas são para classificar um período, não que o começo e fim sejam claros, pois as idéias e ideais sempre estão em constante resignificação, impossibilitando que acreditemos que as mudanças sejam obtidas por fatos isolados e únicos.

Desde a expansão europeia moderna quando começou a existir trocas com novos povos de diferentes raças geográficas através do comércio de mercadorias, perguntas foram formuladas e respondidas na medida que as teorias possibilitavam. Muitas das perguntas eram por que a Bíblia não menciona esses povos que estamos

encontrando e se não há origem deles, qual será o objetivo da existência dos mesmos? Chegando a ponto de duvidar do caráter humano dos ameríndios.

Várias especulações foram levantadas sobre as origens dos povos, porém não só dos povos recém conquistados e sim de si mesmos. Nações queriam legitimar seu legado trazendo genealogias, muitas vezes fantasiosas sobre os gregos e romanos, descendências de apóstolos, ou mesmo das dez tribos perdidas de Israel. O ideal que o *Clássico* foi à época de ouro da humanidade e que durante a Idade Média os homens perderam a capacidade de empreender fazia com que os doutos recorressem de todas as formas para assegurar o poder dos líderes em relação às novas visões (DANIEL, 1977; TRIGGER, 1991).

O encontro de europeus com as civilizações Asteca e Inca, além dos resquícios da cultura Maia, fizeram com que eles recorressem as mais fantasiosas explicações, pois uma vez eles não estando citados na Bíblia, quiçá, sejam eles remanescentes do povo de *Atlantes* citada por Platão como uma terra próspera fora dos domínios da Europa que desapareceu repentinamente por ordem dos deuses zangados com a índole dos mesmos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999-2000). No entanto, após a Bula do Papa Paulo III, em 1537, a qual considerava os ameríndios como seres humanos, às discussões diminuíram – mas não cessaram, pois um século mais para frente o questionamento seria refeito – e o foco passou a ser a Ásia, pois se imaginava que lá era o berço das civilizações. A África já estava fora do contexto especulativo, pois se “sabia” que eles eram descendentes de Cam e como a Bíblia (2002) já havia deixado “bem claro”.

“...’Maldito seja Canaã, disse ele; que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!’ e acrescentou: ‘Bendito seja o Senhor Deus de Sem, e Canaã seja seu escravo! Que Deus dilate a Jafet; e este habite nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo” Gêneses 9 25,26, 27.

Sem dúvida, a todo o momento se rebatia os achados com o que o Santo Livro trazia, sempre o tendo como verdade legitimadora.

Movidos pelo apelo estético que as figuras clássicas exalavam ao mundo recém iluminado. Muitos se empreenderam a buscar os fabulosos tesouros da antiguidade, no entanto, muito mais próximos de visão comercial, na qual, os estudos sobre tais artefatos tinham por finalidade valora-los e posteriormente vendê-los aos antiquários que borbulhavam no início do século XVIII. É verdade que desde da Idade Média se encontrava material lítico (pontas de flecha, machados entre outros) e os atribuíam ao seres fantásticos oriundos das lendas e mitos os quais eles acreditavam (DANIEL, 1977), porém, a idéia não é ver desde quando os homens resignificam o passado, e sim compreender em que momento começa a existir um germe de uma Arqueologia.

O arqueólogo clássico John Romer (2001) considera o início da arqueologia nas escavações ocorridas na Itália do século XVIII, quando um ex-oficial da cavalaria da Áustria por volta do ano de 1705 encontrou em suas terras, estatuas e artefatos de valor artístico (econômico) que logo passou a comercializar com os antiquários, só que o achado não era de simples estatuas – várias outras pessoas já tinha achado artefatos soterrados –, ele havia encontrado as ruínas de uma antiga cidade que depois vieram a descobrir que se tratava de Herculano, a cidade erguida em homenagem a Hercules e coberta pelas as cinzas do Monte Vesúvio (vulcão no sul da Itália) ainda na antiguidade romana.

Logo que notícia do achamento de uma cidade do período *Clássico*, intacta, foi divulgada, muitos quiseram explora-la, porém não se sabia informações por completo de sua localização exata. Em 1736, o então príncipe da Espanha, Carlos Bourbon, em visita a Nápoles com sua esposa, Maria Amália, viram três lindas

estatuas romanas no Palácio de Nápoles e ouviram falar da tal “mina de estatuas” do ex-oficial austríaco. No mesmo momento acionaram o Conde Marcello Venutti, de Cortona, um dos antiquaristas reais para conferir a autenticidade do achado. Não só foi comprovada, como também colocou o mundo em contato com uma história “viva”, pois devido a forma súbita que a cidade foi enterrada, muitas pessoas permaneceram da mesma forma que estavam no momento da tragédia. Esse achado fez com que muito do que só se havia relato em livros pudesse ser comprovado por testemunhos materiais, porém a idéia dessa “ciência” que nascia no berço do século XVIII não tinha a pretensão de relacionar o desenvolvimento do homem ao longo do tempo no espaço e sim evidenciar e legitimar o poder do mundo de cultura greco-romana.

Apesar do foco inicial da nascente Arqueologia não ser apenas o passado grego e/ou romano, mas também as origens pré-romanas, uma grande atenção foi dada aos monumentos construídos em pedra, como o *Stonehenge* e as ruínas de *Avebury*, ambas na Inglaterra. Muitas foram as especulações sobre os antigos moradores da Inglaterra, antes mesmo da prática arqueológica começar a tomar forma, desde o século IX, com a obra *Historia Brittonum*, de Nenmo, trazia a genealogia britânica com base em Bruto, neto do grego Eneas, outros historiadores (Geofrey of Monmouth) especularam até sobre o desembarque ter acontecido no provável ano 1170 a.C. em Totnes, isso ainda no século XII. No entanto, todas essas especulações receberam maior força no século XIX, com a necessidade da legitimação do Império Britânico no fim do mesmo século (DANIEL, 1977).

Mexer com um passado mais remoto do que a cristandade não haveria de ser uma tarefa fácil, existiam teóricos judaicos-cristãos que davam datas precisas sobre o dia e hora da criação do mundo e essas não ultrapassavam os 5199 a.C., na visão

do Papa Clemente VIII, já para as autoridades judaicas, não eram maior que 3700 a.C. (TRIGGER, 1991), porém foram as datas levantadas pelo arcebispo James Ussher no livro, *Annal of the Ancient and New Testament* (1650) que ficaram sendo com as mais aceitas pelos crentes. Através das somas das idades de toda a genealogia que aparecia no Velho e no Novo Testamento, identificou o ano 4004 a.C. para ser o ano da Criação. O Dr. John Lightfoot do Colégio St. Catherine e vice-reitor da Universidade de Cambridge em 1642 foi mais fundo na questão de quando e chegou a seguinte conclusão:

“... céus e terra, centro e circunferência foram criados juntos ao mesmo tempo e nuvens carregadas de água... isto aconteceu e o homem foi criado pela Trindade em 23 de outubro do ano de 4004 a.C., as nove em ponto da manhã...”

Com estas afirmações os arqueólogos não tinham muitas possibilidades de argumento junto aos clérigos e doutos em teologia, uma vez não havendo forma de datar absolutamente, ou relativamente seus achados, eles tinham que “acatar”, mesmo de contragosto essas afirmações. Ainda nesse período foram levantadas perguntas sobre a antiguidade dos homens americanos, fazendo paralelos entre eles e os habitantes da Mongólia, pois possuíam traços em comum. Tal migração teria sido feita pelos mongóis via Estreito de Behring, apesar desta hipótese parecer nova, foi levantada em 1637 (WAUCHOPE, 1962), mas somente mais para frente foi relevada e considerada como possível.

A descoberta da Pedra de Roseta talvez seja um dos marcos para futura mudança de posicionamento científico da arqueologia. Tal pedra foi descoberta no final do século XVIII por um soldado do exército napoleônico, na ocasião no Egito, o estudo por completo só aconteceu em 1822. Quando Jean-François Champollion realizou estudos comparativos entre dois textos idênticos apresentados na Pedra, só

que um em hieróglifo egípcio e outro em grego (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000). Até então todos os estudos eram resultado de ações individuais e provenientes de descobertas casuais, sempre associadas a outros estudos, quando Isaac Newton, então presidente da *Royal Society* de Londres resolveu dividir das ciências naturais o estudo da cultura do homem, assim criando um conceito de análise para o homem “pré-histórico”, pois não mais fazia parte só da Natureza, mas era um ser “possuidor de um legado de idéias, costumes, crenças e práticas” (DANIEL, 1977).

Podemos afirmar que durante todo o Período Especulativo a predominância de estudos sem muito cunho científico, demasiadamente preconceituosos e limitados por visões religiosas fazendo da Arqueologia algo que beirava o esotérico, com pouco valor diante das outras ciências que floresciam. Imagine que durante esse período muito material tenha se perdido devido a falta de identidade das pessoas com seu passado e assim a destruição de monumentos, prédios, saques de tumbas, entre outras atrocidades, lembrado que para nós de hoje seriam considerados atrocidades, porém para os contemporâneos de tais fatos não eram tão relevantes. Fica difícil mensurarmos todas as ações deste período que é o mais longo entre todos e a própria ciência como conceito estava em formação – não que hoje não esteja mais – e muita das especulações nem se quer foram comprovadas, mas sem dúvida, sem esse período todos os outros não teriam massa crítica para conjeturar a Arqueologia como ciência.

#### *Período Descritivo-Classificatório (1840-1914)*

Com o aumento da massa crítica na Arqueologia, mesmo esta sendo especulativa, houve aberturas teórico-metodológicas para dar início a um novo período caracterizado pela descrição e classificação dos artefatos encontrados. A

utilização de outras ciências em franca ascensão, como a Geologia e a Biologia fizeram com que a Arqueologia obtivesse novos meios para efetuar suas análises e levantar suas hipóteses.

É nesse período que os arqueólogos sentem a necessidade de melhor descrever e classificar a cultura material, isto é, os vestígios materiais deixados pelas populações pré-históricas, sem dúvida, não era toda a cultura material que estava sob análise, ainda se escolhia as peças com apelo estético mais próximo ao gosto do arqueólogo, porém dentro dessa nova visão algumas seriações começaram a surgir e com isso tentativas de possíveis datações relativas.

Longe dos limites do extinto Império Romano, a Escandinávia, mais precisamente, Dinamarca, buscava auxílio para compreender seu passado e legitimar a condição de Nação – como vimos antes a Grã-Bretanha para legitimar seu poder retornava ao Império Romano, assim mostrando toda uma genealogia de reis até os atuais –, empreendeu pesquisas com a intenção de encontrar um elo com seu passado, um mito fundador, algo que fosse notável e respeitado, como algo sobre as antiguidades que eram comuns de achar por toda a Dinamarca. Vale a pena lembrar que a Dinamarca havia feito resistência ao exército napoleônico e isso custou demasiadamente caro, além de ter seus navios destruídos, teve muitas perdas em vários aspectos, inclusive o de identidade. Para lutar contra esse sentimento de derrota que pairava sobre a nação desenvolveram uma linha bem marcada por um nacionalismo crescente (TRIGGER, 1991). Seguindo nessa mesma linha, Rasmus Nyerup, da Universidade de Copenhague e coletor assíduo de peças de antiguidade dizia: *“Nossa antiguidade está escondida dentro de uma grossa neblina e pertence a um espaço e tempo que não podemos mensurar”* (ROMER, 2001).

Após as investidas de Nyerup na Arqueologia tal tema recebeu uma maior notoriedade dentro de seu país, desta forma, abrindo caminho para outras pessoas começarem a desenvolver meios de compreender seus antepassados, foi com essa intenção que Christian Jürgensen Thomsen (1788-1865), filho de um banqueiro e colecionador de moedas antigas assumiu a coleção de antiguidades levanta por Nyerup. Thomsen havia proposto um método completamente novo e particular para catalogar as peças, ele utilizava traços estilísticos como parâmetros de desenvolvimento cultural (TRIGGER, 1991). Inicialmente, ele tinha proposto esse método para conseguir datar as moedas de sua coleção que não possuíam mais a possibilidade de se ver a data impressa nelas. Com tal método foi capaz de desenvolver uma teoria que até hoje é possível de se ver citada, a teoria das três Idades: Pedra, Bronze e Ouro, cada qual, classificada pelo tipo de material que os povos utilizavam, mas não parou por aí, dentro da mesma teoria ele concebia que as populações da Idade do Ouro continuavam a fazer artefatos de bronze, daí desenvolveu outra forma de seriação, agora, pela tipologia decorativa dos artefatos, assim, criando a teoria de *Padrões* (DANIEL, 1977).

Ainda na *Escola Escandinava* temos Jens J. A. Worsaae (1821-1885), sendo o primeiro professor de arqueologia na Universidade de Copenhague, acreditava que a teoria de Thomsen pudesse ser aplicada no mundo inteiro, assim incentivado o uso de tal, mas a iniciativa a qual o faz conhecido é a da interdisciplinaridade da Arqueologia. Propunha estudos em conjunto com a Ciência Geologia e Biologia que estavam em franco desenvolvimento durante esse período (DANIEL, 1977).

Desta forma, a Geologia com seus avanços nas técnicas de análise estratigráfica e de seriações cronológicas fez com que a arqueologia pudesse sair das especulações bíblicas e alcançasse um âmbito científico. Na 10ª edição do

*Principles of Geology* de Charles Lyell, diz que o homem viveu em quatro momentos históricos, ou melhor, pré-históricos: Paleolítico, Neolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro (DANIEL, 1977; TRIGGER, 1991). Foram muitas as seqüências e seriações propostas nesse momento, cada grupo de geólogo e/ou arqueólogo tinha sua própria classificação.

Levado por essa onda de seriações o escocês Daniel Wilson escreveu, *The Archaeology and Prehistory Annals of Scotland*, sendo este o primeiro periódico de língua inglesa sobre arqueologia (1865) (TRIGGER, 1991). Wilson traz uma nova seriação constituída por quatro Idades, Pedra, Bronze, Ferro e Cristã, não era uma simples cópia da teoria de Thomsen, pois demonstrava que existiam diferenças entre os padrões dinamarqueses e os escoceses, desta forma, colocando abaixo a idéia de Worsaae, de total aplicabilidade do método ao mundo (TRIGGER, 1991; DANIEL, 1977).

Outro sistema de seriações que vale ser lembrado é o de John Lubbock, também conhecido por Conde de Avebury, ele fazia uma divisão da Idade da Pedra em Paleolítico (ou Arqueolítico) e Neolítico. Sua obra *Pre-historic Times, as Illustrated by Ancient Remains, and the Manners and Customs of Modern Savages* de 1865, influenciou em muito os arqueólogos evolucionistas americanos da mesma época (TRIGGER, 1991).

Seguindo a divisão proposta por Lubbock, Edouard Lartet, paleontólogo e arqueólogo, propõe que o Paleolítico se divide em outras fases e séries, dando as séries, nomes de animais associados com os vestígios materiais encontrados. Corroborando com essa idéia, Gabriel de Mortillet (1821-1898), geólogo, paleontólogo e posteriormente arqueólogo, desenvolve uma proposta de associação das camadas estratigráficas com os vestígios materiais, através da utilização de

*Fósseis Guias* que permitiriam obter datações relativas sobre cada estrato (TRIGGER, 1991). A teoria de Motillet ajudou em muito o desenvolvimento da arqueologia que passou a olhar mais para o contexto, tirando de foco apenas as peças e colocando no contexto outros vestígios que antes eram deixados de lado.

Para garantir a veracidade nas classificações dos materiais alguns autores se dedicam a desenvolver teorias sobre os lascamentos, eles procuravam descobrir os padrões que eram utilizados na fabricação das peças e as diferenças que havia entre uma etnia e outra. Entre os autores que iniciaram essas classificações estão, S. H. Warren (1905), publicando sobre experimentos de lascamento e Marcelin Boule (1905), ao invés de estudar o material lascado, prefere as sobras, isto é, as próprias lascas. Por coincidência e/ou influência todos esses estudos retornam as experimentações escandinavas (TRIGGER, 1991). Porém as seriações não foram às únicas coisas com que os geólogos contribuíram para a Arqueologia, contestar e comprovar cientificamente que a Terra ultrapassava a idade de 4004 a.C. imposta por Ussher e Lightfoot, devido à forma que se depositavam as camadas estratigráficas, demonstrando uma maior antiguidade da Terra, mas ainda não dos homens.

A força do cristianismo ainda era muito forte e mesmo os cientistas da época, ainda possuíam permanências de suas sociedades criadas sobre a égide da cristandade, reconhecidos nomes como o de Georges Cuvier, zoólogo, geólogo e paleontólogo, isto é, um naturalista como eram chamados, e de seus seguidores, acreditavam que o período bíblico do dilúvio teria ocorrido e devido a isso, se encontravam alguns fósseis de animais pré-diluvianos, os *Catastrofistas*, argumentavam que a Terra teria passado por várias catástrofes originadas por ordenamento divino e a última seria o dilúvio bíblico (TRIGGER, 1991)

No clima de impasse entre ciência e religião teorias evolucionistas emergiam em contraponto, de forma contundente, ao que a fé cristã-judaica acreditava. No ano de 1841 o arqueólogo Jacques B. de Perthes apresentou o que seriam as primeiras evidências de associação entre fauna extinta (paleofauna) e de artefatos de origem humana, tal descoberta fez com que a instigante questão da antiguidade do homem tivesse mais um aliado (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

No entanto, não há como tirar de Charles Darwin o título de inimigo número um da igreja da época. Em 1859, com a obra *On the Origin of Species*, Darwin desafiou as leis que regiam todas as crenças sobre uma humanidade eurocentrica daquele momento, tirando a regência da humanidade das mãos de Deus, da forma que as religiões abraônicas acreditavam e dando a *Seleção Natural* o “poder” e status de algo lógico e racional sobre a permanência de espécies sobre a Terra. Essa nova visão, não era fruto só da mente de Darwin, nesse mesmo momento existiam outros cientistas que compartilhavam de idéias evolucionistas, mas nenhum havia partido da visão que a sobrevivência dos melhores adaptados ao meio era um dos fatores mais relevantes para ser analisado. Apesar de Darwin ser completamente oposto as idéias preconceituosas suas teorias de seleção natural forma utilizadas para análises culturais (TRIGGER, 1991).

O evolucionismo influenciou demasiadamente todas as teorias científicas, na Arqueologia serviu de uma forma “bem sustentada cientificamente” de legitimar o poder de algumas minorias sobre a grande maioria (ROMER, 2001; DANIEL, 1977; TRIGGER, 1991). Com a intenção de sustentar essa idéia de superioridade – o racismo, propriamente dito – algumas teorias foram levantadas, entre elas, as poligênicas que argumentavam sobre a existência de inúmeras “criações”, que cada raça na época compreendia tinha descendentes diversos. Para nós de hoje,

contemporâneos do século XXI, isso pode parecer um absurdo sem tamanho igual – apesar do racismo ainda ser bem forte, porém escondido e naturalizado –, mas não encontramos hoje cientistas que levantem tais teorias abertamente, no entanto, essa cientificidade do racismo, auxiliada por distorções na teoria evolucionista darwiniana fez com que vários países exerçam práticas abusivas aos de raças diferente da dos europeus, e mesmo entre os europeus houve brigas sobre a autenticidade da raça mais “pura”. Muito dessas lutas racial intra-européia é devido ao sentimento nacionalista que aflorou depois da derrota de Napoleão, muitos países que haviam sido subjugados reconstruíram seus Estados em nações (TRIGGER, 1991).

Várias foram as teorias racistas de origem poligênica que foram levantadas e argumentadas, não era uma discussão nova, porém recebia muita força devido as novas teorias evolucionistas. O Conde Joseph-Arthur Gobineau (1816-1882) que publicou a obra *Essai sur l'inégalité des races humaines* em quatro volumes, entre os anos de 1853 e 1855, foi um dos autores mais citado, pois afirmava que destino da civilização estava determinando pela sua composição racial. Desta forma, teria maior sucesso as civilizações que tivessem as outras raças diluídas em meio a maioria da raça “pura” européia e que estariam fadadas a corrupção e estagnação as civilizações nas quais a maioria não fosse branca, européia e não miscigenadas (TRIGGER, 1991). Essa idéia já havia sido levantada antes de Gobineau, um bibliotecário francês Isaac de La Peurère, de orientação calvinista no ano de 1655 argumentava sobre a descendência de Adão era somente para os judeus e que existiriam para as outras etnias antecessores mais antigos que Adão, além disso, existiam pessoas que já falavam que o branco europeu era o ser mais evoluído entre as espécies (raças) de humanos (TRIGGER, 1991).

Foi nesse período que os norte-americanos, principalmente os americanos, mais desenvolveram sua Arqueologia – com aspectos bastante ligados a antropologia –, segundo Bruce Trigger (1991), os euroamericanos apesar de terem obtido avanços na Arqueologia, Antropologia e Etnografia, ainda não haviam conseguido estender algo em benefício para os nativos americanos, pois eles acreditavam em um evolucionismo linear, assim colocando os nativos como seres menos evoluídos. São inegáveis os esforços euroamericanos para a compreensão da pré-história dos “nativos”, porém na maioria dos casos eles procuravam muito mais a legitimação de estarem dominando as terras, do que, realmente elucidar o passado agrário dos povos nativos. Por algumas vezes chegaram a duvidar se os então atuais nativos eram o mesmo que outrora construíram os *mounds*, ao duvidarem disso levantavam hipóteses sobre os atuais nativos serem bárbaros que haviam matado uma cultura superior (*Mississippian Cultures* e *Moundbuilders*) e desta forma deveriam ser mortos ou domesticados para estes não tentarem se rebelar contra os euroamericanos e matarem a todos (TRIGGER, 1991).

Ao mesmo tempo em que os euroamericanos insistiam nessas teorias avanços foram conquistados, pois houve a institucionalização da Arqueologia nos EUA, com a fundação da *American Antiquarian Society* (ASS) e o *Bureau of American Ethnology* (1894), virando um braço do recém fundado *Smithsonian Institution*. Com essa institucionalização vários cargos foram abertos para arqueólogos, praticamente toda cidade de porte maior, havia um museu e um arqueólogo, nesse mesmo período se forma a primeira turma de doutores arqueólogos em solo americano pela *University of Harvard*. Lembrando que apesar dos avanços os então arqueólogos acreditavam na superioridade branca e ensinavam Arqueologia nos departamentos de Antropologia e não de História e as

coleções estavam associadas a museus de história natural e não aos de belas-artes como era de costume na Europa. Apesar de haver esse viés dos nortes-americanos em uma arqueologia evolucionista, bem marcado, pelos escritos de Morgan e Taylor que defendiam que para uma sociedade ascender seria necessário passar da selvageria para a barbárie e por fim serem civilizados. Encontramos antropólogos como Franz Boas que lutavam contra essa visão reducionista, dizendo que era necessário uma perspectiva mais detalhista e descritiva, ou, um “particularismo histórico” de cada etnia (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Podemos afirmar que durante o Período Descritivo-Classificatório houve um incentivo a institucionalização da Arqueologia, passando a ser ferramenta nacionalista para geração de identidade das populações com o território, ainda sobre as luzes do Iluminismo. Apesar da França e Inglaterra estarem como centros da arqueologia nesse momento – devido ao papel das duas nações na Revolução Industrial –, grande parte do conhecimento metodológico foi proveniente de países considerados menores (como a Dinamarca), os EUA entram em cena com uma outra visão especulando meios de legitimidade deles em relação as terras recém conquistadas.

As excessivas aproximações que ocorreram nesse período entre as ciências naturais (Geologia e Biologia) provocaram uma crença num evolucionismo cultural, marcado por uma seqüência geológica, ainda hoje podemos ver claramente heranças dessas práticas em alguns discursos.

A popularização da Arqueologia e da pré-história é fruto deste período, foi nele que o banqueiro Heinrich Schliemann descobriu uma possível Tróia no oeste da Turquia, que a equiptologia floresceu com os achados nas pirâmides ainda não, completamente, saqueadas. Desta forma, gerando uma visão do arqueólogo,

explorador, destemido, isto é, romantizado, Glyn Daniel (1977) diz que nessa época era muito fácil encontrar livros de romance sobre descobertas de mistérios arqueológicos e que o público gostava muito desse tipo de literatura. Bruce Trigger (1991) tem uma frase que pode esclarecer muito sobre o que foi esse período, “*na metade do século XIX as especulações ainda eram maiores que os dados coletados*”.

### Período Histórico-Classificatório (1914-1960)

Como pudemos ver no período anterior as diversas linhas arqueológicas estavam se fundamentando e desenvolvendo pressupostos-teóricos-metodológicos próprios, deixando bem claro uma “cisma” entre Europa e EUA, o primeiro com uma Arqueologia voltada para o próprio passado, fazendo emergir um nacionalismo e o segundo, tratando a Arqueologia como uma forma de demonstrar a inferioridade dos povos os quais eles estavam aproveitando as terras. Esse racha ficou mais marcado durante o período histórico-classificatório devido ao papel que o EUA passou a ter como país forte e com políticas geo-econômicas para os demais países latinos, além da homogeneidade americana no pós Segunda Guerra Mundial.

Foi no começo do século XX que a Arqueologia norte-americana começou a tomar um rumo bem diferente da Arqueologia européia, nesse período os EUA se estabeleceram como um país de vanguarda e fomentaram importantes pesquisas em diversas áreas, inclusive na Arqueologia, nesse momento não poderiam compartilhar do mesmo objetivo de Arqueologia que os europeus. A intenção européia estava muito mais ligada a construir um possível passado de suas atuais população do que legitimar o novo Estado intruso a um território antes ocupado. As diferenças nos objetivos não fizeram com que alguns detalhes não fossem

compartilhados, não houve uma enormidade – como nos períodos passados – de especulações, claro que estas existiram, porém agora o rigor era bem mais científico e cobrava um método de seus arqueólogos para que suas teorias realmente tivessem aporte sustentável.

A teoria levantada por mais de um método foi a do Difusionismo, a primeira vista poderia parecer uma teoria que muito responderia as perguntas que vinham sendo feitas por toda a história escrita da humanidade, se conseguíssemos, através de métodos arqueológicos, explicar as origens de nossas nações, do nosso povo, poderíamos alcançar a *Ciência* de quem somos, e de onde viemos. A prática difusionista era uma ótima desculpa, ou melhor, justificativa para o liberalismo que vinha em franca ascensão, não se desligava de vez de uma visão evolucionista, seja biológico ou cultural, também não descartava a questão de que os arqueólogos em atividade na época faziam parte do mundo fruto de uma Revolução Industrial, européia em sua origem, que estava civilizando o mundo, assim como, já o fazia desde as descobertas de outras culturas mais “primitivas”.

Como vimos nos períodos anteriores, a arqueologia pré-histórica ganhou força por mexer com o “mistério” do passado não revelado pela escrita, muitas foram as especulações e as romantizações sobre os antepassados, perguntas foram levantadas sobre a origem desses homens, mas não podemos nos esquecer que também havia a necessidade de legitimar o poder e ações que alguns países tinham, por exemplo, a Inglaterra desde de muito cedo buscava uma gênese romana para legitimar seu poder.

A teoria Difusionista foi desenvolvida sobre influência do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1901) que acreditava que nada poderia ser inventado independentemente, tudo havia sido inventado por um grupo e os outros o

copiavam. Muitos outros arqueólogos que eram de uma linha mais evolucionista acabaram aceitando de bom grado a linha difusionista que acabava explorando a questão de “hereditariedade da inteligência” dos povos europeus. Seu início na Arqueologia foi inaugurado por Gustav Oscar Montelius (1843-1921) que desenvolveu estudos de âmbito continental, tentando descobrir diferenças ecológicas que pudessem inferir mudanças nas culturas. Ele não previa raças, apenas discutia sobre as origens civilizatórias dos europeus, dando ao leste (oriente) o título de berço da civilização (TRIGGER, 1991).

No entanto, tal teoria foi extremamente utilizada como justificativa para o poder imperialista ser colocado em prática, tanto para os americanos, quanto para os europeus. A maior diferença é que na Europa a prática desse tipo de ação nacionalista levou a fortes crises e guerras de grandes proporções. Desde do avanço de Napoleão sobre os demais países da Europa, a política dos países na ocasião ocupados era a de se voltar para a história “oficial” de seu país e mostrar como, desde de um passado longínquo na remota pré-história eles já eram grandes, que possuíam legitimidade sobre a terra e que sua raça era melhor que a das outras nações.

Nessa intensa busca pela gênese e legitimação alguns arqueólogos passaram a acreditar que os homens teriam um estado “puro” que se deteriorava com a miscigenação, que a habilidade de criar estava relacionada à origem de sua raça, grupo ou etnia, isto é, a um determinismo biológico. O nome Gustaf Kossinna (1858-1931), foi um nome bem escutado na Europa do começo do século passado, seu trabalho de 1911, *Die Herkunft de Germanen* (A Origem dos Germanicos), foi considerado como a racionalização e comprovação científica da pureza ariana em

relação às outras raças e culturas, fortemente utilizada pelos nazistas como aporte de suas atitudes eugenistas e imperialistas (TRIGGER, 1991).

Com a intenção de comprovar as afirmações os arqueólogos nacionalistas desenvolviam métodos históricos-classificatórios para encontrar os centros de dispersão que julgavam ser suas nações, sem dúvida, houve um grande desenvolvimento metodológico, principalmente o classificatório. Um dos maiores expoentes desse momento foi Gordon V. Childe, australiano, filho de um ministro da Igreja Anglicana, estudou culturas clássicas na *University of Sydney* e Arqueologia pré-histórica na *University of Oxford*, Inglaterra, opunha-se a *Escola Escandinava* de Arqueologia que estudava o homem pré-histórico, estando mais em sintonia com os franceses e ingleses, pois seu método era mais relacionado a cultura material, possuía uma forte tendência socialista sobre o materialismo histórico. Na sua obra *Dawn of European Civilization* (Alvorecer da Civilização Européia) de 1925, demonstra ter influência das teorias de Kossinna, sobre a superioridade ariana, combinada com as teorias histórico-classificatória (difusionistas de Montelis). Desta forma, várias aproximações históricas foram feitas tentando dar a cada nação uma particularidade, legitimando o posicionamento de algumas nações européias diante de suas colônias e povo (TRIGGER, 1991).

Na questão americana as coisas se sucederam um pouco diferente, sem dúvida, o difusionismo foi uma teoria utilizada e aplicada na América, mas com suas particularidades, como vimos no início desse período começa a haver uma cisma entre as escolas européias e a escolas americanas. Com influência das teorias difusionistas, Franz Boas (1858-1942), traz para a América sua perspectiva histórico-classificatória e sua visão cultural-relativista que previa os indígenas como povos possuidores de capacidade criativa, porém os arqueólogos e antropólogos

americanos ficam apenas com a visão histórico-classificatória, baseada num difusionismo determinante biológico e destruidor da capacidade das populações nativas (TRIGGER, 1991).

Como afirmava em 1913, Berthold Laufer, etnologista americano, existia uma falha nos sistemas americanos de classificação e seriação com base nas estratigrafias. Então esse foi o carro chefe das pesquisas durante o início do século XX, alguns arqueólogos como Nels C. Nelson (1875-1964) e Alfred Kidder (1885-1963) desenvolveram métodos de classificação próprios para os EUA, ambos haviam participado de escavações com arqueólogos europeus. Kidder participou como auxiliar do arqueólogo alemão, Max Uhle, nas escavações dos *shellmounds* da Califórnia, já Nelson, participou de escavações de sítios na França, Espanha e Egito (TRIGGER, 1991).

Um dos frutos desse intercâmbio de técnicas entre europeus e americanos foi o livro de Kidder, *An introduction to the study of southwestern archaeology* (Uma introdução ao estudo da arqueologia do sudoeste) de 1924, ele dava nomes a quatro períodos que iam da pré-história até os tempos atuais: *Basket Maker* (Fazedor-de-cestos); *Post Basket Maker* (Pós-fazedor-de-cestos); *Pre-Pueblo* (Pré-Pueblo); e *Pueblo* (Pueblo), cada período desses, ou cultura, como ele chamava, era associado a algumas variantes regionais (TRIGGER, 1991).

Nos anos seguintes outras teorias – de base difusionista e evolucionista cultural – foram formuladas, entre elas a de W. C. McKern que em 1939, liderava um grupo de arqueólogos no meio-oeste americano e desenvolveu o *The Midwestern Taxonomic Method* (O Método Taxionômico do Meio-oeste) a finalidade desse método era estudar grandes quantidades de material coletados por amadores em regiões, as quais, era bem conhecida a estratigrafia. Utilizavam uma “perspectiva

histórica direta” que relacionava as atuais fixações indígenas com o material coletado nesses sítios, assim possibilitando a análise de existência, ou ausência de traços em comum, desta forma, estabelecendo padrões (TRIGGER, 1991; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000). No entanto, tal teoria não fazia inferência a comportamento humano e sim a classificação das adaptações das culturas através de seus vestígios materiais (TRIGGER, 1991).

Seguindo a mesma linha dos demais arqueólogos da escola americana G. R. Willey e Phillip Phillips desenvolveram uma cronologia cultural por regiões, aplicando as teorias de difusão, através de padrões culturais e centros de dispersão, porém sem levar em consideração as inovações particulares, já que não acreditavam na capacidade inventiva dos indígenas (TRIGGER, 1991). Com o advento da datação absoluta por  $C^{14}$ , pelo químico Willard Libby em 1949, as cronologias ficam mais bem definidas, gerando novos subsídios para as discussões sobre a antiguidade do Homem na América, provocando inúmeros questionamentos das rotas de migração e difusão (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Todo esse processo de desenvolvimento da Arqueologia processual americana (*Escola Funcionalista*), vertendo para uma linha imperialista e inconcebendo a possibilidade de criatividade e “evolução” tecnológica de outros povos diferentes dos europeus, fez com que a ciência Arqueologia nos EUA caísse numa desilusão, porém novas perspectivas passaram a ser ponderadas ainda no final da década de 1960. Já no continente europeu o caminho foi outro, principalmente no pós-guerra e nos anos que sucederam, todas as ciências humanas passaram por reformulações críticas e autocríticas, questionando suas aplicabilidades, meios e fins.

### O Período Moderno (1960-2004)

O Período Moderno é quando os arqueólogos têm a percepção que as práticas da arqueologia estiveram sempre influenciadas por forças exteriores, fazendo com que a escolha de uma linha de estudo influenciasse no resultado da análise, principalmente no que diz respeito ao comportamento das populações pré-históricas.

No ano de 1959, Joseph Caldwell em seu artigo *The New American Archaeology* (A Nova Arqueologia Americana) publicado na renomada revista *Science* deu início ao movimento que depois passou a ser conhecido como apenas *New Archaeology*. Um dos maiores interlocutores dessa nova arqueologia foi Lewis Binford, acreditando nos seguintes conceitos: a Arqueologia não é uma ciência descritiva e sim explanatória, com finalidade de explicar o passado humano, fazendo uso explícito de teorias; baseando a na Filosofia da Ciência, propõe desenvolver análises sobre processos culturais ou, ainda sobre mudanças ocorridas nos sistemas sociais e econômicos de determinados grupos humanos, fazendo uso de generalizações e “leis de dinâmica cultural”; através de análises estatística seriam formulados modelos, assim testando as hipóteses; adoção de Teoria Geral de Sistemas, tendo como procedimento básico a identificação e caracterização de padrões culturais, e os dividindo em três subsistemas, tecnológico, social e ideológico; as pesquisas deveriam resolver questões específicas e não mais acumular informações obtidas aleatoriamente em campo; desenvolvendo uma noção ecossistêmica, estabelecida nas relações entre cultura e meio-ambiente (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Apesar da *New Archaeology* ter seu berço nos EUA os europeus fizeram uso e deram suas contribuições. David Clarke é um dos arqueólogos processuais que

aderiram as idéias da *New Archaeology*, trazendo muitos avanços em relação a aplicação e uso de técnicas quantitativas, além do uso multidisciplinar (TRIGGER, 1991).

Com essa bandeira de aplicabilidade prática, a *New Archaeology* se espalhou pelo mundo e obteve muito retorno, porém não conseguiu ir muito longe no que diz respeito a explicações de cunho comportamental, seus padrões e modelos estabelecidos não escapavam de uma visão neo-evolucionista, na qual, concebia alguns determinismos como explicações comportamentais. Seus trabalhos se voltaram a aspectos funcionais e/ou ecológicos, deixando de lado aspectos cognitivos e simbólicos, porém fizeram com que o foco da Arqueologia deixasse de ser apenas descritivo, desenvolvendo ferramentas analíticas e mostrando a necessidade de explicar os pressupostos da pesquisa, esse processo é bem descrito por David Clarke como “*a perda da inocência*” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Foi na década de 1960 que a *New Archaeology* se instaura, porém sua base já vinha de muito tempo antes ainda nos ideais funcionalistas. No entanto, essa mesma década ficou conhecida por diversos movimentos sócio-culturais de amplitude mundial em diversas áreas do conhecimento e suas reverberâncias atingiram inúmeros âmbitos, dos movimentos de contra-cultura americana aos movimentos feministas, sem se esquecer dos ecológicos, todos eles tinham uma coisa em comum, questionar a forma que as coisas estavam andando.

Esses questionamentos tomaram conta de várias estâncias e na Arqueologia não foi diferente nas décadas que seguiram (1970 e 1980), tiveram uma grande diversificação no que diz respeito a escolas críticas, pós-críticas e autocríticas. Toda as ciências humanas estavam passando por uma reformulação desde da Segunda Guerra Mundial, se questionavam em relação a objetivos e aplicações. Muitas das

discussões que estavam sendo feitas no âmbito da História foram transferidas para a Arqueologia, principalmente na Europa, onde nunca havia tido rupturas entre a História e a Arqueologia.

Dentro da historiografia e nítido movimento que a história da História passa a ter, a *Escola dos Anales* nas décadas do pós-guerra passa a ter força e ganham o mundo nos meados do século XX, as teorias marxistas ganham mais força do que nunca para contrapor o positivismo liberal que estava sendo liderado principalmente pelos EUA. Revisões historiográficas são feitas para compreender o papel da História na história do mundo, porém apesar dessas escolas, teorias e movimentos ganharem força cada vez mais se precisa saber, mas luz é necessária e maior é a crítica, nesse berço as idéias de Michael Foucault recebem uma notoriedade, principalmente na década de 1980 com sua idéia “arqueologia do saber” (FOUCAULT, 1986).

A Arqueologia bebe na mesma fonte e passa a rever suas posições ao longo dos tempos, inclusive no seu passado recente com a *New Archaeology* e sua visão processualista (*Escola Processual*), com isso, temos o movimento que depois passa a ser uma escola, os pós-processualistas. Na sua grande maioria, os europeus passaram a contra dizer a forma como se praticava Arqueologia. Chamá-los de escola é um pouco difícil, pois existem diversas divisões dentro dos pós-processualistas, mas o que todos têm em comum é rever as práticas, isto é, rever métodos, objetivos e compromissos. Partindo desses princípios podemos chamar de *Escola Pós-processual*, podemos acreditar que não pode haver um método que possa compreender plenamente como se deram os eventos humanos do passado (WILLEY & SABLOFF, 1993). Sendo assim, prefiro chamar de *tendência pós-processual*.

Foi na tensão entre processuais e pós-processuais que houve as definições de algumas das tendências que vem sendo seguidas pelos arqueólogos de todo o mundo. Trabalhos de etnoarqueologia conseguiram subsídios para relacionar cultura material ao comportamento, testando hipóteses e desenvolvendo teorias (BINFORD, 1967; GOULD, 1967; LEE, 1979). A etnoarqueologia gerou discussões dos que a aprovam como uma teoria utilizável (CHANG, 1967; HODDER, 1982) e os que execram com ferramenta de análise (BINFORD, 1967; GOULD, 1982), muitos desses críticos a etnoarqueologia são da *Escola Processual*. As analogias podem ser dadas de duas formas, direta ou indireta, a indireta utiliza modelos gerais elaborados com base em sociedades ao redor do mundo (*Cross Cultural Analogies*), ou a direta que é quando os modelos são testados em contextos arqueológicos do próprio grupo contemporâneo (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

A Arqueologia Histórica cresceu muito nesse período uma vez que vários estudos sobre as ocupações humanas no pós-Conquista e ocupações medievais em solos europeus fizeram com que pudessem testar e contestar métodos de análise comparando a cultura material com a documentação escrita (THOMAS, 1988). Era de se esperar que somente após a maior abertura política dos países em âmbito geral a arqueologia histórica pudesse ganhar força, uma vez esta tendo o poder de contestar a “veracidade” da história oficial que já vinha sendo contada há muito tempo.

Como já foi falado a Arqueologia repensada começa a ser questionada por alguns pesquisadores, o questionamento é se ela pode ser considerada uma ciência, ou uma forma ficção, já que os autores (arqueólogos) ao interpretar o passado, sempre envolvem as opiniões, sensações e vivências próprias, desta

forma, influenciando nas análises, assim provocando uma pseudo-objetividade (SHANKS, 1987; TILLEY, 1989).

Uma das variantes pós-processuais é a hermenêutica, definida e defendida por Hodder (1985) que visa o estudo das relações de poder, ideologia, e estrutura, de contextos específicos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000). Ainda temos a arqueologia crítica que baseasse em um discurso neomarxista e propõe lidar com elementos simbólicos e cognitivos dos indivíduos (LEONE, 1982; PATTERSON, 1989; PREUCEL, 1991).

Outra das diversas linhas da *Escola Pós-processual* é a que estudo o gênero, por muito tempo as mulheres foram esquecidas nas análises, tal negligência por parte dos arqueólogos era devido não necessidade que eles viam em estudar o gênero feminino no âmbito arqueológico, muitas vezes se limitando apenas a análises rasas e extremamente diminuidoras. Somente nas duas últimas décadas que a arqueologia começou a olhar para esse problema (GERO & CONKEY, 1991; CLAASSEN, 1992; WYLIE, 1991).

Nos últimos anos os arqueólogos das diferentes escolas têm se esforçado para integrar as diferentes contribuições e enfoques, tentando maximizar as ações uma vez cada qual tem seus pontos fortes e francos (PREUCEL, 1991; REDMAN, 1991; SPAULDING, 1988; WATSON, 1991; TRIGGER, 1991).

### Conclusões

Nos diversos períodos tivemos inúmeras escolas que no seu início muitas nem tiveram a intenção de ser escolas, nem ciência, porém desde o início um dos fins era saber como os povos do passado viviam. Claro que algumas atrocidades do ponto de vista atual foram feitas, algumas generalizações racistas foram feitas e

seguidas por décadas e ainda permanecem como fenômenos de longa duração, sem contar os diversos disparates que houve sobre a natureza comportamental dos homens.

No entanto, temos como perceber a Arqueologia como uma ciência própria, não como um ramo da Antropologia, ou uma forma de comprovar a História, ela possui métodos próprios, teorias e pressupostos únicos que fazem dela algo coeso. Não existe dificuldade em ver que há um movimento ao longo do tempo sobre o que se concebia sobre a Arqueologia e o que se concebe hoje pela mesma, e que tal movimento não tende a estagnar.

Dessa forma, estudar a História da Arqueologia, ou mesmo parafrasear Foucault, estudar a Arqueologia da Arqueologia é algo que devemos fazer para melhor compreendermos para onde estamos indo e de onde viemos.

## **Arqueología, Social, Latinoamericana?**

Homogeneizar a América Latina é no mínimo ser reducionista, claro que existe muito em comum entre os povos da América Latina. No entanto, dizer que todos compartilham da mesma realidade cultural e científica seria minimizar diferenças claras e oriundas de diferentes práticas que foram e vem sendo tomadas por séries de governos, em muitos casos opressores e na grande maioria sem possibilidades de empreender grandes projetos arqueológicos para seus países. Desta forma, conceberei a América Latina, como todos os países do continente americano que falavam línguas latinas e são considerados países em desenvolvimento, com exceção do Brasil, por trata-lo isoladamente no próximo capítulo.

Gustavo G. Politis e Benjamin Alberti (1999), deixam bem claro as dificuldades que a Arqueologia latino-americana encontra em relação à aceitação e mesmo de reconhecimento das práticas e teorias por parte dos euroamericanos e europeus. Os autores levantam alguns dos problemas da Arqueologia latino-americana, como por exemplo, dificuldade em relação à língua por parte da maioria européia e anglo-saxônica, criando desta forma, um fosso entre os blocos. No entanto, esse não é o único problema levantado, muitos dos arqueólogos do mundo “desenvolvido” duvidam dos métodos e conseqüentemente, nos resultados da Arqueologia latino-americana.

Politis (1999) questiona sobre quem são os arqueólogos latino-americanos, colocando-os, como aqueles que tiveram parte de suas formações em universidades latino-americanas, ou estrangeiros que trabalharam por muitos anos em sítios latino-americanos. Essa distinção feita é necessária, pois muitos dos arqueólogos ditos

latino-americanos, acabam por ser estrangeiros que não compreendem completamente os valores e identidades da Arqueologia latino-americana como, prática, teoria e instrumento de mudança identitária.

Devido a esses questionamentos, após estudos no exterior os dois autores argentinos acima citados, resolveram dar maior visibilidade à arqueologia latino-americana com um livro em língua inglesa, *Archaeology in Latin America*, que reunisse teóricos latino-americanos que discutissem as arqueologias praticadas em seus países de origem para desmistificar alguns dos preconceitos por parte dos arqueólogos estrangeiros. A primeira vista pode parecer estranho um livro em língua inglesa, sendo uma das maiores preocupações das tendências latino-americanas seja a identidade latino-americana. Porém escolher, nesse caso, o inglês como língua científica tem como intenção mostrar quanto os arqueólogos latino-americanos, se encontram sintonizados com as tendências arqueográficas globais.

Apesar de no primeiro capítulo utilizarmos a divisão por períodos (WILLEY & SABLOFF, 1993) e discutir as escolas dentro dos períodos (TRIGGER, 1991), para a América Latina fica um tanto quanto impossível, uma vez ela não sendo homogênea (POLITIS, 1999). Como o enfoque desta obra não está especificamente na América Latina, acabarei falando mais sobre as semelhanças entre os latino-americanos, tentando ao máximo não ser tendencioso na apresentação.

Como vimos antes, não podemos afirmar a existência de uma linha única para a arqueologia latino-americana, pois ela é um resultado de desenvolvimentos regionais e nacionais, muitas vezes independentes dos vizinhos. Muitos dos arqueólogos latino-americanos no começo do século XX, baseavam-se em suas próprias experiências. Desta forma, gerando situações de desentendimentos entre os arqueólogos que acabavam desacreditando no discurso dos demais arqueólogos,

muito disso é pelas práticas serem extremamente voltada o estudo de sítios isolados (POLITIS, 1999).

Algo que podemos afirmar é que existe uma divisão bem nítida entre a prática da arqueologia na América Latina na primeira metade do século XX e na segunda metade, principalmente no pós-guerra (1945). A influência econômica norte-americana sobre os países latino-americanos gera distorções em algumas linhas de estudos científicos como afirma Pedro P. A. Funari (2001), quando diz:

“A Arqueologia como disciplina tradicionalmente se sente despreocupada com as implicações mundanas em suas práticas, como se a ciência pudesse estar livre dos interesses do Estado, grupos e indivíduos”.

Os países colonizadores da América Latina, Portugal e Espanha, não contribuíram com fortes influências na Arqueologia latino-americana, para não dizer nenhuma influência. Logo a Arqueologia latino-americana como ciência de fato, é um advento do século XX no máximo do fim do século XIX, se consideramos as incursões de estrangeiros e casos como o do chileno, Medina (1872) (POLITIS, 1999).

O período histórico-classificatório (1914-1960) tinha como um dos objetivos, principalmente, na corrente européia, de identidade nacional, bastante ligada à construção de um passado grandioso para legitimar o Estado que se formava. Alguns países latino-americanos tentaram utilizar essas categorias para se constituir, mas existiam algumas incoerências. Os países que possuíam grandes números de indígenas no seu povo, não os dava voz. Distorciam alguns discursos para tirar força dos movimentos indígenas. Com exceção ao México que teve sua revolução nacionalista e com isso “gerou” uma série de cientistas nacionalistas e identitários. Vale citar que existiam os arqueólogos latino-americanos que utilizavam

aproximações histórico-culturais de orientação marxista, sobre a influência de Gordon V. Childe (POLITIS, 1999; SANOJA & VARGAS, 1999).

Já a tendência norte-americana ganha mais força ainda na primeira metade do século XX a influenciar os países latino-americanos (TRIGGER, 1991; FUNARI, 1999; LÓPEZ, 1999; POLITIS, 1999). Vindo de uma cisma com a Arqueologia europeia, no que diz respeito a objetivo, já que ao invés de procurar uma identidade nativista, procurava sim, uma forma de estudar como ocorreu a involução (conceito bem aceito para os arqueólogos da época) dos nativos indígenas. No entanto, como vimos no capítulo anterior isso implicou em visões deterministas e preconceituosas (TRIGGER, 1991). Essa configuração mais “neutra” da Arqueologia norte-americana cabia melhor a maior parte dos governos latino-americanos que continuavam com as práticas exploratórias dos antigos colonizadores.

Alguns projetos foram colocados em prática ainda na primeira metade do século XX e já começavam a promover desenvolvimentos na Arqueologia latino-americana. No Peru, podemos falar sobre os *peruvianistas* liderados por Julio Tello, que estudaram as comunidades andinas sobre uma perspectiva bem enraizada na tradição norte-americana, com ênfase no estudo do contexto e função da cultura material coletada, procurando generalizações casuais (SCHADEL & SHIMADA, 1982).

Como resultado das influências norte-americanas na Arqueologia latino-americana podemos falar de dois livros que foram constituídos sobre a perspectiva funcionalista norte-americana, *The Handbook of South American Indians* (1946-50), qual o editor-arqueólogo do *Smithsonian Institution*, Julian Steward, organizou em seis volumes sobre uma ótica de aproximação histórico-cultural. Além do *Aboriginal Cultural Development in Latin America: An Interpretative Review* (1963), também

publicado pelo *Smithsonian Institution*, só que agora com Betty Meggers e Clifford Evans como editores. Ainda existia uma visão funcionalista, porém mais sintonizada com as tendências difusionistas e neo-evolucionistas (TRIGGER, 1991).

As duas obras mostram como e em qual velocidade as tendências norte-americanas se espalharam pela América Latina, uma boa mostra da influência sobre os arqueólogos latino-americanos é a diferença entre o número de participações de arqueólogos latino-americanos nas duas publicações. Em menos de 20 anos, período que separa uma publicação da outra, metade dos 14 autores do *Aboriginal Cultural Development in Latin América: An Interpretative Review* eram arqueólogos latino-americanos, enquanto o *The Handbook of South American Indians* não quase não contou com arqueólogos latino-americanos (POLITIS, 1999).

Na segunda metade do século XX os arqueólogos latino-americanos começam a desenvolver métodos próprios, ainda sobre influência norte-americana na grande maioria, apesar de existir alguns locos sobre influência de escolas austro-germânicas (*Kulturkreis*), ou francesas (POLITIS, 1999; LÓPEZ, 1999; FUNARI, 1999; LANATA & BORRERO, 1999).

A influência francesa pode ser mais notada na América do Sul do que na América Latina como um todo. José M. López Mazz (1999) estuda a influência dos franceses e afirma que ainda hoje podemos ver fortes marcas deixadas, principalmente, no estudo de material lítico que para muitos países foi inaugurado pelas missões francesas; no estudo de arte rupestre com as categorias de estruturalismo; e também nos métodos de campo, como a *décapage*. No entanto, são as ações políticas dos governos dos países latino-americanos que mais influenciavam as Arqueologias (POLITIS, 1999).

Considerando que a *Escola Processual* é enraizada no behaviorismo aliado a um positivismo, tendo como linha uma “visão sistemática da cultura” que acredita que as mudanças no meio-ambiente são determinantes nas mudanças culturais (POLITIS, 1999). Essa escola fica desconexa com as ciências sociais e humanas praticadas na América Latina na primeira metade do século XX, afastando os arqueólogos latino-americanos da prática linear funcionalista de aproximações histórico-culturais de orientação europeia por trabalhos orientados a visões adaptativas, formação de sítios, tafonomia e outras análises processuais. (POLITIS, 1999; SANOJA & VARGAS, 1999).

Não há como duvidar da contribuição da *Escola Processual* americana (*New Archaeology*) na Arqueologia latino-americana, porém muitas das categorias de análise foram, e são, utilizadas de forma distorcida, acabando por gerar um caos metodológico (LANATA & BORRERO, 1999). Além de possuírem uma orientação positivista vulgar que levou a análises linearistas cheias de preconceitos, visões reducionistas e determinismos (FUNARI, 1999, 2001).

Nesse ínterim, alguns arqueólogos latinos americanos começaram a completar seus estudos em universidades estrangeiras, com maior frequência nas norte-americanas. O arqueólogo argentino, Alberto Rex González, foi estudar na *University of Columbia*, EUA, porém não se tornou um mero produto da tendência americana. González desenvolveu trabalhos sobre estruturalismo e simbolismo (categorias pouco estudadas pelas tendências norte-americanas naquele momento) nas sociedades do noroeste argentino (POLITIS, 1999).

O mexicano Manuel Gamio foi outro latino-americano que estudou na *University of Columbia*, EUA. Destacou-se ao voltar para casa, considerado um dos discípulos de Franz Boas, fez o primeiro projeto consciente do México (BERNAL,

1979). Politis (1999) fala mais sobre Gamio, o considera um filho da Revolução Mexicana, pois ele acreditava que a Arqueologia era um instrumento para mudanças sociais.

Gerardo Reichel-Dolmatoff, apesar de ter nascido e estudado na Áustria, pode ser colocado na mesma esfera dos demais arqueólogos latino-americanos. Chegou na Colômbia no final da década de 1930 e lá fundou o *Departamento de Arqueología de la Universidad de los Andes*. Trabalhou para a sistematização do tempo-espaço na Colômbia, com exceção das regiões do Rio Orenoco e Amazonas que estavam sendo estudadas pelos norte-americanos. Podendo ser considerado como o pioneiro em práticas de etnoarqueologia na América Latina, fazia analogias das etnias viventes com os vestígios arqueológicos que encontrava em suas escavações. Utilizava idéias de cunho difusionista europeu e ainda hoje suas influências são percebidas na Arqueologia colombiana (POLITIS, 1999).

Os arqueólogos latino-americanos acima citados são alguns dos muitos arqueólogos que contribuíram para o que, posteriormente, seria considerada “Arqueologia Social Latino-Americana”. Tal movimento não pode ser considerado como uma escola e sim uma tendência que vem se constituindo desde meados do século XX (POLITIS, 1999).

Corroborando as idéias acima, podemos citar a afirmação de Gustavo G. Politis (1999):

“No entanto, seria injusto olhar para a Arqueologia Latino-americana com uma reflexão passiva de estrangeiros, essencialmente a influência norte-americana”.

Com isso, a Arqueologia Latino-americana tem suas bases em diversos países que compartilham de idéias em comum dentro do que podemos chamar de

uma tendência, porém por não apresentar traços bem marcados metodologicamente, não há como considerá-la uma escola.

Como vimos no capítulo anterior a *New Archaeology* (*Escola Processual*) tem seu início na década de 1960 e influência a América Latina com reverberância das políticas imperialistas americanas. Parte dessa influência foi mais acentuada por virtude da Revolução Cubana, gerando a preocupação de outros países latino-americanos aderirem ao bloco socialista. Quando tal dicotomia fica clara os EUA dão apoio logístico a governos autoritários por toda a América Latina para que “abafem” possíveis focos de levantes comunistas. Desta forma, destruindo com a possibilidade de criar massa crítica nas ciências sociais e humanas. (IANNI, 1978).

A tendência da Arqueologia latino-americana é marcada pela crítica a *Escola Processual*, uma vez essa tendo sido imposta, muitas vezes por governos autoritários e não por contemplar os problemas de diferenças sociais existentes na maioria dos países latino-americanos.

Durante as décadas posteriores a de 1960, os governos militares em alguns países afrouxaram o cerco contra os intelectuais, assim, os arqueólogos latino-americanos começaram a intensificaram suas críticas a *New Archaeology*. Para fazer suas críticas retornaram com antigas categorias de análise, entre elas a de orientação marxista, no caso a *Escola Funcionalista* de Gordon V. Childe em caráter de *neo-funcionalista* (VARGAS & SONOJA, 1999).

Desta forma, a Arqueologia Social Latino-americana, por alguns autores é considerada com parte da *Escola Pós-processual* que é fundamentada em uma arqueologia crítica a *Escola Processual* americana e foi “iniciada” na University of Cambridge na Inglaterra, por Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley durante a década de 1980 (FUNARI, 1989, 1999; POLITIS 1992).

Discutir se a Arqueologia Social Latino-americana é ou não percussora da *Escola Pós-processual*, considero que tem menor importância, pois o que vemos na realidade é uma mudança de postura por parte dos arqueólogos da América Latina, ao contraporem os efeitos do neoliberalismo e neocolonialismo. Além disso, como vimos antes à Arqueologia latino-americana utilizou categorias já existentes para analisar o contexto arqueológico, isso é bem claro no discurso dos arqueólogos venezuelanos de Iraida Vargas Arena e Mario Sonoja (1999):

“Arqueologia social na América Latina não se esforça para ‘descobrir’ novas categorias históricas, mas está preferindo tentar reformular as existentes e desenvolver o potencial de outras as quais podem ser usadas em um caminho tácito”.

As raízes da Arqueologia Social Latino-americana são oriundas dos movimentos sociais indígenas e das minorias étnicas em geral, porém estudos de sobre gênero ainda são incipientes (POLITIS, 1999).

Os arqueólogos latino-americanos utilizando as categorias marxistas, ultrapassam a visão de funcionalista Childe e começam a produzir arqueográficas bem marcadas pelas categorias marxistas, analisando o contexto arqueológico latino-americano (POLITIS, 1999; VARGAS & SONOJA, 1999), sendo elas, *La Arqueología como Ciencia Social* (LUMBRERAS, 1974); *Antiguas Formaciones y Modos de Producción Venezolanos* (SONOJA & VARGAS, 1974); e *Marxismo y Sociedades Antiguas* (BARTRA, 1975).

Essas primeiras publicações em nível latino-americano são frutos do Congresso de Americanística de 1970, Lima, Peru, infelizmente, o congresso contou com uma pequena participação de arqueólogos latino-americanos. Entretanto, começaram a haver encontros para discutir essa nascente arqueologia latino-americana.

Um dos encontros da década de 1970 que agrupou o maior número de arqueólogos latino-americanos foi o de Teotihuacan, México em 1975, patrocinado pelo INAH (*Instituto Nacional de Antropología e Historia*), contando com a presença de Luis Lumbreras (Peru), Eduardo Matos (México), José Pérez (Argentina), Julio Montané (Chile) e Mario Sanoja (Venezuela).

A conclusão geral do encontro foi publicada no livro *Hacia una Arqueología Social* (LORENZO, 1976). A partir de então os trabalhos da arqueologia social latino-americana passaram a ser orientados, em uma mão, pela discussão conceitual sobre materialismo histórico aplicado a Arqueologia (BARTRA, 1975) e outra mão, a interpretação do dado arqueológico usando uma aproximação histórico-materialista (SANOJA & VARGAS, 1974).

Na década de 1980, por iniciativa do arqueólogo chileno, Luis Felipe Bate e suporte do *Instituto Panamericano de Geografía e Historia*, foi organizado um grupo de cientistas sociais latino-americanos que discutia sobre a base conceitual da Arqueologia Social Latino-americana. Os anais de tais encontros nunca foram publicados e recentemente Bate (1998), publicou o esboço das discussões (VARGAS & SANOJA, 1999).

Nos anos seguintes, vários outros grupos foram formados e diversos encontros ocorreram e através deles se caracterizou a tendência da Arqueologia Social Latino-americana que trabalha bem próxima dos estudos de história dentro de uma visão de totalidade. A noção de “totalidade” utilizada com uma relativa, mas concreta, caracterização de oposição ao particularismo, relativismo ou concepções absolutistas da totalidade (VARGAS & SANOJA, 1999).

Atualmente, a Arqueologia social latino-americana tem se voltado a trabalhos com perspectivas mais específicas como: bio-arqueologia; utilização e matéria-

prima; antigos estágios na produção de alimento; exploração da fauna; processo formativo de sítios; e etnoarqueologia (LANATA & BORRERO, 1999).

Como vimos no início deste capítulo, as Arqueologias na América Latina não seguiram, obrigatoriamente, os passos das Arqueologias européias e norte-americanas. Tiveram suas significações e ressignificações próprias, porém sofreram influências de todas as duas linhas e ainda hoje é possível ver as permanências de tais práticas.

Desta forma, temos que concordar com Politis (1999) que diz que a Arqueologia latino-americana é um mosaico de práticas, teorias e métodos, portanto cada vez mais é necessários trabalhos sobre arqueografia latino-americana, existindo a importância de se olhar para os diferentes desenvolvimentos em planos nacionais.

## **Arqueologia Brasileira, ou, Arqueologia no Brasil?**

Podemos começar esse capítulo perguntando: existe uma Arqueologia propriamente brasileira, ou o que existe, são práticas e métodos estrangeiros aplicados no Brasil?

Pedro Paulo A. Funari (1994, 1999), discute que existe uma falta de conhecimento, por parte da população em geral, da Arqueologia brasileira, sempre a relacionando com uma prática aventureira em outra parte do mundo, como Europa, Egito e EUA. Sendo grande parte desse desconhecimento relacionado à forma que a Arqueologia foi desenvolvida no Brasil.

André Prous, arqueólogo de origem francesa que trabalha no Brasil a mais de 30 anos, autor do livro *Arqueologia Brasileira* (1992) na apresentação de sua obra diz:

"...existiria, portanto, alguma coisa do remoto passado indígena que mereça o mesmo interesse que as grandes civilizações do México e do Peru? Existe, e a pré-história brasileira tem sua importância no quadro mundial."

Já Cristina Barreto (1998, 1999, 1999-2000), não acredita em uma Arqueologia Brasileira, em seu artigo *A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil* (1999-2000), diz:

"Mantendo-se isolada, a arqueologia brasileira não só absorveu muito pouco dos debates e avanços teóricos do cenário internacional das últimas décadas, como também não chegou a se constituir em uma arqueologia nacional, particularmente concebida para os problemas do passado brasileiro e, menos ainda, em uma arqueologia nacionalista, voltada para a afirmação de idéias nacionais."

Não são muitos os trabalhos que se propõem a estudar a história da arqueologia brasileira (BARRETO, 1998, 1999, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 1992). Cada autor propõe uma divisão

própria relacionada a algum acontecimento ou tendência, para melhor compreendemos como desenvolveu a Arqueologia no Brasil, neste trabalho acataremos a classificação segundo períodos de Funari (1994, 1999).

### Período Colonial (1500-1822)

O período colonial brasileiro é marcado pela visitas de navegadores estrangeiros – todos os que aqui vinham naquele período eram estrangeiros – com a intenção de reconhecer o terreno o qual iriam aproveitar. Apesar de ser o maior dos períodos da história do Brasil, sem dúvida é o menos documentado.

O pouco que sabemos dele é oriundo de diários de viajantes e tratados de naturalistas, ou gravuras feitas pelos mesmos. Não havia a intenção de fundar centros de estudos de qualquer natureza e a entrada dos naturalistas não era muito bem vista pela Coroa Portuguesa.

O período colonial brasileiro se enquadra dentro do que os historiadores da Arqueologia, WILLEY & SABLOFF (1993), chamam de Período Especulativo (1492-1840). Como vimos no primeiro capítulo, a Arqueologia começa a se configurar nesse momento. Porém, no caso brasileiro, ficamos apenas como objeto de estudo e não formador de algo.

Já que não era interesse de Portugal que o Brasil possuísse meios de desenvolver qualquer coisa. A realidade brasileira era ser objeto das especulações sobre a origem de artefatos encontrados, de monumentos pré-históricos, escassos no caso brasileiro. Entre os viajantes dessa época, podemos ressaltar: Conde de Gouneville (1504) Yves d'Euvreuz (1613-1614), Gabriel Soares (1587), Frei Gaspar de Carvajal (1542), Padre Anchieta (1554-1594), André Thevet (1575), Jean de Léry

(1578) e Hans Staden (1547) além de outros (FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Do período da descoberta até a data de 22 de abril de 1639, não havia porquê estudar os ameríndios, uma vez esses não serem considerados humanos e sim animais que falavam (MENDONÇA DE SOUZA, 1991). Após a Bula do Papa Urbano VIII (1639), que acabava com a discussão de quase um século e meio, os ameríndios ganham definitivamente suas almas, porém *"as autoridades colônias não procuravam incentivar o estudo das culturas indígenas, cujo resultado só poderia despertar o já incipiente nativismo brasileiro"* (PROUS, 1980).

Entretanto, ainda no século XVI houve quem legitimasse religiosamente a origem e genealogia dos ameríndios, Paul Rivet (1958) em sua obra *"As origens do homem americano"*, diz:

"Não é pois de admirar que fossem buscar e achassem os colonizadores do no Novo Mundo entre as tribos judias, como forma de coonestar a Bíblia. Esta tese aparece pela primeira vez em Arlius Montanus, autor da Bíblia Poliglota, publicada em Atuérpia entre 1569 e 1573. Em 1571, o mesmo sábio espanhol editou um mapa-múndi, onde figurava a original concepção? Dois filhos de Jectão, bisneto de Sem, filho de Noé, povoaram o Novo Mundo: Ophir chegou ao noroeste da América e daí ao Peru; Jobal colonizou o Brasil"

Nos primeiros séculos após o descobrimento a atividade especulativa no Brasil não foi tão intensa quanto em outras colônias européias na América, a falta de culturas urbanizadas e insipiência de ouro, não fazia do Brasil o lugar mais provável para uma Eldorado, sendo assim o pau-brasil era a melhor e mais rentável fonte.

Apesar dos jesuítas terem um papel de importância para a compreensão de alguns aspectos culturais e conhecimento de mitos locais nos primeiros séculos. O déspota esclarecido, Marques de Pombal, encarregado da restauração portuguesa, em 1759, proíbe a permanência dos Jesuítas em solo colonial português. No

entanto, não proíbe apenas os jesuítas como quase todos os naturalistas de adentrarem na Colônia Brasil, assim provocando um "*hiato na literatura de interesse arqueológico e etnográfico, devendo-se, as contribuições existentes, a padres de outras confissões, ou naturalistas a serviço de Portugal*" (MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

A expulsão da ordem Jesuíta toca no cerne do estudo dos ameríndios, pois nesse momento a mão-de-obra indígena passa a ser resignificada como mão-de-obra de escravos, provavelmente, isso provoca um efeito de longa duração, talvez até maior que o de 1639 (o índio ser humano). Fazendo com que mesmo após a abertura dos portos em 1808 e com ela a vinda de missões estrangeiras de cientistas, por todo o século XIX e parte do XX, existam permanências bem sólidas sobre a incapacidade indígena e a não necessidade de estudá-los como cultura e sim, como algo curioso.

Iniciado o século XIX, a Europa vivia não só o avanço de Napoleão, como mudanças nos paradigmas científicos ocasionados por todo o período Iluminista. Devido ao avanço de Napoleão a Família Real Portuguesa se muda para o Brasil e provoca a abertura dos portos em 1808. Com a abertura o Brasil se torna um paraíso para os naturalistas (MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Algo que não poderia passar despercebido, foi criação da "Casa dos Pássaros", Rio de Janeiro, no ano de 1784. Na realidade, o nome oficial era "Casa da História Natural" que servia como local de preparação dos espécimes e adornos indígenas que seriam enviados para Lisboa. Tal espaço serviu como base para criação do futuro Museu Real, depois Museu Imperial e posterior a proclamação da república, Museu Nacional (LOPES, 1997). Isso demonstra que apesar de insipiente, existiam algumas possibilidades de desenvolvimento.

Houve várias expedições científicas nos anos seguintes, porém a de maior destaque foi à expedição Pohl. Ela contava com Johan Emanuell Pohl na coordenação e Karl Friedrich Philipp von Martius, Johan von Spix e Johannes Natterer, na equipe (MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Destes, o que mais se destacou na etnologia foi von Martius que de 1818 a 1821, percorreu São Paulo, Minas Gerais e o litoral dos estados da atual Região nordeste. Sua contribuição serviu como base teórica para início das pesquisas científicas no Brasil, sendo ele o primeiro a agrupar as populações em classes diferentes, além de efetuar estudos lingüísticos e de migração (MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Outro naturalista foi Saint-Hilaire que desde 1816 esteve fazendo pesquisas pelo Brasil inteiro, sobre vários aspectos e particularidades das populações nativas e colonizadoras do Brasil (MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Desta forma, esse período é caracterizado por poucas referências que se limitam a descrever os habitantes do Brasil sobre uma ótica eurocentrica, isto é, interpretavam a cultura indígena através de suas próprias culturas (FLEISCHMANN & ASSUNÇÃO, 1991), apesar de se considerarem “neutros”. Também é possível vermos que a pesquisa de cunho etnográfico desse período é colocada dentro das Ciências Naturais e não nas Ciências Sociais e Humanas, essa herança perdura até hoje no Brasil. Atualmente, o movimento etnoarqueológico da *Escola Pós-processual* vem ganhando força e os relatos desse período estão sendo utilizados como uma rica fonte para compreensão de algumas práticas e vida cotidiana dos ameríndios. (FUNARI, NEVES & PODGORNÝ, 1999).

### Período Império Brasileiro (1822-1889)

Foi no Brasil imperial que o floresceu como não apenas objeto como, também sujeito da Arqueologia mundial, parecendo que estaria andando junto com os demais países do mundo.

Um pouco antes da instauração do Império Brasileiro, quando ainda o Brasil era a sede do Império Português, o então rei D. João VI, decreta em 1818 a criação do Museu Real e a extinção dos cargos do Museu Real de Lisboa (LOPES, 1997).

Para alguns historiadores da Arqueologia do Brasil, o segundo período da Arqueologia brasileira, seria em 1870 com a divulgação da carta de Lund sobre a artificialidade dos sambaquis (PROUS, 1992). Cristina Barreto (1999-2000), inicia este período ainda no século XVIII com a vinda dos naturalistas incentivados pela especulação iluminista. Já Alfredo Mendonça de Souza (1991), retarda um pouco o início desse segundo período o colocando posterior as pesquisas de Lund em 1840. Por que não terem desenvolvido mão-de-obra nacional, apenas utilizando o Brasil como objeto, seguimos Funari (1994, 1999). Acreditando que a mudança na política brasileira foi uma forte incentivadora desse período, pois modificou os objetivos sobre o conhecimento do território brasileiro e suas peculiaridades.

Peter Wihlhelm Lund, naturalista dinamarquês, discípulo de Cuvier – portanto catastrofista – veio ao Brasil como explorador do Museu de Copenhagem, Dinamarca, no ano de 1825. Coleta uma porção de material e leva para a Dinamarca quase a totalidade, deixando uma pequena porção para museus brasileiros. Retorna a região da Lagoa Santa em Minas Gerais, em 1833, para fixar moradia e pesquisar a região. Faz incursões a mais de 800 cavernas e encontra grandes quantidades de material de fauna extinta pleistocenênica associado a vestígios de ossadas humanas (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991;

PROUS, 1992). Tal achamento, faz Lund repensar as teorias catastrofistas as quais compartilhava com Cuvier, além de ir de encontro com suas crenças religiosas católicas, pois escreve (LUND, 1935):

“...à vista dos fatos que acabo de me referir, não pode pois, restar dúvida alguma de que a existência do homem neste continente data de tempos anteriores à época em que acabaram de existir as últimas raças dos animais gigantes... Vemos pois, que a América já era habitada em tempo em que os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do Velho Mundo, e que os povos que naquela remotíssima época, aqui habitavam, eram da mesma raça que os habitantes desta região nos tempos do descobrimento. Estes dois resultados, na verdade, pouco harmonizam com as idéias, geralmente aceitas, sobre a origem dos habitantes desta parte do mundo”

Lund, após evidenciar a possibilidade de algo que questionasse a Bíblia – que naquele momento era considerada, não apenas uma base religiosa como também científica – e os ensinamentos de seu mestre catastrofista, Cuvier, se retira do meio científico com a justificativa de problemas de saúde:

“Provavelmente dou por terminados os meus estudos das cavernas, não tanto por me faltar vontade e desejo de continuar meus trabalhos nem tão pouco por carência de material, mas em parte em consideração à minha saúde, razão esta que entretanto seria remediável, visto ter adestrado alguns hábeis discípulos, que me poderiam aliviar muito o trabalho; o principal motivo, porém, desta minha resolução é não poder arcar com as despesas que esses trabalhos acarretam”.

Prous (1980) não considera convincente a justificativa de Lund e escreve:

“notando as semelhanças progressivamente maiores (falaríamos hoje de evolução) entre as formas sucessivas que encontrava, Lund parece ter começado a duvidar da teoria catastrófica de Cuvier, intuindo uma teoria evolucionista que seria exposta pouco depois (em 1884) por Darwin e Wallace. Cristão convicto, correspondente e parente do bispo Kierkegaard, Lund poderia temer que seu Universo tradicional vacilasse”.

Funari (1999), levanta a questão dogmática que há no Brasil por todo esse período e se arrasta ainda hoje, pois a tensão entre religião versus o progresso

científico, travava – e trava – batalhas intensas e nem sempre a ciência saía com a “vitória”.

D. Pedro II, foi um dos grandes incentivadores da ciência no Brasil, custeou várias expedições tanto no interior como no litoral brasileiro. Todas utilizando o então Museu Imperial – agora Museu Nacional – como ponto de partida para as expedições e visando encontrar potenciais de inúmeras áreas: Botânica, Zoologia, arqueologia, geologia entre outras (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999). Devido a essa fase de incentivos a pesquisa arqueológica que no momento tinha uma grande ação de amadores em busca de cidades perdidas Mendonça de Souza (1991) a chama o período de “Dos primeiros arqueólogos brasileiros à busca das cidades perdidas”.

A criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) também é desse período e enfatiza a consolidação nacional e criação de uma identidade nacional. Muito dos financiamentos de D. Pedro II eram para encontrar a legitimação do Brasil como império, porém a ausência de arquiteturas monumentais como as dos Incas, Astecas e Maias fizeram o interesse – e os fomentos diminuírem (FERREIRA, 2001).

Uma das mais famosas expedições do período no Brasil foi a *Thayer Expedition*, dirigida por Louis Agassiz, integrada por Frederich Hartt e James Orton, em 1865. O naturalista Agassiz era defensor convicto da poligenia e autoctoniedade dos nativos para o continente americano (MENDONÇA DE SOUZA, 1991; TRIGGER, 1991). Entre os expedicionários estava Frederich Hartt, responsável por vários trabalhos sobre a Arqueologia brasileira amazônica, iniciador do ciclo de estudos dos norte-americanos no Amazonas (MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Tal influência norte-americana ainda não era a mais forte na recém inaugurada Arqueologia brasileira, Ladislau Netto, estudante em Paris, retorna ao

Brasil em 1869 e é contratado pelo Museu Imperial como naturalista. Correspondente assíduo de sociedades européias e norte-americanas de Arqueologia e Antropologia faz a primeira síntese da Arqueologia brasileira (NETTO, 1885).

Mesmo insipiente, começou a haver mão-de-obra de arqueólogos estrangeiros que estavam no Brasil para pesquisar e ensinar, além de começar a existir alguns trabalhos científicos, mesmo ser de arqueólogos “profissionais”, que especulavam a antiguidade do homem no Brasil (CAMPEMA, 1876; LACERDA, 1878; LACERDA & PEIXOTO, 1876; RATH, 1871; VARNHAGEN, 1849; WIENER, 1876).

#### Primeira República (1889-1920)

Esse se trata do primeiro período republicano do Brasil, mesmo essa república tendo sido instaurada por militares e não havendo grandes mudanças em relação a quem possuía poderes estabelecidos e sim das suas configurações. Existem alguns fatores que fizeram a Arqueologia brasileira ganhar um fôlego, mas logo depois perde-lo.

Como vimos no primeiro e segundo capítulos, a arqueologia norte-americana ainda não estava difundida para a América Latina e as escolas européias possuíam mais apressado por parte dos intelectuais latino-americanos (POLITIS, 1999; POLITIS & ALBERTI, 1999). No Brasil não foi diferente dos demais países da América Latina, os museus tentavam seguir as tendências européias, acadêmicos estudavam em universidades do continente europeu, a língua científica era o francês e o Brasil vivia sua *Belle Époque*.

Com as mudanças na mão-de-obra do Brasil, de escrava para assalariada com a abolição da escravatura em 1888 e a valorização do café no exterior. O estado São Paulo passa a ganhar uma força que inicialmente era econômica e logo passa a ser política. Devido a tal mudança o pólo cultural que antes era o Rio de Janeiro passa a ser a São Paulo, capital do estado.

A elite cultural paulista clamou por um museu aos moldes europeus e que não devesse nada para o, agora Museu Nacional. O processo de formação não foi fácil, começou com a doação de coleções de particulares paulistas, que possuíam gabinetes de curiosidades, muitos sem catalogação e outros preceitos museológicos vigentes na época (LOPES, 1997).

O Museu Paulista, também conhecido com “Museu do Ipiranga” foi fundado em 1894 e inaugurado em 1895, teve como seu primeiro diretor Hermann von Ihering, naturalista alemão que trabalhara no Museu Nacional como zoólogo, porém como era comum na época, se dedicava a botânica, etnologia (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999).

Como antropólogo, etnólogo e arqueólogo, Ihering, foi extremamente criticado por compartilhar e acreditar – como grande parte dos arqueólogos europeus como Gustaf Kossima e Gordon V. Childe – em teorias eugenistas e difusionistas, nas quais, colocavam os alemães como “raça superior”, chegando a falar publicamente que para o Brasil crescer era necessário exterminar índios e negros (FUNARI, 1994, 1999; PROUS, 1992). Ihering, talvez por suas convicções preconceituosas, não acreditava que os sambaquis eram construções feitas pelos nativos ameríndios e sim concheiros naturais (FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 1991).

Pedro Paulo A. Funari (1994, 1999) diz que apesar das idéias de Ihering, serem racistas, elas não estavam muito desconectadas do que o *establishment* arqueológico do decênio de 1960 por parte dos militares e norte-americanos.

Da mesma elite paulista, outros nomes também fizeram parte das, então, novas pesquisas arqueológicas brasileiras. Como o de Ricardo Krone (1909) que em seus trabalhos falava com convicção científica que os sambaquis eram artificiais e que os encontrados mais afastados do atual nível de costa eram mais antigos, pois o mar antes esteve mais alto (FUNARI, 1994, 1999), essa afirmação precedeu em muito os estudos sobre o nível de costa no Brasil e no mundo.

O Museu Paraense, também é desse período, reformulado no ano de 1894, porém fundando ainda no começo do século XIX (LOPES, 1997). Hoje conhecido como “Museu Paraense Emílio Goeldi”, devido ao diretor que executou a reformulação, o sueco Emílio Goeldi, naturalista e ex-expedicionário do Museu Nacional, se fixa em Belém. O museu ficou bastante conhecido pelos estrangeiros, pois dela saíram as expedições para o Amazonas, umas das áreas mais exploradas arqueologicamente do Brasil, junto da Lagoa Santa, Minas Gerais.

Esse período de formação e reformas museológicas é chamado por Barreto (1999-2000) como “Era dos Museus”, que termina um pouco antes de explodir a Primeira Guerra Mundial, porém se arrasta até o início da década de 1920.

#### Os anos de 1920 a 1940

Apesar de Funari (1994, 1999) chamar o período de “*Os anos de 1920 a 1940*” compreende-se para esse período, de 1920 até o final da década de 1940. Esse período é exclusivo, da classificação de Funari (1994, 1999), os demais autores (BARRETO, 1998, 1999, 1999-2000; MENDONÇA DE SOUZA, 1991;

PROUS, 1992) não fazem distinção desse período, que para o Brasil tem uma importância ímpar. Uma vez que os modelos políticos, culturais estão em franca mudança, a economia, antes em ascensão, passava por crises internacionais. Além disso, ainda havia as heranças da Primeira Guerra Mundial, *crack* de 1929 da bolsa de Nova Iorque e toda a Segunda Guerra Mundial e suas implicações em todo o mundo.

O Brasil viveu no início da década de 1920, algo que se houvesse repercutido em vários âmbitos sócio-políticos-culturais brasileiros, talvez hoje o Brasil tivesse uma configuração completamente diferente. Sei que trabalhar com o “se” na história é perigoso, porém a riqueza cultural estabelecida por movimentos culturais desse período poderia reformular a política dos “velhos”, conservadores.

Apesar de haver uma grande importância nas revoluções internas do Brasil – desse período – como a Revolução Paulista, implantação do Estado Novo, iremos nos atentar mais as práticas ditas *Modernistas* que estavam em voga nesse período.

Durante esses anos o Brasil viveu movimentos intelectuais com a *Semana de Arte Moderna de 1922*, autores como José Roberto do Amaral Lapa (1981) traçam algumas influências das idéias “modernas” sobre a História:

“É possível, sem forçarmos a nota, estabelecer uma conexão entre o movimento modernista e a geração de historiadores que em grande parte contribuiu para o atual estágio do conhecimento histórico brasileiro, partindo da premissa de que não é necessário ter militado no Modernismo para ser modernista. As idéias modernistas, estas sim, afetaram o nosso conhecimento histórico e historiográfico...”.

Funari (1994, 1999) não deixa claro se o Modernismo atingiu, ou, não, diretamente a Arqueologia, autores latino-americanos como Politis (1999), dizem que não foi apenas no Brasil que não houve grandes influências na Arqueologia por parte de movimentos modernistas. No entanto, Barreto (1998, 1999, 1999-2000),

afirma no caso brasileiro não houve influência na Arqueologia, já que esta estava confinada nos museus.

De qualquer forma, houve produção nesse período, as de maiores destaques foram as como o *Guia de Pré-História Brasileiras* de Aníbal Mattos (1938), e *Introdução à arqueologia brasileira* de Angyone Costa (1933), sendo estes os primeiros compêndios da Arqueologia brasileira (FUNARI, 1994, 1999).

Fato importante desse período é a construção da primeira universidade do país, a Universidade de São Paulo (USP) que na década de 1930 traz estrangeiros, em grande parte franceses, para lecionar e formar uma massa crítica acadêmica brasileira que estará em evidência nas décadas seguintes.

Partindo do que temos nesse período, podemos pensar que estudar esse “entre anos” talvez possa nos dar maior visibilidade de como a Arqueologia passa a ser gerida no Brasil. Concebo da mesma forma que Lapa (1981) que não é preciso forçar para vermos influências em todas as áreas, talvez não seja da forma que pretendíamos e queríamos. Todavia, frutos desses movimentos são visíveis, como a construção de universidades, formação acadêmica que levará ao período seguinte, no qual, sem exceção, todos os historiadores pontuam como o relevante (BARRETO, 1998, 1999, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 1991).

Não ficaria fora de contexto citar a criação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, como uma reverberação do movimento Modernista, pois com essa lei é a base para preservação do patrimônio histórico brasileiro, com a necessidade de registro dos bens protegidos em um livro tomo (Anexo I).

### O início da pesquisa universitária (1950-1964)

Nos anos que sucederam após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil gozou do seu maior período de democracia, muito disso devido a participação de soldados brasileiros na guerra a contra o Eixo na Europa que após o retorno estabeleceram uma base para a derrubada da ditadura no país. (FUNARI, 1994, 1999).

Eclodiram vários centros de pesquisa arqueológica no Brasil, a USP com o Instituto de Pré-História, 1953; na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), 1956; e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com o Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), 1957 (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; SCHMITZ & VERARDI, 1996). Vale a pena lembrar que o Museu Nacional, desde 1935 já possuía em seu quadro de funcionários, professores de Arqueologia, desta forma denotando atividade acadêmica (BARRETO, 1999-2000; COSTA, 1980).

Esse quadro acadêmico pode ser significado pelo aumento industrial nas regiões Sul e Sudeste, e com tal aumento começou a haver volumosos recursos para serem utilizados com fins culturais (FUNARI, 1994, 1999). Como vimos no item anterior, outros locais do país continuavam com seus centros de pesquisa, amadora e profissional.

Durante a década de 1950, houve um movimento brasileiro de luta pela Arqueologia brasileira, já que com as obras de infraestrutura necessárias ao crescimento acelerado que o Brasil passa a ter. Muito do patrimônio cultural brasileiro estava sendo destruído. Além da pouca, ou nenhuma, formação dos arqueólogos brasileiros na época (BARRETO, 1998, 1999; FUNARI, 1994, 1999; PROUS, 1992).

O movimento liderado por Paulo Duarte (Instituto de Pré-História) e ainda contava com, Luiz de Castro Faria (MN) e José Loureiro Fernandes (UFPR), lutava a favor de uma lei federal que contemplasse a preservação e normatização de exploração comercial e científica de sítios arqueológicos. A luta não foi em vão, porém foi longa, somente após quase uma década e sobre o curto governo de Jânio Quadros, a Lei Federal 3924, de 26 de julho de 1961 (Apêndice I) foi promulgada (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 1992). Apesar da lei ser avançadíssima para seu tempo, a aplicabilidade de tal, ainda hoje é difícil (PROUS, 1992).

Ao longo desse período, arqueólogos estrangeiros começam a vir com maior frequência para o Brasil com intenção de pesquisar e formar pessoal capacitado, algo que antes não havia ocorrido. Houve algumas missões norte-americanas, entre elas a liderada por Welsey R. Hurt e colaboração do Museu Nacional por parte de Luiz de Castro Faria, em 1956. Poderia ter sido mais uma boa oportunidade para se desenvolver melhor as técnicas arqueológicas dos brasileiros, mas pelo contrário, resultou em mais um embate entre profissionais e amadores (PROUS, 1992).

A Arqueologia Brasileira só poderia contar com ensino vindo de estrangeiros, após a vinda do casal francês, Anette Laming e Joseph Emperaire, os quais foram convidados para escavar sambaqui no Paraná e em São Paulo e posteriormente ministraram cursos para arqueólogos brasileiros (1954-1956) (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 1992).

Nesse momento tudo parecia estar andando super bem, apesar da Arqueologia brasileira não ter vivido os avanços teóricos que a Antropologia brasileira viveu no mesmo momento, ou mesmo ter sentindo mais a fundo as reverberâncias do Modernismo das décadas anteriores. Os arqueólogos estavam

conseguindo apoio político, uma vez com leis federais de proteção, logo a “classe” de arqueólogos poderia ser aceita.

No entanto, logo veio o golpe militar e muito dos avanços foram por água abaixo, muitos dos pensadores dessa nova abertura intelectual que vinha ocorrendo tiveram que se ausentar do plano político por divergências com o regime imposto. Principalmente, Paulo Duarte que em sua visão bem marcada pelo humanismo francês, lutava contra as paróquias e “panelinhas” formadas pelos então antigos “donos” da Arqueologia brasileira (FUNARI, 1999).

Nesse ponto, discuto se há, ou não, influência das idéias modernistas do período anterior. É evidente que a luta de Duarte era a mesma que dos *modernistas*. Porém, também não há como não aceitar que a influência do Modernismo não foi direta à Arqueologia, pois não conseguimos identificar uma Arqueologia nacional, muito menos nacionalista no Brasil (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999).

### Período Militar (1964-1985)

Após o golpe militar de 1964, a Arqueologia brasileira, principalmente, posterior a 1968, perdeu muito da sua força de ação. Pois após 1968, houve várias expulsões de intelectuais brasileiros que eram contrários ao regime, tendo sido cometido todo o tipo de abusos aos direitos humanos (FUNARI, 1994, 1999).

No entanto, os militares desenvolveram o maior projeto de arqueologia que o Brasil já tinha visto em toda a sua história, ainda hoje não superado em tamanho e recursos. Fruto de um convênio do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa – CNPq; Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN (na ocasião, Patrimônio Nacional), com o *Smithsonian Institution* e *Ministry of Education and Culture* dos EUA, o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica

(PRONAPA) foi desenvolvido de 1965 a 1970 (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1994, 1999).

No olhar de Funari (1994, 1999) o PRONAPA foi uma forma de gerar um *establishment* arqueológico, ele utiliza um trecho de Otávio Ianni (1978) para discutir o ponto:

“Para aqueles que controlaram o poder do Estado, desde o golpe de 1964, existia e existe [em 1978] uma necessidade de controlar, de marginalizar de reprimir e suprimir vozes discordantes. A política cultural no Brasil no período 1964-1978 divide os intelectuais em três categorias. Existe uma produção intelectual encorajada ou protegida, isto é, a única e oficial. Para os homens no poder, esta é a única produção legítima. Então, existe a produção supervisionada e tolerada. Finalmente, existe a proibida, a censurada”

Com essa visão autoritária os militares eles desenvolveram um programa extremamente “neutro” e “apolítico”. Foi tão neutro que todo o trabalho de Paulo Duarte foi colocado em segundo plano – na verdade esquecido –, pois ele pretendia fazer uma Arqueologia humanista, bem enfocada nas raízes intelectuais francesas, linha a qual para os militares brasileiros era temida e a julgavam subversivas. (FUNARI, 1994, 1999).

Cristina Barreto (1998) discorda da visão de Funari (1994, 1999), reduz toda a crítica de Funari ao PRONAPA, na afirmação: “*gerou técnicos escavadores e não arqueólogos orientados por uma ótica positivista*”, porém Cristina Barreto (1998) logo no início do mesmo artigo diz, algo muito próximo do discurso de Funari:

“Ironicamente, a forte influência das escolas estrangeiras (ambas, francesa e norte-americana), enquanto produziram diversos avanços, também desenvolveram um vácuo teórico e uma camisa-de-força metodológica”

Não resta dúvida para ambos os autores, que o PRONAPA não desenvolveu a parte de formação de arqueólogos, uma vez que não os constituiu como

pensadores críticos de suas práticas, por toda a história da Arqueologia brasileira, fica fácil perceber que foram até então poucos os esforços por parte dos arqueólogos brasileiros para desenvolver seus lados teóricos e deixa claro que existia a intenção de aumentar a influência científica no Brasil, onde os franceses dominavam (BARRETO, 1998).

O PRONAPA durante seu desenvolvimento contou com mais de 12 brasileiros de vários estados da federação, teve como coordenadores do projeto dois arqueólogos estrangeiros, Betty Meggers e Clifford Evans. O projeto durou cinco anos (1965-1970) e tinha com intenção fazer um grande levantamento – prospecção – de sítios arqueológicos no território brasileiro, além de os classifica-los em “tradições”, “fases” e “culturas”. (BARRETO, 1998, 1999-2000; DIAS, 1995; EVANS & MEGGERS, 1974; FUNARI, 1994, 1999).

O casal Meggers e Evans já havia trabalhado em solo brasileiro no final da década de 1940, na região amazônica, porém não tinham pretensão de trabalhar com arqueologia brasileira (MEGGERS, 1992):

“Em 1964, a arqueologia [brasileira] (...) era basicamente uma atividade amadora, orientada aos enormes concheiros costeiros e aos abrigos rochosos ao redor de Lagoa Santa, em Minas Gerais (...) [portanto] considerávamos inútil o treinamento de arqueólogos, não havendo trabalho para eles. Finalmente aceitamos ir por um mês se obtivéssemos fundos (...)”

A fala de Meggers, acima citada, é sobre o curso que ela e o marido dariam na UFPR sob convite do Prof. José Loureiro Fernandes, diretor do CEPA da mesma universidade. Talvez seja por isso que Evans (1967) diz ter recusado por 10 anos o convite do Prof. Fernandes. O seminário de outubro de 1964 foi financiado pela *Fulbright Foundation*, Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, CAPES e *Smithsonian Institution*, em Paranaguá, PR, no Museu de Arqueologia e

Artes Populares, filiado a UFPR. Após o seminário Meggers e Evans, percorreram vários estados brasileiros visitando instituições (DIAS, 1995; EVANS, 1967).

Parece um tanto estranho que seja uma mera coincidência que “*em outubro de 1964, dez anos após a proposta original*” (EVANS, 1967) em pleno regime militar brasileira eles tenham aceitado, mesmo afirmando: “*em 1964 (...) considerávamos inútil o treinamento de arqueólogos*” (MEGGERS, 1992). Outro fator bem estranho é que alguns dos “arqueólogos” que participaram do PRONAPA não exerciam essa função em seus estados antes do programa. Além de haverem arqueólogos na ativa antes de 1964. Dias (1995) diz que os convites para participar do PRONAPA foram feitos por afinidade dos “Irmãos de Paranaguá”, forma que Meggers (1992) chamava o grupo que participou do seminário de 1964.

No entanto, tal programa teve seus bons frutos, organizou pelo país, órgãos, departamentos dentro de universidade e museus que passaram a desenvolver pesquisas arqueológicas, talvez longe de uma liberdade metodológica, fortemente influenciada pelo *establishment* militar. Desta forma, a Arqueologia brasileira estava novamente na mão de diretores de museus e outros funcionários burocráticos (FUNARI, 1994, 1999). Funari (1994) apresenta o Arquivo Paulo Duarte que está colecionado na UNICAMP desde 1969 que trás o que levou Paulo Duarte a ser afastado do cargo de diretor do Instituto de Pré-História da USP em 1969, segundo o autor, dentro em breve sairão trabalhos sobre tal arquivo.

Desta forma, acreditamos que só com o passar de alguns anos e estudos mais profundos o PRONAPA poderá ser mais esclarecido e algumas obscuridades que esse programa deixou poderão, quiçá, responder as fortes permanências do *establishment* no Brasil.

Após o PRONAPA a Arqueologia brasileira ficou fortemente ligada a universidades, assim sendo, apresentamos os maiores centros, apesar de existirem outros menores da mesma época:

- Instituto de Pré-História (IPH), São Paulo (Atualmente MAE-USP).
- Museu Paulista (MP), São Paulo (Atualmente MAE-USP).
- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), São Paulo.
- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Pará.
- Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- Museu Antropológico, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Atualmente Museu Universitário).
- Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro.
- Museu de História Nacional, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Museu Nacional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Museu do Homem Americano, Piauí.
- Museu Antropológico, Universidade Federal de Goiás.
- Instituto Anchieta de Pesquisas Arqueológicas (IAP), São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Cursos de graduação em Arqueologia foram criados em algumas universidades, notadamente na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Pernambuco.

Alguns periódicos foram criados, ou receberam série se antropologia e arqueologia, nos anos 1960, entre elas:

- Revista de Pré-História (publicada pelo IPH-USP, até 1989).
- Dédalo (publicado pelo MAE-USP, até 1989).
- Revista Clio (publicada pela UFPE).
- Pesquisas (publicada pelo IAP-UNISINOS).
- Revista do Museu Paulista (até 1989).
- Arquivos do Museu de História Natural (UFMG).
- Revista de Arqueologia (CNPq).

Segundo Funari (1994) em 1980 o *establishment* arqueológico estava apto para criar uma Sociedade para a Arqueologia Brasileira (SAB), está dentro de moldes conservadores e hierárquico, com a intenção de controlar e habilitar o desenvolvimento arqueológico no país.

Todavia, o PRONAPA não foi o único projeto arqueológico a ser desenvolvido no período militar, houve a *Mission Arquéologique*, também conhecida como “Missão Franco-Brasileira”. Desde a década de 1960 com a visita de Anette Laming e Joseph Emperaire a várias instituições brasileiras e seminários ministrados aos arqueólogos brasileiros. Entre os seminários, o mais conhecido é o sobre classificação lítica na UFPR em 1962, que resultou na produção de uma das referências guias do estudo lítico no Brasil (DIAS, 1995; PROUS, 1996).

José M. López Mazz (1999), arqueólogo uruguaio, diz que apesar da influência norte-americana ser forte no Brasil e Uruguai, podemos ver fortes traços da influência francesa nesse período, estando elas nas classificações líticas e nas técnicas de escavações baseadas no método de Leroi-Gourhan trazido por Annette

Laming-Emperaire. Além de fixação de arqueólogos franceses no Brasil, como André Prous, na UFMG; o casal Vialou, na USP; e Niède Guidon, na Fundação Homem Americano no Piauí (PROUS, 1996).

Cristina Barreto (1998, 1999, 1999-2000) faz algumas críticas as influências francesas (não aos seus arqueólogos) por terem se limitado a classificações muito formais, seguindo o padrão francês e devido há isso pouco aplicável ao Brasil, porém afirma que esses “equivocos” hoje já foram sanados. Da mesma forma que Barreto (1999), acreditamos que:

“esta trajetória de aprendizado de conformação de determinadas metodologias a temas e contextos específico brasileiros não parece ter sido sistematizada de forma a se constituir em uma verdadeira linha ou escola de pesquisa francesa com variação brasileira”.

A influência da Missão Franco-Brasileira na Arqueologia brasileira tem que ser vista como uma das linhas que existem na França e não como a única metodologia francesa, da mesma forma que a linha da Betty Meggers, não pode ser considerada a única vertente das escolas americanas de Arqueologia (PROUS, 1996).

Projetos arqueológicos paralelos ao PRONAPA e Missão Franco-Brasileira foram executados durante o Regime Militar, o IAP-UNISINOS no Rio Grande do Sul com o Programa Arqueológico do Rio Grande do Sul (1965-1972) e Goiás, através de convênio com a Universidade Católica de Goiás com o Programa Arqueológico de Goiás (1972-1995), pesquisaram muitos sítios pelo litoral e interior, principalmente posterior a 1967. Utilizando uma metodologia muito próxima a do PRONAPA, apesar de nunca ter feito parte do mesmo (SCHMITZ & VERARDI, 1996).

Apesar de todos os problemas ocorridos dentro do período do *establishment* arqueológico brasileiro por parte dos militares, foi um dos períodos mais produtivos,

em uma análise quantitativa, da Arqueologia brasileira, além de terem cadastrado mais de 90% dos sítios arqueológicos até o presente (BARRETO, 1998). Claro se comparado com outros países latino-americanos o Brasil fica em grande desvantagem qualitativa e numérica, o espanhol José Alcina Franch (1983), fez uma elaborada pesquisa sobre a quantidade de trabalhos publicados em cada país latino-americano até o início da década de 1980, o Brasil com 221 títulos, contra 429 dos argentinos, que tem um país menor e uma população acadêmica, também menor (FUNARI, 1994, 1999).

Da década 1970 em diante a Arqueologia brasileira ainda vivia o *establishment* e os resultados não ultrapassavam muito o quadro proposto pelo PRONAPA. Sobre essa falta de continuidade Prous (1992) diz:

“Sobretudo, criou-se entre os participantes [do PRONAPA] uma mentalidade: o hábito de realizarem numerosas prospecções rápidas, interessando sobretudo sítios superficiais, como coletas de material em superfícies limitadas, para serem estudadas como amostragens. Esta filosofia de trabalho a qual aderiram outros pesquisadores (...) preenche bem as necessidades de arqueólogos que iniciam as pesquisas em regiões desconhecidas, proporcionando rapidamente uma visão geral, ainda que superficial. Por outro lado, ela se presta pouco a reconstituições paleo-etnográficas, se não complementada por algumas escavações sistemáticas”.

Luis Castro de Faria é mais contundente em suas afirmações:

“a arqueologia brasileira mostra sinais evidentes de dependência e insegurança. Um destes sinais – talvez o mais grave de todos – revela-se por um espécie de renúncia ao exercício pleno de uma identidade própria auto-definida, suficiente em termos de práticas e de sustentação teórica. (...) Em face da indefinição de sua identidade (...) os métodos e técnicas ocuparam uma posição que na verdade não lhes cabe. Ao invés de simples instrumentos a serviço de uma teoria, eles se impuseram como uma condição de saber, isto é, eles se sobrepõem, quando deveriam estar subordinados”.

Cristina Barreto (1998) não concorda que seja algo provocado pelo *establishment* e diz:

“Arqueólogos brasileiros são sempre tímidos em procurar uma maior educação teórica, especialmente se isso envolve uma permanência no estrangeiro”.

### Tendências atuais (1985-2004)

Apesar da abertura política ocorrida em 1985 os fenômenos de longa duração, como o *establishment*, continuavam em suas permanências por toda a década de 1980 e ainda hoje pode ser percebido. Quando ainda na década de 1970, começou a haver uma diminuição da resistência de idéias novas na Academia, antevendo uma possível abertura política, os cientistas sociais brasileiros estavam livres para reintroduzir discussões críticas na mesma. Como resultado, a História, Geografia, Antropologia e Sociologia tornaram-se científicas de fato e reconhecidas agora com diversas linhas, tendências e escolas interpretativas, no entanto para a Arqueologia, Funari (1994, 1999a), diz:

“ainda que isto tenha sido uma tarefa difícil por muitas razões, não alterou o fato de que o *establishment* arqueológico, impermeável a mundanas, continuou a controlar recursos para trabalho de campo”

Desta forma, grandes dogmas foram criados e tentativas de furar tal bloqueio fizeram alguns arqueólogos buscarem o ostracismo, mudar de área e a grande maioria nem querer ser, pela dificuldade de se tornar um.

Entretanto, desde o final da década de 1980 existem arqueólogos com vontade de mudança, trazendo novas teorias e métodos interpretativos, ou mesmo, tomando posicionamento em público contra as ações paternalistas e nepotistas da Arqueologia brasileira. Walter A. Neves (1988), um dos arqueólogos que começaram ainda na ditadura, porém não concordante com as práticas enfatiza:

“Nem lei, nem determinação política, nem vontade governamental ou competência potencial pode sobrepor-se ao corporativismo acadêmico”

As tendências ainda do final dos 1980, autores como Pedro Paulo A. Funari (1988; 1989), André Prous (1980, 1992), Alfredo Mendonça de Souza (1991) publicam livros e artigos questionando a forma com a Arqueologia Brasileira estava sendo executada e analisando o passado da própria Arqueologia brasileira.

Uma nova modalidade arqueológica aparece no Brasil, até então inédita, a Arqueologia de Contrato, devido a Resolução do CONAMA nº 001/1986 (Anexo I), que previa que todas as obras que ultrapassassem alguns quesitos seria necessário efetuar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e posteriormente um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), contemplando inclusive o patrimônio cultural envolvido na área. Desta forma, os arqueólogos passavam a praticar consultorias para obras viárias, portos, aeroportos e de grandes empreendimentos. Apesar de abrir um novo campo de trabalho para os arqueólogos, existem severas críticas aos métodos aplicados na Arqueologia de contrato, devido ao pouco tempo que se possui para efetuar a pesquisa, além de, na maioria das vezes, perda total da área, após a implementação do empreendimento.

Durante a década de 1990 a Arqueologia brasileira passa por uma reconfiguração, novos trabalhos com abordagens mais desenvolvidas são comuns em programas de pós-graduação, encontros, congressos e simpósios Funari (1999a).

O nome de Pedro Paulo de Abreu Funari, sem dúvida, é um dos mais escutados por toda a década de 1990 e começo de 2000, não há como falar dessa nova Arqueologia sem citar seu nome. Ele vem se dedicando a formação e difusão de teóricos em Arqueologia, não apenas arqueólogos. Se tentássemos fazer desse item uma compilação dos últimos achados e pesquisas arqueológicas, ficaríamos

por muito tempo discutindo com uma gama muito plural de idéias, algumas ainda presas ao *establishment*, outras de uma formação mais interpretativa.

Encontros sobre teoria arqueológica vem recebendo cada vez mais artigos e contribuições de brasileiros (FUNARI, GOES & PODGORNÝ, 1999), desta forma, nos fazem concordar, integralmente, com Funari (1999b) quando diz:

“Pode concluir-se que o desenvolvimento da teoria arqueológica, importante como pode ser na Europa e na América do norte, é algo absolutamente fundamental para o futuro da Arqueologia no Brasil. No contexto de uma Arqueologia ainda dominada por relações de compadrio, muitas vezes infensa, até mesmo, ao empirismo que busca seguir padrões internacionais de qualidade, a teoria tem um papel crucial em impulsionar os arqueólogos ao pensamento crítico, à interpretação e análise e, não menos importante, a desafiar as idéias e práticas estabelecidas. A despeito da reação daqueles que usufruem de um poder burocrático, sem fundamentação em prestígio científico reconhecido fora da província, sai tentativa de suprimir as vozes discordantes está fadada ao fracasso, em uma sociedade pluralista. Por meio da leitura da teoria arqueológica, alguns arqueólogos brasileiros têm sido capazes de confrontar dificuldades que, de outra forma, seriam insuperáveis. A teoria arqueológica, assim, ajuda a transformar a Arqueologia brasileira de uma maneira vital e, ainda que refletir sobre ela não seja suficiente, é algo, entretanto, indispensável para mudá-la”.

Não há como desenvolvermos hoje uma Arqueologia puramente brasileira sem antes estudarmos bem as relações e implicações que está recebeu e fez sobre a sociedade, isto é, estudar a história da Arqueologia brasileira é um importante passo para compreendermos por quais motivos os arqueólogos brasileiros são marginalizados no exterior (BARRETO, 1999).

Ainda vemos raízes do *establishment* na Arqueologia brasileira, principalmente quando tocamos em “dogmas” como povoamento americano, e datações aceitas.

Até o início dos anos 1970 a datação aceita para a América do Sul não ultrapassava os 10.000 ano AP (SANDERS & MARINO, 1971), no entanto,

arqueólogos atuais como André Prous (1992) reconhecem que não poderiam ultrapassar o máximo de 12.000 anos AP. Porém, autoras como Maria da Conceição Beltrão (1987) e Niède Guidon (1992) propõem datas ainda mais antigas, 300.000 anos AP e 50.000 anos AP, respectivamente. Não podemos ao certo, precisar o quanto está correto afirmar tais datas, existem evidências, e as duas arqueólogas são extremamente competentes, renomadas e com formação francesa. Todavia, não nos cabe aqui, discutir a veracidade, e sim, o “dogma” da datação aceita na América do Sul, é nítido que não só o *establishment* como também os demais arqueólogos do mundo são resistentes a aceitar tais datas. Partindo disto, pergunto, por que eles duvidam tanto de tais datas?

Parte da resposta, Beltrão (1987) nos dá:

“Prevalente entre especialistas de Pré-História nas Américas, uma rigidez ortodoxa limita a ocupação humana no nosso continente a 13.000 AP, a despeito de crescente evidência em contrário resultante dos achados arqueológicos. Descrevemos neste *paper* a ocupação, pelo homem pré-histórico, de cavernas calcáreas onde foram encontrados um artefato de quartzita, artefatos de ossos de fauna extinta, e também fogueiras de acampamento. A mandíbula de um tipo extinto de urso associada com as descobertas foi datada em 300.000 AP, usando um método absoluto confiável. A presença humana neste local é portanto indiscutível quanto à sua antigüidade”.

A outra parte deixamos para Funari (1999) responder:

“As propostas de Guidon e Beltrão, com a importância que têm, obrigariam uma reinterpretação da Pré-História do mundo como um todo. Entretanto, suas datações e interpretações sobre os mais antigos assentamentos humanos da América do Sul são ainda largamente ignorados fora do país”.

Sendo assim, para o mundo inteiro, ainda não ultrapassam os 13.000 anos AP, porém precisamos efetuar abordagens mais moderadas do assunto para conseguirmos chegar a consensos científicos (VIALOU & VILHENA VIALOU, 1992).

Apesar de não termos citados neste capítulo informações sobre a Arqueologia histórica. Queremos deixar claro que ela existe, apesar de isolada em alguns poucos nichos, felizmente, foi pouco influenciada pelo *establishment* já que seu início ainda nos anos 1960 era de ordem Clássica europeia. As pesquisas mais desenvolvidas no âmbito da Arqueologia histórica no Brasil são: as Missões Jesuíticas, trabalho desenvolvido por Arno Álvarez Kern (1988, 1989) no Rio Grande do Sul; Os quilombos também foram bastante estudados, os de Minas Gerais por Guimarães e Lanna (1980) e Palmares em Alagoas por Orser (1992, 1993, 1995) e Funari (1996).

O que podemos afirmar é que a Arqueologia Brasileira ainda não está pronta e necessita cada vez mais de massa crítica para desenvolvê-la, as estruturas hierarquias ainda existem e entrar no meio arqueológico ainda é uma tarefa difícil (FUNARI, 2000).

## **Arqueologia Catarinense:**

### **análise bibliométrica e revisão arqueográfica**

Como pudemos ver nos capítulos anteriores as ações políticas e ideológicas estiveram presentes por toda a história da Arqueologia, não sendo diferente na América Latina e Brasil. Agora que chegamos ao estado de Santa Catarina, teremos algum subsídio para discutir como foram às relações arqueográficas.

Para ajudar no embasamento das discussões que iremos tecer ao longo desse capítulo, utilizaremos análises bibliométricas. Existem poucos trabalhos brasileiros que propõem tal análise (MENDONÇA DE SOUZA, 1984; PROUS, 1980, 1992). Os gráficos que embasam os questionamentos são apresentados no Apêndice I e a bibliografia levantada é apresentada como Apêndice II.

O levantamento bibliográfico se limitou a revistas especializadas em arqueologia e fontes extremamente citadas, não considerando monografias, dissertações e teses, não publicadas, sendo consideradas apenas as que apresentam data de publicação no primeiro semestre de 2004.

Santa Catarina é um estado ímpar no que diz respeito a sítios arqueológicos, segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos de Iphan, há mais de 1000 sítios arqueológicos espalhados por todo o estado, sendo sua maioria sambaquis.

João Alfredo Rohr (1973) propõem uma divisão para o estado segundo as áreas que sofreram prospecção e/ou pesquisa arqueológica até a data da publicação, sendo as regiões: Litoral, Planalto e Vale do Rio Uruguai. Essa classificação continua bastante válida, uma vez não havendo grandes mudanças nas áreas estudadas, apenas intensificação qualitativa. Da mesma forma que no

capítulo anterior iremos utilizar a classificação de períodos proposta por Funari (1994, 1999).

### Período Colonial (1500-1822)

Apesar de haver a vinda de alguns viajantes para o litoral catarinense, entre eles Gouneville, em 1504, os relatos sobre arqueologia em si, são poucos, desta forma iniciaremos nossa pesquisa no período posterior.

### Período Império Brasileiro (1822-1889)

Nesse momento Santa Catarina está dentro do contexto de “pesquisas arqueológicas”, seus enormes sambaquis fazem alguns pesquisadores se interessarem. O primeiro autor a constar é Varnhagen (1849) com a obra *Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia*, tal obra é notória a influência de Karl Friedrich Philipp von Martius da Expedição Pohl de 1818 a 1821, desta forma demonstrando uma tendência a aproximações ainda do período especulativo (vide capítulo 1 e 3; MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Apesar de termos trabalhos como os de LACERDA (1885), RODRIGUES PEIXOTO (1885), NETTO (1882), a grande maioria dos autores são estrangeiros e publicam em outras línguas mesmo que em revistas brasileiras, damos destaque a autores de origem germânica que possuem já nesse momento boa representatividade numérica, contando o número de cinco dos 18 trabalhos publicados.

Os trabalhos publicados nesse período não ultrapassam os conceitos da época, limitados em uma visão bastante voltada a procura de uma explicação gênica (especulativa) da população que construiu os sambaquis, duvidando que os índios

atuais pudessem compartilhar da mesma cultura. Única exceção para esses estudos é RODRIGUES PEIXOTO (1885) que desenvolve trabalhos craniométricos comparativos entre as populações sambaqueiras e da Lagoa Santa.

### Primeira República (1889-1920)

Não é difícil perceber a influência da chamada “Era dos Museus” de Barreto (1999-2000), nomes como de Ihering e Löefregen – ambos do Museu Paulista, aparecem repetidas vezes no contexto das pesquisas catarinenses, somando mais de um terço de todas as publicações.

J. A. C. Bleyer (1918, 1919) aparece como pesquisador o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina apresentando o mesmo trabalho que já havia publicado no XVIII Congresso Internacional de Americanistas (1918), sobre o título “*Contribuição para o estudo do troglodyta das cavernas no planalto do Brasil*”. Antes dele ainda temos Rodrigues da Costa (1911-1912) que publica na *Revista Catarinense de Laguna*, um “*Estudo Arqueológico - Os sambaquís no sul de Santa Catarina*”.

A forte influência de São Paulo é bastante visível nesse momento, uma vez que dos 17 trabalhos, sete foram publicados em São Paulo. Os alemães continuam a fazer parte do quadro de pesquisadores em Santa Catarina, publicando dois trabalhos com Meyer (1896) e Koenigswald (1905).

Nesse período é notada a mudança nas influências dos trabalhos arqueológicos em Santa Catarina, uma vez sendo utilizado métodos comparativos por mais pesquisadores que estavam sobre orientação descritivo-classificatória.

### Os anos de 1920 a 1949

Esses anos entre guerras e do Estado Novo mostram alguns dados interessantes sobre as restrições que os imigrantes alemães receberam durante o Estado Novo. Após Boppré (1933) nenhum trabalho sobre arqueologia catarinense foi escrito em alemão, ainda analisando os efeitos estado-novistas, não são só os títulos em alemão que desaparecem, como também todos os outros em outras línguas que não o português.

A exceção foi apenas para Antonio Serrano (1938, 1940, 1946, 1948), arqueólogo argentino, publicou em inglês e espanhol. Vale lembrar que Serrano foi um dos arqueólogos latino-americanos de maior sucesso no exterior em sua época, desenvolveu as primeiras análises comparativas de cultura material em coleções brasileiras, desta forma inaugurando essa linha de pesquisa.

Padberg-Drenkpol (1933), considerado por Prous (1992) como o primeiro arqueólogo profissional a atuar no Brasil, publicou pelo Boletim do Museu Nacional, trabalhos sobre as "*Misteriosas galerias subterrâneas em Santa Catharina*".

Estranhamente a primeira década deste período não houve praticamente nenhuma publicação, porém apesar disso, em um menor espaço de tempo alcançou um número de publicações superior ao período anterior.

A qualidade dos trabalhos deste período já é bastante superior a dos anteriores, principalmente ao final da década de 1940 com estudos sobre a geomorfologia dos sambaquis (MAACK, 1947). Além de termos o início do que podemos chamar de estudos zooarqueológicos, com o artigo de Tiburtius *et al.* (1949) "*Sobre a ocorrência de bula timpânica de baleia e artefatos derivados nos sambaquis do Estados do Paraná e Santa Catarina*". Nesse mesmo período temos do casal Bigarella (1949) que desenvolviam trabalhos do âmbito geológicos.

Podemos afirmar que durante o período de 1920 a 1949, a Arqueologia catarinense recebeu uma forte influência por parte do Rio de Janeiro e Paraná, desviando um pouco da tendência do período anterior, no qual, São Paulo parecia dominar o quadro. Outro fator que deve ser falado é que a arqueologia catarinense começa a viver uma multidisciplinalidade com trabalhos de zooarqueologia (TIBURTIUS *et al.*, 1949) e geo-arqueologia (BIGARELLA, 1949; MAACK, 1947).

#### O início da pesquisa universitária (1950-1964)

Apesar da primeira universidade de Santa Catarina só ter sido construída no início da década de 1960, esse período foi de grande ganho para a arqueologia catarinense. Durante esse período de quase duas décadas de democracia brasileira, podemos perceber algumas mudanças nas tendências arqueológicas em solo catarinense. Perceptivelmente, há como notarmos o aumento de novos olhares por parte dos estrangeiros em relação à Santa Catarina.

É evidente que o aumento da influência norte-americana em solo brasileiro (BRYAN, 1961; EVANS, 1964; SCHADEN & WILLENS, 1951). Porém, são os franceses que estavam roubando a cena, trazidos por Paulo Duarte, Joseph Emperaire, Annette Laming – futura, Laming-Emperaire – desenvolvem os primeiros trabalhos sobre indústrias líticas de Santa Catarina (EMPERAIRE & LAMING, 1958; LAMING-EMPERAIRE, 1960; LAMING-EMPERAIRE, 1962; LAMING & EMPERAIRE, 1958).

João Alfredo Rohr S. J. (1950, 1959, 1962) passava a ser um nome freqüente para a Arqueologia catarinense, porém já marcava onde seria o “quintal” de um dos poucos arqueólogos que se dedicaram, quase que exclusivamente a Santa Catarina.

Outro jesuíta que começa sua jornada em território catarinense é Pedro Ignácio Schmitz (1959).

O casal Bigarella retorna a aparecer com freqüência, o mesmo para Tiburtius. Todos seguindo as mesmas linhas que estavam no período, porém com um detalhe, os trabalhos em alemão voltaram a figurar (TIBURTIUS & BIGARELLA, 1960; TIBURTIUS, 1960; TIBURTIUS, 1961; BIGARELLA; SALAMUNI & MARQUES FILHO, 1961).

Dois trabalhos merecem um destaque redobrado nesse período, o de Bryan (1961) em São Francisco do Sul, no Forte Marechal da Luz, onde aplicou as últimas técnicas existentes no período e publicou um excelente artigo, referência ainda nos dias de hoje. O outro trabalho de destaque é o de Altenfelder Silva (1963) com uma importante participação brasileira no *Aboriginal cultural development in Latin America*, com artigo *Cultural development in Brazil*.

Diversos outros artigos foram publicados nesse momento, alguns sobre patologias dentárias (CUNHA, 1959, 1960, 1963), outros sobre defesa do patrimônio (DUARTE, 1958, CASTRO FARIA, 1959). No entanto, mais uma linha de pesquisa era inaugurada em Santa Catarina, a do estudo de arte pré-histórica com Castro Faria (1959).

Podemos concluir que esse período é marcado pela inserção de Santa Catarina no plano internacional de pesquisas arqueológicas, demonstrando o importante papel que o estado possui dentro do contexto mundial arqueológico. De fato, também foi o considerável aumento da influência gaúcha na Arqueologia catarinense com o Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

### Período Militar (1964-1985)

Sem dúvida, o período mais produtivo da Arqueologia catarinense, 46% de tudo que já foi publicado sobre Arqueologia de Santa Catarina foi neste período, em números absolutos são 194 artigos científicos, espalhados em mais de 30 revistas especializadas pelo mundo.

Como vimos no capítulo 1, todos os historiadores da Arqueologia consideram o pós-1960 como mudança nas tendências arqueológicas; no capítulo 2, percebemos que nesse momento o distanciamento da Arqueologia no Brasil com as outras praticadas na América Latina aumentam; no terceiro capítulo vemos como os militares criam um *establishment* arqueológico para o Brasil. Posso afirmar que todo esse movimento pode ser percebido através de algumas publicações e análises.

O arqueólogo escolhido para fazer parte do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) foi uma pessoa que até então não tinha figurado no quadro de arqueólogos atuantes, ou que atuaram no estado de Santa Catarina. Walter Piazza na ocasião era professor da recém fundada Universidade Federal de Santa Catarina. Sua única experiência até então com Arqueologia tinha sido o seminário de Meggers e Evans em Paranaguá em outubro de 1964.

Piazza produziu 17 artigos sobre Arqueologia catarinense durante os anos de 1965 a 1977, exatamente o tempo que demoraram para publicar os dados do PRONAPA. Depois, nunca mais se dedicou a arqueologia, isto com certeza se encaixa em todo o discurso que vimos no capítulo anterior sobre o *establishment* e timidez por parte dos arqueólogos brasileiros.

Paralelamente ao PRONAPA em Santa Catarina, João Alfredo Rohr produziu mais que o próprio programa nacional, mesmo não sendo do PRONAPA, foram mais de 20 trabalhos, durante o mesmo período.

Mesmo com o *establishment* a influência francesa não se extingue ficando ainda com alguma força (LAMING-EMPARRAIRE, 1967; PROUS, 1972; PROUS, 1977a; PROUS, 1977b; PROUS, 1980; PROUS & PIAZZA, 1977a; PROUS & PIAZZA, 1977b).

Entretanto, o grande acontecimento arqueográfico foi a publicação do Instituto de Antropologia e posteriormente Museu de Antropologia da UFSC, pois esse passa a ser bem assíduo nas publicações de arqueologia (ARAÚJO, 1970; REIS, 1971; EBLE, 1971a; EBLE, 1971b; DUARTE, 1971; BECK; DUARTE; ARAUJO; ANDRETTA & REIS, 1971; SANTOS, 1972; PROUS, 1972; EBLE & SCHMITZ, 1972; EBLE, 1973; EBLE & SCATAMACCHIA, 1974; ROHR, 1977; BECK, 1978; ROHR, 1982, 1984a, 1984b, 1984c, 1984d).

No início dos anos 1980 houve uma nova geração de arqueólogos que logo estariam em evidência não só em Santa Catarina como no Brasil e mundo (DE MASI & ARTUSI, 1985; NEVES, 1984).

Infelizmente, com o final desse período o Museu de Antropologia da UFSC passou a produzir perto de zero e o Pe. Rohr vem a falecer, desta forma, debilitando a Arqueologia catarinense no final da década de 1980.

### *Tendências atuais (1985-2003)*

Com a abertura política do Brasil, Santa Catarina entra nos anos 1990 com uma imensidão de trabalhos, mais diversificados e elaborados. Apesar de possuir ainda menos anos que o antigo período militar já possui um número próximo de publicações, sendo a década de 1990 a mais produtiva de toda a história da Arqueologia Catarinense.

A diversificação das linhas de pesquisa arqueológica em Santa Catarina fica clara na década de 1990, porém algumas permanências do *establishment* ainda podem ser notadas em metodologias de prospecção arqueológica para Arqueologia de Contrato.

Como podemos ver, dos 174 trabalhos publicados depois da abertura, apenas 27 são de arqueólogos catarinenses e a maior parte dos trabalhos é pós-2000 e relacionado à Arqueologia de Contrato, não considerando catarinense com os naturais e sim os gentios que trabalham em instituições catarinenses (ALVES, 1997a, 1997b; BANDEIRA, 1992, 1997, 1999a, 1999b, 1999c, 2002; BASROS, 1999; CALDARELLI & HEBERTS, 2002; DE MASI, 1999a, 1999b, 2001a, 2001b, 2002; FOSSARI *et al.*, 1987, 1988; HEBERTS, 2001a, 2001b, 2002; LAVINA, 2002a, 2002b; MONTARDO, 1996; OLIVEIRA & HORN-FILHO, 2001; OLIVEIRA & TAMANINI, 1998; SANTOS, 1997; TAMANINI, 1991).

### Conclusões

Atualmente, a Arqueologia catarinense carece de centros acadêmicos de pesquisa, apesar de existir um corpo de arqueólogos, o qual podemos dizer, pequeno, visto que mais de 85% dos trabalhos publicados são de “estrangeiros”.

As instituições acadêmicas ou museológicas que trabalham com Arqueologia em Santa Catarina são apenas seis:

- Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), Joinville.
- Departamento de Arqueologia da UNISUL, Florianópolis.
- Departamento de História da UNESC, Criciúma.
- Museu Universitário da UFSC, Florianópolis.

- Centro de Estudos de Documentação da UNOESC (CEDON-UNOESC), Chapecó.
- Museu Histórico da Fundação de Cultura “Genésio Miranda Lins”, Itajaí.

Sendo que, nenhuma trabalha com formação profissional, com raras exceções os profissionais que arqueologam no estado de Santa Catarina, tiveram suas formações no eixo, São Paulo – Rio de Janeiro – Porto Alegre, ou exterior, isto é, EUA e Europa.

Durante o período militar mais de 30% da produção arqueológica pertencia a profissionais catarinenses, a UFSC tinha uma revista forte com qualidade em trabalhos, não devendo para outras revistas pelo Brasil. Havia um corpo de profissionais atuantes, que hoje estão dispersos em universidades pelo estado, ou aposentados.

Como durante todo este trabalho tentamos compreender o movimento da história da Arqueologia do global ao local e com uma pergunta que não temos resposta ainda.

Por que Santa Catarina não possui centro de formação de arqueólogos? Por que Santa Catarina “importa” arqueólogos? O que é necessário fazer para ser um arqueólogo?

Penso que as três perguntas estão em contato direito e não podemos dissociar uma das outras, pois imagino que muito do *establishment* arqueológico do período militar ainda esteja na ativa.

Centros de formação espalhados pelo país, fariam com que a Arqueologia deixasse de ter força?

Por que não aproveitarmos esses arqueólogos que tiveram que sair do estado e do país para completar seus estudos, em programas de pós-graduação em Arqueologia?

No começo deste trabalho imaginava que no fim, poderia responder algumas dessas perguntas, porém como sei que esse trabalho não tem fim, pois a História não tem fim. Vou continuar procurando a resposta que muito está atrelada às práticas hierárquicas, burocráticas, nepotistas do antigo *establishment* que deve ser desconstruída por nós.

Desta forma, encerro essa monografia, sem responder o que primeiro perguntei, mas saí dela com a certeza que necessitamos continuar a tentar perceber o que há por de trás dessas perguntas que não consigo responder.

Espero poder dar continuidade a essa pesquisa que ainda está em sua fase embrionária, pois ainda é necessário pesquisar sobre qual estrutura foram construídas as universidades de Santa Catarina.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAHN, P. *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista Usp*. São Paulo, USP/CCS, n. 44, p. 32-51. 2000.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Rev. do Museu de Arqueologia e etnologia*. São Paulo, Suplemento, n. 3, p. 201-212. 1999.
- \_\_\_\_\_. Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*. Pittsburgh, University of Pittsburgh, n. 72, p. 573-81. 1998.
- BARTRA, R. *Marxismo y Sociedades antiguas*. México: Editorial Grijalbo. 1975.
- BATE, L. F. *El proceso de investigación en Arqueología*. Barcelona: Crítica. 1998.
- BELTRÃO, M. C. The Toca da Esperança. *Anais da academia brasileira de ciências*. [S.l.: s.n.], v.59, n.3, p.276.
- BERNAL, I. *Historia de la arqueología en Mexico*. Mexico: Ediciones Porrúa. 1979.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de Frei João José Pereira de Castro. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002. 36ª Edição.
- BINFORD, L. R. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*. [S.l.: s.n.], v.32, p. 1-12. 1967.
- CAMPEMA, G. S. de. Os sambaquis. *Ensaio de Ciência*. Rio de Janeiro, n.1, 1876.
- CLAASSEN, C. *Exploring gender through archaeology*. Monographs in World Archaeology. Madison: Prehistory Press. 1992.
- COSTA, A. *Introdução à arqueologia brasileira (etnografia e história)*. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1980. (1º edição. 1938).
- DANIEL, G. *El concepto de prehistoria*. 3 ed. Madri: Comcepto. 1977.
- DIAS, A. S. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA., *Rev. do CEPA*. Santa cruz do Sul, v, 19, n.22, p. 25-39. 1995.
- DUNNELL, R. C. Five decades of American archaeology. *In: MELTZER, D. J.; FOWLER, D. D.; SABLOFF, J. A. (eds.) American archaeology, past and future*. Washington: Smithsonian Institution Press. 1986.

EVANS, C.; MEGGERS, B. J. Introdução. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (Publicações Avulsas). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v.26, p.7-10. 1974.

FERREIRA, L. M. Arqueología y geoestrategia: las fronteras imperiales y el uso de las fuentes arqueológicas en Brasil (1838-1877). *ArqueoWeb*. [S.l.], v.3, n.2. 2001.

FLEISCHMANN, U.; ASSUNÇÃO, M. R. Os Tupinambá: realidade e ficção nos relatos quincentistas. *Revista brasileira de história*. [S. l.: s. n.], v.10, n.21, p. 125-45. 1991.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Unniversitária. 1986.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ôtica. 1988.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. *Revista de Pré-história*. [S.l.: s.n.], v.7, p.203-209. 1989.

\_\_\_\_\_. Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de história da arte e arqueologia*. Campinas, UNICAMP, n. 1, p. 23-41. 1994.

\_\_\_\_\_. Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical archaeology in Latin America*. [S.l.: s.n.], v. 12, p. 1-13. 1996.

\_\_\_\_\_. Towards a world historical archaeology. In: FUNARI, P. P. A.; JONES, S. (eds.) *Back from the edge, archaeology in history*. Londres: Routledge. 1998.

\_\_\_\_\_. Brazilian archaeology: a reappraisal. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds) *Archaeology in Latin American*. New York: Routledge. 1999. p.17-37.

\_\_\_\_\_. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista Usp*. São Paulo, USP/CCS, n. 44, p. 74-85. 2000.

\_\_\_\_\_. Public archaeology from a Latin American perspective. *Public Archaeology*. [S.l.: s.n.], v.1, n.4, p.239-43. 2001.

FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Introdução – A primeira reunião internacional de teoria arqueológica na América do Sul: questões e debates. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento, v.3, p. 1-12. 1999.

GERO, J. M.; CONKEY, M. *Engendering archaeology: women and prehistory*. Londres: Basil Blackwell. 1991.

GOULD, R. Notes on hunting, butchering and sharing of game among Ngatajara and their neighbours in the west Australian desert. *Kroeber Anthropological Society Paper*. [S.l.: s.n.], n. 36. 1967.

GOULD, R.; WATSON, P. J. A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeology reasoning. *Journal of Anthropological Archaeology*. [S.l.: s.n.], v.1, p. 355-81. 1982.

GUIDON, N. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1992.

GUIMARÃES, C. M.; LANNA, A. L. D. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas*, Série Antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas. v.31.1980.

HODDER, I. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica. 1994.

\_\_\_\_\_. Postprocessual Archaeology. In: SCHIFFER, M. (ed.) *Advances in archaeological method and theory*. Nova York: Academic Press, v.8, p. 1 – 26. 1985.

IANNI, O. O estado e a organização da cultura. *Encontros da civilização brasileira*. [S. l.: s. n.], v.1, p. 216-41. 1978.

KERN, A. A. Arqueologia histórica missioneira. *Anais (Simpósio Nacional de Estudos Missionários)*. [S.l.: s.n.], v.7, p. 184-194.

KRONE, R. Estudo sobre as cavernas do Vale do Ribeira. *Arquivo do Museu nacional do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro], n.15. 1909.

LACERDA, J. B. Documents pour servir a l'histoire de l'homme fossile dú Brésil. *Memóires de la societé Anthropologique*. Paris, v.2, p.517-541.1878.

LACERDA, J. B.; Peixoto, R. Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.1. 1876

LANATA, J. L.; BORRERO, L. A. *The arqueology of hunter-gatherers in South America: recent history and new directions*. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds) *Archaeology in Latin American*. New York: Routledge. 1999. p. 76-89.

LAPA, J. R. A. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1981.

LEE, R. B. *The !Kung San: men, women and work in a foranging society*. Cambridge: Cambridge University. 1979.

LEONE, M. Some opinions about recovering Mind. *American Antiquity*. [S.l.: s.n.], v. 47, p. 742-60. 1982.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC. 1997.

LÓPEZ, J. M. M. Some aspects of the French influence upon Uruguayan and Brazilian archaeology . *In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds) Archaeology in Latin American*. New York: Routledge. 1999. p.59-75.

LORENZO, J. L. *La arqueología mexicana y los arqueólogos norteamericanos*. Mexico: INAH (Cuadernos de trabajo. Apuntes para la arqueología, 14. Departamento de Prehistoria). 1976.

LUMBRERAS, L. *La arqueología como ciencia social*. Lima: Ediciones INDEA. 1974.

LUND. P. W. *Memórias Científicas*. Tradução de Leonidas Damasio. Belo Horizonte: Apollo. 1935.

MALINA, J.; VASÍCEK, Z. *Archaeology yesterday & today*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

MEDINA, J. T. *Los aborígenes de Chile*. Santiago: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina. 1882.

MEGGERS, B. J. Cuarenta años de colaboración. *In: Meggers, B. J. (ed.) Prehistoria sudamericana*. Washington: Taraxacum, 1992. p. 13-26.

MEGGER, B.; EVANS, C. *Aboriginal Cultural Development in Latin America: an Interpretative Review*. Washington: Smithsonian Miscellaneous Collections. 1963.

MENDONÇA DE SOUZA, A. A. C. Panorâmica da Arqueologia Pré-Histórica Brasileira, Symposium. *Revista da Universidade Católica de Pernambuco*. v.26, n.1, p. 87-112. 1984.

\_\_\_\_\_. História da arqueologia brasileira. *Pesquisas*. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.46, 1991.

NETTO, L. Investigações sobre a archeologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v.6, p.257-544. 1885.

NEVES, W. A. Arqueologia brasileira: algumas considerações. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*. [S.l.: s.n.], v.4, n.2, p. 200-204.

ORSER, C. E. *A historical Archaeology of the modern world*. New York: Plenum Press. 1995.

\_\_\_\_\_. *In search of Zumbi*. Normal: University of Illinois.1993.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.1992.

PATTERSON, T. C. History and the post-processual archeology. *Man*. [S.l.: s.n.], v. 24, p. 555-66. 1989.

POLITIS, G. Introducción. In: POLITIS, G. (ed.) *Arqueología en América Latina hoy*. Bogota: Biblioteca Banco Popular. 1992. p.14-19.

POLITIS, G.; ALBERTI, Preface. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds) *Archaeology in Latin American*. New York: Routledge. 1999. P. xiii – xiv.

POLITIS, G.G. Latin American Archaeology: an inside view. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds) *Archaeology in Latin American*. New York: Routledge. 1999. p. 1-13.

PREUCCEL, R. W. *Processual and postprocessual archaeologist: multiple ways of knowing the past*. Center for Archeological Investigations, Occasional Papers. Carbondale: Southern Illinois University. 1991.

PROUS, A. A história da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural*. [S.l.]: UFMG, p. 11-24. 1980.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 613p. 1992.

\_\_\_\_\_. Histórico do setor de arqueologia UFMG e papel das missões franco-brasileiras. *Coleção arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 1, v.2, p. 131-150. 1995-96.

RATH, C. J. F. Notícia ethnologica sôbre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. Rio de Janeiro, v.34, n.1, p.287-292. 1871.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Archaeology – theories, methods and practice*. 2 ed. Londres: Thames and Hudson. 1996.

RIVET, P. 1958. A origem do homem americano. Anhembi. São Paulo.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista Usp*. São Paulo, USP/CCS, n. 44, p. 11-31. 2000.

ROMER, *The history of archaeology: great excavations of the world*. Nova York: Checkmark Books. 2001.

SANDERS, W. T.; MARINO, J. *Pré –história do novo mundo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1971.

SANOJA, M. & VARGAS, I. *Antiguas formaciones y modos de producción veyenezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores. 1974.

SCHADEL, R.; SHIMADA, I. Peruvian archaeology 1940-80: an analytic overview. *World Archaeology*. [S.l.: s.n.], n.13, p.359-71. 1982.

- SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I. A pesquisa arqueológica no Instituto Anchieta de Pesquisas/ UNISINOS. *Coleção Arqueologia*, Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 1, v.2, p.167-178. 1995-96.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press. 1987.
- STEWART, J. *The Handbook of South American Indians*. Washington: Bureau of American Ethology, Bulletin 143, v. 6. 1946-50
- THOMAS, D. Saints and soldiers at Santa Catalina: hispanic designs for colonial America. In: LEONE, M.P.; POTTER, P. B. (eds.) *The recovery of meaning: historical archaeology in the eastern United States* 1988. Washington: Smithsonian Institution Press. 1988. p.73-104.
- TILLEY, C. On modernity and archaeological discourse. In: BAPTY, I.; YATES, T. (eds.). *Archaeology after structuralism. Post-structuralism and the practice of archaeology*. Londres: Routledge. p. 128- 152. 1990.
- TRIGGER, B. G. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press. 500p. 1991.
- VARGAS, I.; SANOJA, M. Archaeology as a social science. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds) *Archaeology in Latin American*. New York: Routledge. 1999. p. 59-75.
- VARNHAGEN, F. A. de. Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, v.12, segundo trimestre. 1849.
- VIALOU, D.; VILHENA VIALOU, A. Arts préhistoriques au Brésil. *Les dossiers d'archéologie*. [S.l.: s.n.], v. 169, p. 40-44. 1992.
- WAUCHOPE, R. *The handbook of middle American Indians*. Austin: Univ. of Texas Press. v. 1-16. 1964.
- WIENER, H. G. F. Estudos sôbre os sambaquis do sul do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.1, p. 1-20. 1876.
- WILLEY, G. R.; SABLOFF, J. A. *A history of American archaeology*. Nova York: W. H. Freeman. 1993.
- WYLIE, G. F. Gender theory and the archaeological record. In: GERO, J. M.; CONKEY, M. W. (eds). *Engendering archaeology, women and prehistory*. Londres: Basil Blackwell. 1991. p. 31-56.

## **Apêndice I**

Gráfico 1. Classificações de Períodos da história da Arqueologia

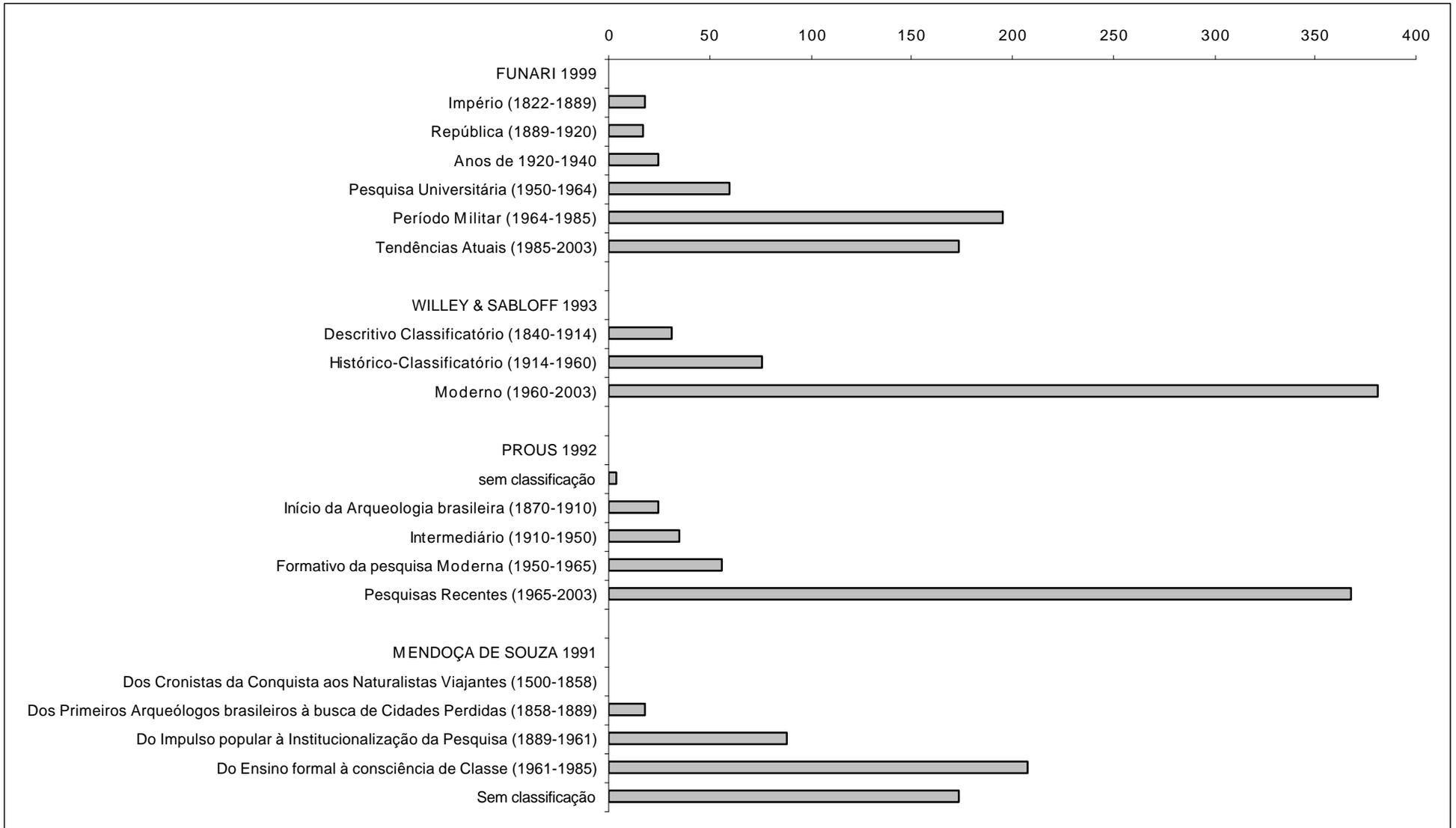


Gráfico 2. Distribuição bibliográfica nos períodos da história da Arqueologia propostos por Funari (1994, 1999).

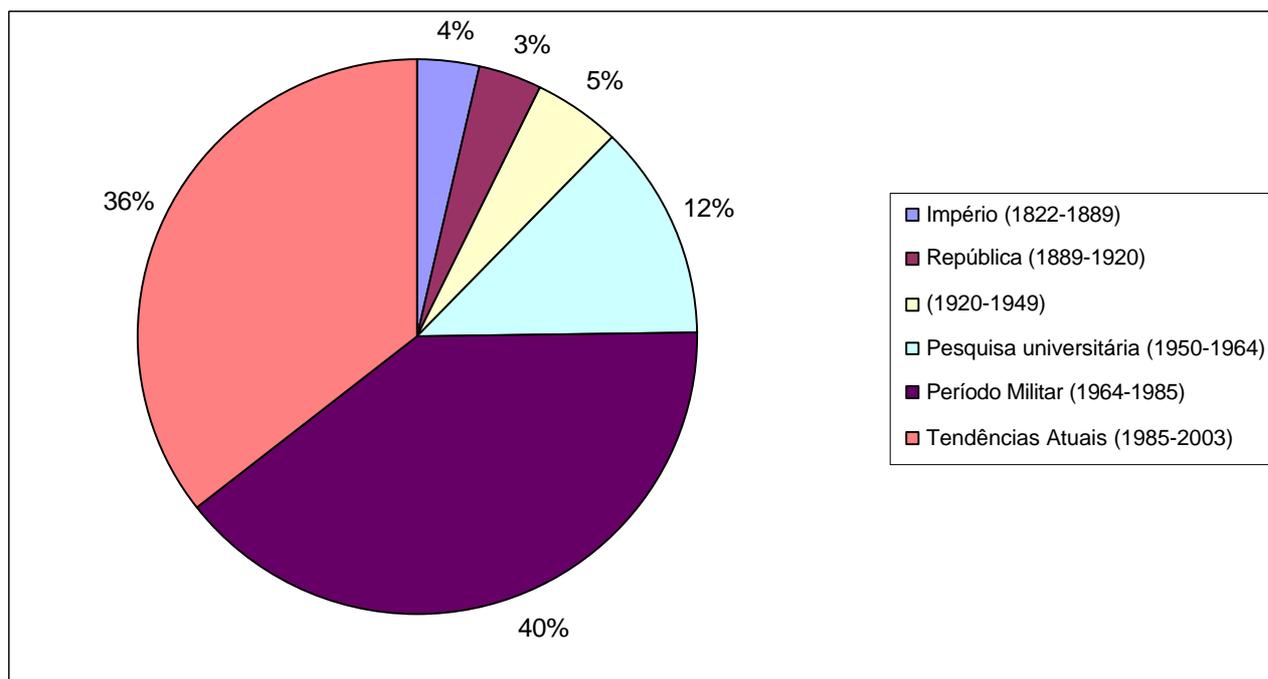


Gráfico 3. Distribuição bibliográfica nos períodos da história da Arqueologia propostos por Funari (1994, 1999), com divisão entre publicados no Brasil e exterior.

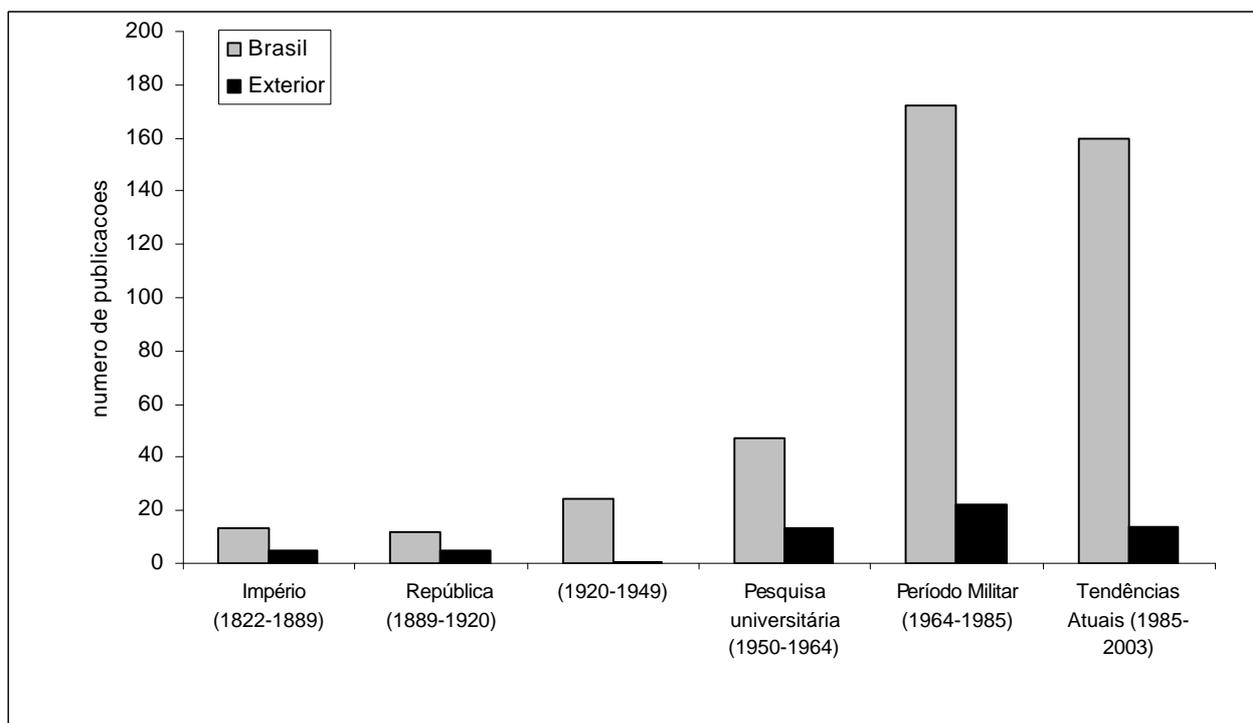


Gráfico 4. Distribuição bibliográfica em nacionalidade dos periódicos onde publicados.

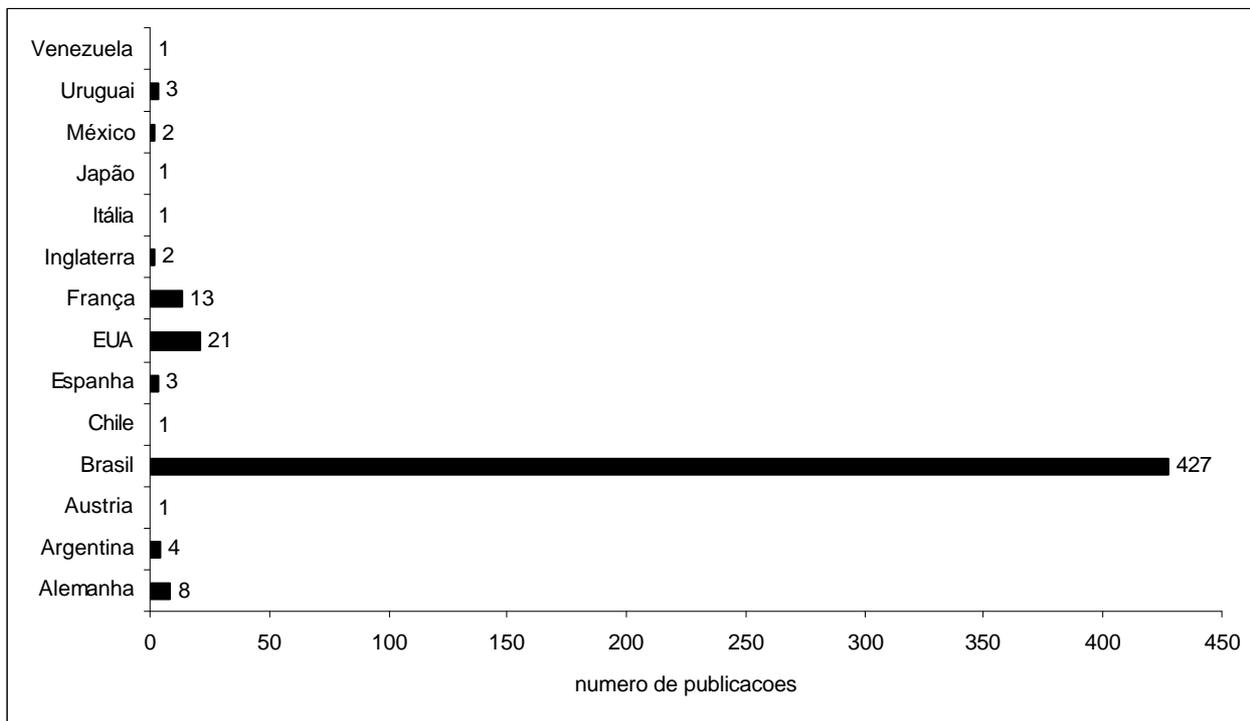


Gráfico 5. Distribuição bibliográfica por décadas.

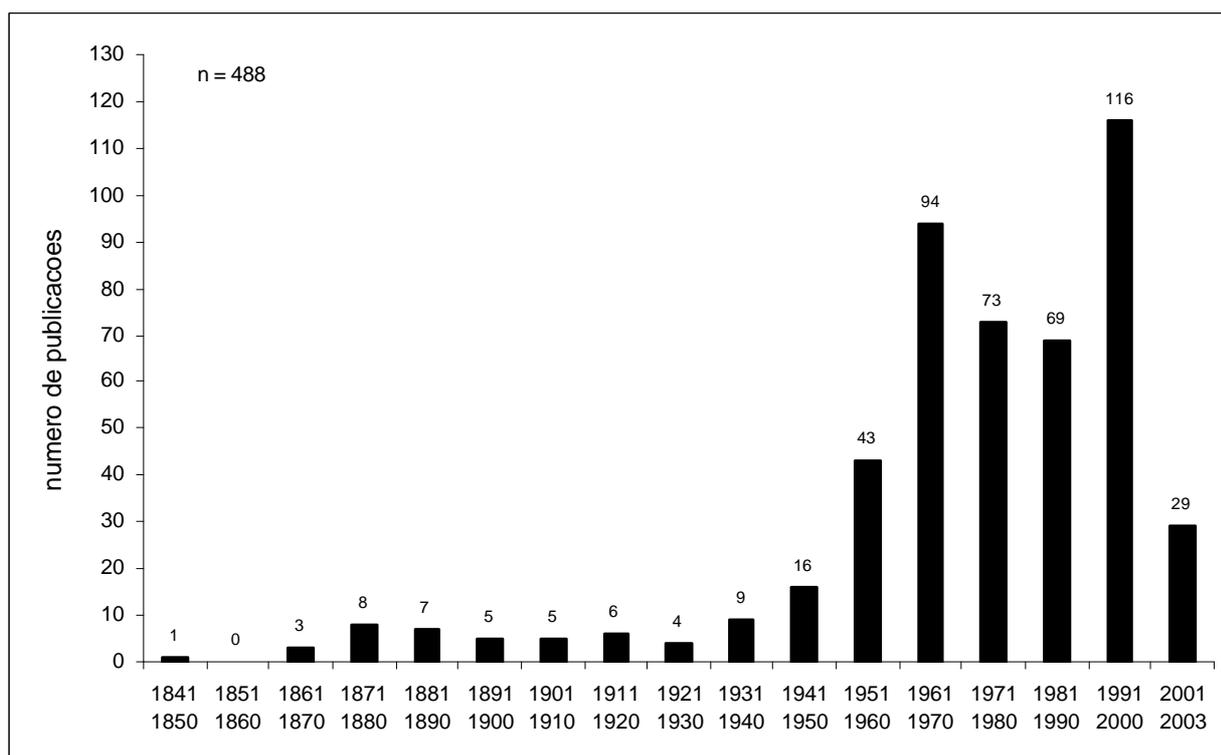
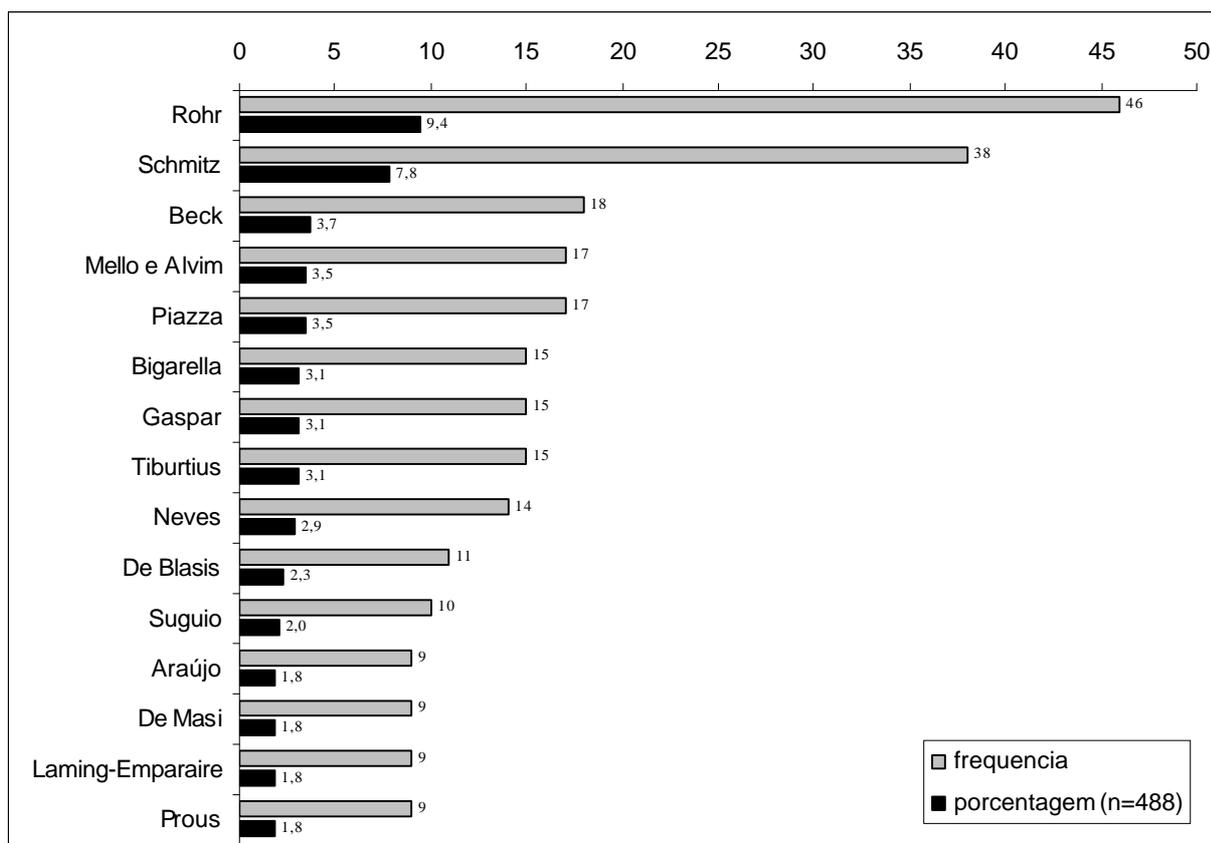


Gráfico 6. Os autores mais produtivos em número absoluto e porcentagem.





## **Apêndice II**

## A

ABREU, S. F. Sambaquís de Imbituba e Laguna (Santa Catarina). *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 31: 8-50, 1928.

ABREU, S. F. A importância dos sambaquis no estudo da pré-história do Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 35: 8-15, 1932.

ABREU, S. F. O problema dos sambaquis. I: sambaquis de Imbituba e Laguna, Santa Catarina. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*, Rio de Janeiro, 2(20): 1136-1146, 1944.

ABREU, S. F. O problema dos sambaquis. II: sambaquis de Imbituba e Laguna, Santa Catarina. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*, Rio de Janeiro, 2(21): 1298-1311, 1944.

AB'SABER, A. N. Tipos de habitat do homem do sambaqui. *Revista de Pré-História*, São Paulo, 6: 121-122, 1984.

AFONSO, M. C. De BLASIS, P. A. D. Aspectos da formação de um grande sambaqui: alguns indicadores em Espinheiros II, Joinville. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 4: 21-30, 1994.

AFONSO, M. C. O Sambaqui Espinheiros II: uma contribuição à arqueologia do litoral norte de Santa Catarina, *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 23(29): 118-123, 1999.

ALTENFELDER SILVA, F. Considerações sobre a arqueologia brasileira. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, nova série 14: 431-438, 1963.

ALTENFELDER SILVA, F. Cultural development in Brazil. In: Meggers Betty J. & Evans Clifford (eds.). *Aboriginal Cultural Development in Latin America*. Washington 146(1): 119-129, 1963.

ALTENFELDER SILVA, F. Culturas pré-históricas do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 2. 1967.

ALVES, M. C. *Conservação e Divulgação do Patrimônio Arqueológico*. [S.l.]: CONSERDI, 1995/1996.

ALVES, M. C. *Relatório 1972/1997 - 25 Anos de Atuação MASJ Joinville*. [Joinville]: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1997.

ARAÚJO, E. M. Afecções alvéolo-dentárias das populações pré-históricas do litoral de Santa Catarina. In: *Anais do Instituto de Antropologia*, 1, 1968, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Estudos sobre o sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39) (Anais). Florianópolis: A. Beck et al. (Coord.), 1968, 63-90.

ARAÚJO, E. M. Análise do material ósseo humano do sambaqui do Rio Lessa. *In: Anais do Instituto de Antropologia, 2, 1969, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Estudos sobre o sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39) (Anais).* Florianópolis: A. Beck et al. (Coord.), 1969, 175-188.

ARAÚJO, E. M. Contribuição para o estudo da localização do forame mental e distância bimental das populações pré-históricas do litoral de Santa Catarina. *Revista de Odontologia.* [S.l.], 2: 65-75, 1969.

ARAÚJO, E. M. Hipercementose e abrasão das populações pré-história do litoral de Santa Catarina. *In: Anais do Museu de Antropologia, 3, 1970, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (Anais).* Florianópolis: 1970, 71-90.

## **B**

BACKHEUSER, E. A faixa litorânea do Brasil meridional ontem e hoje. *In: Anais do Instituto de Antropologia.* 1928, Rio de Janeiro: 1928, 210 p

BANDEIRA, D. R. Mudança de estratégia da subsistência. O sítio arqueológico Enseada I - Um estudo de caso. *Anais do Instituto de Antropologia, 1992, Florianópolis: UFSC, 1992, 154p.*

BANDEIRA, D. R. Arqueologia pré-colonial do litoral norte de Santa Catarina - balanço preliminar da produção científica. *In: Anais do Instituto de Antropologia, 1997. (Anais).* Rio de Janeiro: [S.l.].1997, 16p.

BANDEIRA, D. R. O estudo das populações ceramistas pré-coloniais da região de Joinville - Santa Catarina. *In: Anais do Instituto de Antropologia, 1999, Campinas: UNICAMP (Anais).* Campinas: 1999, 23p.

BANDEIRA, D. R. Retrospectiva e perspectivas da pesquisa arqueológica no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). *Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, 23(29): 131-141. 1999.*

BANDEIRA, D. R. Os sítios arqueológicos do litoral de Santa Catarina (Rio Lessa e Enseada I) e a problemática da tradição Taquara-Itararé vista através da alimentação. *Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, 23(29): 189-196. 1999.*

BANDEIRA, D. R. Uma história de parceria: o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Revista de Arqueologia do IPHAN, Florianópolis, 33-38. 2002.*

BARATA, F. O homem dos sambaquis. *In: Anais do Instituto de Antropologia, 12, 1954, Rio de Janeiro. (Anais).* Florianópolis: 1954, (119): 174-178.

BARBOSA, M.; GASPAR, M. D. Bibliografia brasileira sobre pescadores, coletores e caçadores pré-históricos litorâneos e ribeirinhos. *In: Anais do Instituto de Antropologia, 1, 1998, Rio de Janeiro. (Anais).* Rio de Janeiro: MN/UFRJ, 1998, 55p.

BASILE BECKER, I. I.; SCHMITZ, P. I. Cerâmica tipo "Eldoradense": Fase Itapiranga. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 20, 1967, [S.l.: s.n.], 1967. (2): 458.

BASILE BECKER, I. I.; SCHMITZ, P. I. Uma cerâmica de tipo "Eldoradense": Fase Itapiranga. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 1969, São Paulo. (Anais). São Paulo: IPH/USP, 1969. 499-506.

BASTOS, R. L. Preservação arqueológica em Santa Catarina: tendências contemporâneas e o Iphan. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 23(29), 142-147, 1999.

BEBER, M.V.; SCHMITZ, P. I. A distribuição espacial do material lítico do sítio SC-IÇ-01, Içara, SC. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 1997, Rio de Janeiro. (Anais). [S.n.]:1997.

BECK, A. SÃO THIAGO, M. A.; FOSSARI, T. D.; SILVA, V. H. O. DA. Considerações gerais sobre a escavação do sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39). *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 2, 1969, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Estudos sobre o sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39). A. BECK et al. (Coord.). Florianópolis: UFSC, 1969. (2):153-174.

BECK, A. Duarte, G. M.; Reis, M. J. Sambaqui do Morro de Ouro - Nota Prévia. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 1969. (Anais). (mimeo), [S.l.: s.n.].1969.

BECK, A. Duarte, G. M.; Reis, M. J. Sambaqui do Morro de Ouro - Nota Prévia. *Pesquisas*, série antropologia, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 20: 31-40. 1969.

BECK, A. DUARTE, G. M.; ARAUJO, E. M. DE; ANDRETTA, M. A., REIS, M. R. O povoamento pré-histórico de Santa Catarina. *In: Anais do Museu de Antropologia*, 4, 1971, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1971. (4): 89-102.

BECK, A. ARAÚJO, E. M.; DUARTE, G. M.; FOSSARI, T.; BELANI, E. A indústria óssea dos sambaquis do litoral norte - Fase Enseada. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 3, 1970, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1970. (3): 35-56.

BECK, A. ARAUJO, E. M.; DUARTE, G. M. Síntese da arqueologia do litoral norte de Santa Catarina. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 3, 1970, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1970. (3): 23-34.

BECK, A. ARAÚJO, E. M. DE; DUARTE, G. M.; SILVA, V. H. O. DE; SÃO THIAGO, M. A.; FOSSARI, T. D. Estudos sobre o sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39). *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 2,1969, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1969. (2): 139-206.

BECK, A. A cerâmica dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. *Pesquisas, séria antropologia*, 18, 1968, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas. (Anais). São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1968. 89-100.

BECK, A. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis (projeto de pesquisa). *Pesquisas, série antropologia*, 18, 1968, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas. (Anais). São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1968: 77-87.

BECK, A. O sambaqui de Congonhas I (Relatório Preliminar). *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 1, 1968, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1968. (1): 37-61.

BECK, A. O sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39). *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 2, 1969, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Estudos sobre o sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39). A. BECK et al. (Coord.). (Anais). Florianópolis: UFSC, 1969. (2): 141-142.

BECK, A. Nota sobre duas coleções de pontas de flecha. *Pesquisas, série antropologia*, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 20: 41-56, 1969.

BECK, A. Os sambaquis da região do litoral de Laguna - Santa Catarina. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 3, 1970, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1970. (3): 5-21.

BECK, A. Os sambaquis do Brasil Meridional. Litoral de Santa Catarina. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 3, 1970, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1970. (3): 57-70.

BECK, A. Os sambaquis da região do litoral da Laguna-Santa Catarina. *Estudos de Pré-história geral e brasileira*. São Paulo: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, 1971.

BECK, A. Grupos cerâmicos do litoral de Santa Catarina - Fase Rio Lessa e Fase Enseada. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 4, 1971, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1971. (4): 25-29.

BECK, A. Pesquisa se antropologia em andamento em Santa Catarina (período: 1965/72). *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 5, 1972, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1972. (5): 131-154.

BECK, A. O problema do conhecimento histórico dos sambaquis do litoral do Brasil. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 7, 1974, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1974. (7):27-66.

BECK, A. Sambaquis: tecnologia e subsistência. *In: Anais do Museu de Antropologia*, 10, 1978, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Anais). Florianópolis: UFSC, 1978. (11): 124-138.

BECKER, M. D.; MELLO E ALVIM, M. C. Ensaio de tipologia lítica brasileira - Nota prévia. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 14, 1963, São Paulo. (Anais). São Paulo: [S. n.]. 1963. 439-454.

BELTRÃO, M. C. C. M. Datações arqueológicas mais antigas do Brasil. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 46, 1974, Rio de Janeiro. (Anais). Rio de Janeiro: [S. n.]. 1974. (2): 211-251.

BERTOLAZZO, W. MELLO E ALVIM, M. C. DE. Os seios frontais em grupos indígenas brasileiros - construtores de sambaquis e botocudos. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 7-8, 339-348, 1983/84.

BERTOLAZZO, W. MELLO E ALVIM, M. C. DE. Os seios frontais em grupos indígenas brasileiros - homem da Lagoa Santa, construtores de sambaquis e botocudos. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 39, 1985, Lisboa. (Anais). Lisboa: [S. n.]. 1985. 67-75.

BERTOLAZZO, W. MELLO E ALVIM, M. C. DE. Os seios frontais em grupos indígenas brasileiros - construtores de sambaquis e botocudos. *Clio - Revista do Curso de Mestrado em História*, Série arqueologia, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2 7: 113-130. 1985.

BERTOLAZZO, W. Os seios frontais em grupos indígenas brasileiros - homem da Lagoa Santa, construtores de sambaquis e botocudos. *In: Anais do Instituto de Antropologia*. [S.l.: s.n.]. [19-].

BIBOW, D. Análise do acervo malacológico pretérito do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – SC. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 1997, Joinville: UNIVILLE. (Anais). Joinville: UNIVILLE, 1997. 71p.

BIGARELLA, J. J.; TIBURTIUS, G.; SOBANSKI, A. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. I - Situação geográfica e descrição sumária. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v. 9, p. 99-140. 1954.

BIGARELLA, J. J.; TIBURTIUS, G.; SOBANSKI, A. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina - I - Situação geográfica e descrição sumária. *In: Anais do Instituto de Antropologia*, 5-6, 1954, Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. (Anais). Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, 1954. p. 293-314.

BIGARELLA, J. J.; SALAMUNI, R.; MARQUES FILHO, P. L. Método para a avaliação do nível oceânico à época da formação dos terraços de construção marinha. *Boletim Paranaense de Geografia*. Paraná, v. 3-4, p.111-115. 1961.

BIGARELLA, J. J. *et all. Estruturas e origens das paisagens tropicais e subtropicais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

BIGARELLA, J. J.; ANDRADE-LIMA, D.; RIEHS, P. J. Considerações a respeito das mudanças paleoambientais na distribuição de algumas espécies vegetais e animais no Brasil. *In: Anais da Academia Brasileira de Ciência*, (Suplemento) 47, 1975. (Anais). [S.l.: s.n.]. 1975. 411-464.

BIGARELLA, J. J. Nota prévia sobre a composição dos sambaquís do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v. 4, p.95-106. 1949.

BIGARELLA, J. J. Contribuição do estudo da planície sedimentar da parte norte da Ilha de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v. 4, p. 107-140. 1949.

BIGARELLA, J. J. Os sambaquís na evolução da paisagem litorânea sul-brasileira. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v. 9, p.199-121. 1954.

BIGARELLA, J. J. Variações climáticas no Quaternário Superior e sua datação radiométrica pelo método do Carbono 14. *Paleoclimas*. São Paulo: IG/USP, v.1, p.1-22. 1971.

BIGARELLA, J. J. Considerações a respeito das variações do nível do mar e datações radiométricas. *Cadernos de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Curitiba, UFPR, v.1, p.105-117. 1976.

BITENCOURT, A. L. V. Geomorfologia da área da pesquisa. In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.55, p.13-18. 1999.

BLASI, O. Os indícios arqueológicos do Barracão e Dionísio Cerqueira, Paraná-Santa Catarina. *Arq. do Museu Paranaense, Arqueologia*, Curitiba, [Paraná], n.2. 1965.

BLASI, O. Aspectos da arte pré-histórica no sul do Brasil. In: *Valcomonia. Symposium*. 1970, Brescia: Centro Camuno di Studi Preistorici. (Anais). Brescia, 1970. p.461-465.

BLEYER, J. A. C. Ueber die anthroprähistorischer ureinwohner des hochplateau's von Santa Catharina in Brasilien. In: *Proceedings of XVIII Congresso Internacional de Americanistas*. 18, 1912, Londres. (Proceedings).Londres. 50-53.1912.

BLEYER, J. A. C. Contribuição para o estudo do troglodyta das cavernas no planalto do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, v.7, p. 471-478. 1918.

BLEYER, J. A. C. Contribuição para o estudo do troglodyta das cavernas no planalto do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, v.8, p. 62-71. 1919.

BOCCHI, P. R.; LIBERTATORE, G. Relatório preliminar da vistoria efetuada junto aos sambaquis e concheiros naturais(terraços) no leste do Estado de Santa Catarina entre as cidades de Jaguaruna e Imbituba. *Relatório Interno* (inédito). Porto Alegre, 1º Distrito DNP/MME. 1968.

BOPPRÉ, J. *Die Sambaquis in Küstenstriche Brasiliens*. Der Urwaldsbote Blumenau, edição 6/01/1933.

BROCHADO, J. P. CALDERÓN, V.; CHMYZ, I.; DIAS, O. F.; EVANS, C.; MARANCA, S. MEGGERS, B. J.; MILLER, E. T.; NASSER, N. A. S.; PEROTA, C.; PIAZZA, W. F.; RAUTH, J. W.; SIMÔES, M. F. *Arqueologia Brasileira em 1968. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Publicações Avulsas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.12, p. 3-40. 1969.

BROCHADO, J. P. CALDERÓN, V.; CHMYZ, I.; DIAS, O. F.; EVANS, C.; MARANCA, S. MEGGERS, B. J.; MILLER, E. T.; NASSER, N. A. S.; PEROTA, C.; PIAZZA, W. F.; RAUTH, J. W. & SIMÔES, M. F. *Brasilian Archaeology in 1968: an interim report of the National Program of Archaeological Research*. *American Antiquity*. [S.l.: s.n.], v.35,n.1, p.1-23. 1970.

BROCHADO, J. P. *Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*. Buenos Aires, v.7, p.7-39. 1973.

BROCHADO, J. P. *Desarrollo de la tradición Tupi guarani (A.D. 500-1800)*. *Gabinete de Arqueologia da UFRGS*. [S.l.: s.n.], Publ. 3,1973.

BROCHADO, J. P. *A analogia etnográfica na reconstrução da alimentação por meio de evidências indiretas. A mandioca na Floresta Tropical*. *Caderno 2*. Porto Alegre, IFCH, UFRS. 1977.

BROCHADO, J. P. *A alimentação na floresta tropical*. Porto Alegre: Instituto de Filosofica e Ciências Humanas.1977.

BROCHADO, J. P. *A tradição cerâmica tupi-guarani na América do Sul*. *Clio*, Recife: UFPE, v.3, p. 47-60. 1980.

BRUNO, M. C. O. GUEDES, S. P. L.; AFONSO, M. C. & ALVEZ, M. C. *Um olhar museológico para a arqueologia: a exposição "Pré-história regional" de Joinville (Santa Catarina)*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: Mae/Usp, v.1, p.113-129. 1991.

BRYAN, A. L. *Excavation of a Brazillian Shell Mound*. *Science of Man*. Mentone, California, v.1, n.5, p.148-151 e 174. 1961.

BRYAN, A. L. *Resumo da arqueologia do sambaqui do Forte Marechal Luz*. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v.2, p. 9-31. 1977.

BRYAN, A. L. *Prehistoric cultural adaptations at Forte Marechal Luz. The sambaqui at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil*. In: BRYAN, A. L.; GRUHUN, R. (eds.) *Brazilian Studies*. Covarllis, Oregon St. University, 1993.

## C

- CABRAL, O. R. Da raridade dos zoólitos platiformes. *Anais do Instituto de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.1, n.1, p. 3-19. 1968.
- CALDARELLI, S. B. Herberths, A. L. Estruturas habitacionais escavadas na bacia do rio Chapecó, extremo oeste catarinense. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, v.58, p.139-156. 2002.
- CAMPEMA, G. S. de. Os sambaquis. *Ensaio de Ciência*. Rio de Janeiro, n.1, 1876.
- CAMPEMA, G. S. de. Parecer sobre as investigações do Sr. Conde de La Hure nos sambaquis. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*, v.28, p. 283-284. 1865.
- CARLE, C. B. Legislação, patrimônio e restauração: problemas para a reflexão. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.29, p.277-279. 1999.
- CARLE, M. R.; FERNANDES, T. C. Evidências de ruínas históricas na Ilha do Mel, Baía da Babitonga, Litoral Norte de Santa Catarina. *MASJ*. Joinville, 1999.
- CARUSO JR., F. Geologia dos depósitos de conchas calcárias no Estado de Santa Catarina. *Geosul*. Florianópolis, ed. UFSC, v.14, p.101-136.1992.
- CASTILHO, P. V.; SIMÕES-LOPES, P. C. Zooarqueologia dos mamíferos aquáticos e semi-aquáticos da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*. [S.l.: s.n.], v.18, n.3, p. 719-727. 2001.
- CASTRO FARIA, L. Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro (n.s.)*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.13, p.1-106,1952.
- CASTRO FARIA, L. Le problème des sambaquis du Brésil; récents excavations du gisement de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina) *Proceedings of 30th International Congress of Americanist*. Cambridge, Royal Anthropological Institute, p. 86-91,1955.
- CASTRO FARIA, L. Sculptures en pierre des paleoamérindiens de la côte meridionale du Brésil: les zoolithes de Santa Catarina. *Actes du IV<sup>o</sup> Congrès International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques (CISAE) 2*: tomo II, Vienne, 1952, págs. 366-369, 5 figs. 1955
- CASTRO FARIA, L. A formulação do problema dos sambaquis. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*.569-577. São Paulo.1955
- CASTRO FARIA, L. O problema da proteção aos sambaquis. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.49, p.95-138.1959.
- CASTRO FARIA, L. A arte animalista dos paleomeríndios do litoral do Brasil. *Série Antropologia*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.24, p.1-15.1959.

CASTRO FARIA, L. Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v.14, p.17-37. 1963.

CASTRO FARIA, L. *Antropologia - Escritos Exumados II: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: Eduff. 1999.

CASTRO, V. H. S. Ferreira, J. A. F. Prospecção de concheiros naturais: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Porto Alegre, CPRM (Relatório Final). 1971.

CHMYZ, I. A ocupação do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina por novos ceramistas. *Estudos Brasileiros*. Curitiba, UFPR, v.1, p.7-43. 1976.

CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*. Curitiba: Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPR, v.1, p.1-2. 1976.

COCILOVO, J. A. NEVES, W. A. *Afinidades biológicas entre las poblaciones prehistoricas del litoral de Brasil y de Argentina. Primera aproximación*. Rio Cuarto: Universidade Nacional de Rio Cuarto, 1987.

COMERLATO, F. Preservação, educação e patrimônio arqueológico: a experiência do curso de capacitação dos monitores da Ilha do Campeche. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis, p. 39-46. 2002.

CONSENS, M.; SEDA, P. Fases, estilos e tradições na arte rupestre do Brasil: a incomunicabilidade científica. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.17, n.20, p.33-58. 1990.

COPÉ, S. M. Arqueologia pré-histórica do planalto: os grupos ceramistas da Tradição Taquara. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.29, p.180-188. 1999.

CUNHA, E. S.; CUNHA, M. S. Abrasões dentários no homem dos sambaquis. *Revista do Sindicato dos Odontologistas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, p.3.1960.

CUNHA, E. S. Patologia odonto-maxilar do homem do sambaqui. *Revista Brasileira de Odontologia*. Rio de Janeiro, v.17, n.103.1959.

CUNHA, E. S. Afecções alvéolo-dentárias de população do sambaqui de Cabeçuda. *Revista do Museu Paulista (nova série)*, São Paulo, v.14, p.523-529. 1963.

## **D**

D'ANGELIS, W. R. Para uma História dos índios do oeste catarinense. *In: Para uma História do oeste catarinense - 10 anos de CEOM*. Chapecó: Unoesc, 141-220.1996.

DE BLASIS, P.; PIEDADE, S. C. M. As pesquisas do Instituto de Pré-história e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: MAE/USP, v.1, p.165-188. 1991.

DE BLASIS, P.; FISH, S. K.; GASPAR, M. D.; FISH, P.; FISH, S. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the southern shores of Brazil. *Revista de Arqueologia Americana*. [S.l.]: Instituto Panamericano de Geografia e História, v.15, p.75-105. 1998.

DE BLASIS, P.; AFONSO, M. C.; FIGUTI, L.; FISH, P.; FISH, F.; GASPAR, M. D.; EGGERS, S.; LAHR, M. M. Padrões de assentamentos e formação de sambaquis em Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v.8, p.319-321. 1998.

DE BLASIS, P.; AFONSO, M. C. Indicadores de complexidade nos grandes sambaquis do litoral sul do Brasil. *Simpósio Arqueologia de las Tierras Bajas*. Montevideo, 1996.

DE MASI, M. A. N.; ARTUSI, L. Fase Itapiranga: sítios da tradição planáltica. *Pesquisas*, série antropologia, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.40, p.99-121. 1985.

DE MASI, M. A. N. *Análise da indústria lítica do sítio arqueológico de Enseada*. São Francisco do Sul, [s.n.], mimeografado, 1992.

DE MASI, M. A. N. *Prehistoric hunter-gatherers mobility on the southern Brazilian coast: Santa Catarina island*. 1999. Tese (Tese de doutorado) Stanford University, 1999.

DE MASI, M. A. N. Relatório final do Projeto Mobilidade de Caçadores-coletores na costa sulbrasileira, Ilha de Santa Catarina: um estudo de caso. Período de Janeiro/97 à Janeiro/99. *11ª Superintendência do Iphan*. Florianópolis, 1999.

DE MASI, M. A. N. Programa de proteção ao patrimônio artístico, cultural e arqueológico Projeto de Ampliação da Capacidade Rodoviária das Ligações com os Países do Mercosul: BR-101 Florianópolis (SC) - Osório (RS). *Projeto Básico Ambiental – PBA*. 2001.

DE MASI, M. A. N. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas*, série antropologia, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.57, p.9-136, 2001.

DE MASI, M. A. N. A arte pré-histórica da Ilha do Campeche. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis, 11ª Superintendência Regional do Iphan, p.47-56. 2002.

DIAS, A. S.; SILVA, F. A. Sistema tecnológico e estilo: as implicações das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Mae/Usp, v.11, p.95-108. 2001.

DIAS, A. S.; HOELTZ, S. E. Proposta metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do CEPA*, v.21, n.25, p.21-62. 1997.

DUARTE, G. M. O sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39) e suas relações com o meio natural. In: *Anais do Instituto de Antropologia*, 2, 1969, Florianópolis: Universidade

Federal de Santa Catarina. (Anais). Estudos sôbre o sambaqui de Rio Lessa (SC.LF.39). A. BECK et al. (Coord.). Florianópolis, 1969. (2): 143-152

DUARTE, G. M. Distribuição e localização de sítios arqueológicos tipo sambaqui na Ilha de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 4, n.4, p.31-60. 1971.

DUARTE, P. Sambaquis do Brasil. *Anhemi*. São Paulo, v.6, n.17, p.205-211,1952.

DUARTE, P. Comentários à sessão de estudos de sambaquis. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. n. 2. São Paulo, Editora Anhemi, p.613-618, 1955.

DUARTE, P. Defesa do patrimônio pré-histórico do Brasil. *Anhemi*. São Paulo, v.30, n.90, p.543-551,1958.

DUARTE, P. O sambaqui visto através de alguns sambaquis. *Pré-história Brasileira*. São Paulo, IPH/USP, p.142, 1968.

DUARTE, P. Fontes de pesquisas pré-históricas. *Estudos de Pré-história geral e brasileira*. São Paulo, Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, p.347-441, 1970.

DURAND, M. L. AS. Cominication sur les sambagués du Brésil. *Bulletins de la Sociéte D'Anthropologie de Paris*, segunda série. [S.l.: s.n.],v.9, p.222-224, 1874.

## E

EBLE, A. B.; SCHMITZ, S. Sítio cerâmico sobre dunas (SC.LL.70). *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. V.5, n.5, p.29-37. 1972.

EBLE, A. B.; SCATAMACCHIA, M. C. Sítio cerâmico tupi-guarani no vale do Itajaí (SC-VI-69). *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. V.7, n. 7, p.67-79. 1974.

EBLE, A. B. Considerações sobre o "sítio arqueológico". *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.4, n.4, p.71-87. 1971.

EBLE, A. B. A cerâmica tupi-guarani e não tupi-guarani: correlações culturais e ecológicas em Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.4, n.4, p.103-110, 1971.

EBLE, A. B. Identificação arqueológica dos padrões de povoamento e de subsistência na região do Alto Vale do Itajaí. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.6, n.6,1973.

EDWARDS, H. G. M.; FARWELL, D. W.; FARIA, D. L. A.; MONTEIRO, A. M. F.; AFONSO, M. C.; DE BLASIS, P.; EGGERS, S. Ramam spectroscopic study of 3000 Year-old human skeletal remains from a sambaqui, Santa Catarina, Brazil. *J. Raman Spectrosc*, [S.l.: s.n.], v.32, p.17-22. 2001.

EMPAIRE, J.; LAMING, A. Les sambaquis de la côte méridional du Brésil (Campagnes de fouilles, 1954-1956). *Journal de la Société des Américanistes*, Nouvelle Série. Paris, Musée de l'Homme, v.45, p.5-163 (XLV). 1956.

EMPAIRE, J.; LAMING, A. Quelques données nouvelles sur les sambaquis du Brésil Méridional. *Revista del Instituto Cultural Venezolano-Frances*. [S.l.: s.n.], 1956.

EMPAIRE, J.; LAMING, A. Sambaquis brésiliens et amas de coquilles fuegins. *Miscellanea Paul Rivet Octagenario Dicata*. [S.l.: s.n.], v.2, p. 165-178. 1958.

ENGEVIX RIMA. *Aproveitamento hidrelétrico Quebra-queixo*. Rio de Janeiro, 13p. 1998.

EVANS, C.; MEGGERS, B. J. *Guia para a prospecção arqueológica no Brasil*. Série Guias. [Paraná]: Museu Paraense Emilio Goeldi, 57p. 1965.

EVANS, C. Lowland South America. In: JENNINGS, J.D.; NORBECK, E. (eds.) *Prehistoric man in the New World*. Chicago : William Marsh Rice University. P.419-450. 1964.

EYE, A. VON. Die brasilianischen sambaquis. *Zeitschrift für Ethnologie*. Berlin, v.19, p. 531-533. 1887.

## **F**

FAIRBRIGDE, R. W. Shellfish-eating preceramic indians in coastal Brazil. *Science*. [S.l.], v.191, p. 353-359, 1967.

FIGUTI, L.; KLÖKLER, D. M. Resultados preliminares dos vestígios zooarqueológicos do sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v. 6, p.169-187. 1996.

FIGUTI, L. Estórias de arqueopescador. Considerações sobre a ictiofauna de sítios costeiros. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.29, 29p. 1999.

FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquianos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. [S.l.], v.3, p.67-80. 1993.

FILHO, J. S. da G. Parecer sobre o trabalho do Sr. Conde de La Hure. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. [S.l.], v.39, 1866.

FISH, S. K. DE BLASIS, P. A. D.; GASPAR, M. D. & FISH, P. Incremental events in the construction of sambaquis southeastern Santa Catarina. *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)*. Rio de Janeiro, 13p, 1997.

FISH, S. K. DE BLASIS, P. A. D.; GASPAR, M. D. & FISH, P. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Mae/Usp, v.10, p. 69-87. 2000.

FOSSARI, T. *et all.* Projeto do povoamento pré-histórico da ilha de Santa Catarina. *Arquivos do Patrimônio Histórico Nacional*. Florianópolis, Iphan, Relatórios 1, 2, 3, 4. 1987.

FOSSARI, T. D. A pesquisa arqueológica do sítio histórico São José da Ponta Grossa. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.19-20, p.19, p.5-103. 1987-1988.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia pré-colonial do litoral norte de Santa Catarina - balanço preliminar da produção científica*. São Paulo: Ática, (Série Princípios), 85p. 1988.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática. 1988

## G

GARCIA, C. D. R. Sítios arqueológicos costeiros e flutuações do nível marinho. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.124-126. 1984.

GARCIA, C. D. R. Levantamento ictiológico em jazidas pré-históricas. *Estudos de Pré-história geral e brasileira*. São Paulo, Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, p.474-486. 1970.

GARCIA, C. D. R. Nova datação do sambaqui Maratuá e considerações sobre as flutuações eustáticas propostas por Fairbridge. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.1, n.1, p.15-30. 1979.

GASPAR, M. D.; TENÓRIO. M. C. Amoladores e polidores fixos do litoral brasileiro. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.17, n.20, p.181-190. 1990.

GASPAR, M. D.; FISH, P.; SCHEEL-YBERT, R.; FIGUTI, L.; KLOKLER, D.; KNEIP, A.; RIBEIRO, L. B.; FARIAS, D. S. E.; AFONSO, M.; KARL, R. J.; EGGER, S.; FISH, S. K.; DE BLASIS, P. Padrão de assentamento e formação de sambaquis: arqueologia e preservação em Santa Catarina. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis, 11ª Superintendência Regional do Iphan, p.57-62. 2002.

GASPAR, M. D.; DE BLASIS, P. A. D. Construção de sambaquis: síntese das discussões do grupo de trabalho e colocação da proposta original. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. v.2. Rio de Janeiro, p.811-820, 1992.

GASPAR, M. D.; AFONSO, M.; DE BLASIS, P.; EGGERS, S.; FIGUTI, L.; FISH, P.; FISH, S.; KLÖKLER, D. M.; LAHR, M. M. ; MORLEY, E. Uma breve história do Projeto de Pesquisa "Padrão de Assentamento e Formação de Sambaquis: Arqueologia e Preservação em Santa Catarina". *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.29, p.108-117. 1999.

GASPAR, M. D. Datações, construção de sambaqui e identidade social dos pescadores, coletores e caçadores *In: Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8, 1996, Porto Alegre. Coleção Arqueologia, KERN, A. A. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 1(1): 377-398.

GASPAR, M. D. Análise das datações radiocarbônicas dos sítios de pescadores, coletores e caçadores. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciência da Terra.*, v.8, p.81-91. 1996.

GASPAR, M. D. Datações radiocarbônicas dos sítios de pescadores, coletores e caçadores. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Ciências da Terra. Belém, MPEG, v.8, p.81-91. 1996.

GASPAR, M. D. Considerations of the sambaqui of the Brazilian coast. *Antiquity*. v.72, p.227, p. 592-615. 1998.

GASPAR, M. D. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, EDUFRRJ, p. 159-169. 1999.

GASPAR, M. D. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 89p. 2000.

GIANCOTTI, V. Outras questões ligadas a sítios litorâneos. *In: SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M, B. (eds). Temas de arqueologia brasileira 3. arcaico do litoral*. Goiânia: UCG, Anuário de Divulgação Científica 7, 1978/79/80.

GOMES Jr., F. C. Geologia dos depósitos de conchas calcárias no Estado de Santa Catarina. *Relatório Interno*. Florianópolis, 11º Distrito DNPM, 17p. 1986.

GOMES, J. M. P.; HAUBERT, F.; KREVER, M. L. B. Os sepultamentos de Içara I: as formas de sepultamento. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, Unisc, v.23, n.29, p.31. 1999.

GOULART, M. *Tecnologia e padrões de subsistência de grupos pescadores-coletores pré-históricos: habitantes do sambaqui Morro do Ouro - Joinville - Santa Catarina*. UFSC/FAPEU/PM J, (relatório). Joinville, UFSC/FAPEU/PMJ. 105p. 1980.

GOULART, M. *Projeto arqueológico Uruguai. Levantamento e escavação de sítios arqueológicos no Município de Chapecó, Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC/Eletrosul. 1983.

GUALBERTO, L. Os casqueiros de Santa Catharina ou sambaquis. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. Rio de Janeiro, v. 6, n.150, p. 287-304. 1927.

GUEDES, S. P. L. C. O MASJ Hoje. *Boletim do MASJ*. Joinville: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, v.1, p. 8-12. 1990.

GUEDES, S. P. L. C. O Projeto "Espinheiros" e seus objetivos. *Boletim do MASJ*. Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, v. 3, p.6-10. 1991.

GUERRA, A. T. Contribuição da geomorfologia ao estudo dos sambaquís. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.5-13, 1950.

GUERRA, A. T. Contribuição ao estudo da geomorfologia e do quartenário do litoral de Laguna. *Revista Brasileira de Geografia*. V.12, n.4, p. 535-564. 1950.

GUERRA, A. T. Apreciação sôbre o valor dos sambaquís como indicadores de variações do nível dos oceanos. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*. [S.l.], v.8, n.91, p. 850-853. 1950.

GUERRA, A. T. Notas sôbre alguns sambaquís e terraços do litoral de Laguna (Santa Catarina). *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, v.8, p. 3-18. 1951.

## H

HAUBERT, F.; KREVER, M. L. B.; GOMES, J. M. P. Os sepultamentos de Içara II: material e métodos. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, Unisc, v. 23, n.29, 30 p. 1999.

HEBERTS, A. L. Proposta metodológica de levantamento arqueológico em projetos de áreas amplas, baseando no estudo de caso da UHE Quebra-Queixo. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.25, n.33, p.37-42. 2001.

HEBERTS, A. L. Histórico dos estudos de arqueologia nos EIAS-RIMAS em Santa Catarina: 1986-2000. *Revista do CEPA*. V.25(33): 43-63. Santa Cruz do Sul. 2001.

HENRIQUES JR., G. P. O material lítico S. In: B. CALDARELLI (Org.) *Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada da UHE Quebra-queixo, SC - Relatório final*. Florianópolis:Scientia Ambiental. 2002

HERBERTS, A. L. Avaliação arqueológica em área de fazenda de camarão, Laguna, SC. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis, 11ª Superintendência Regional do Iphan, p.15-18. 2002.

HEREDIA, O. R.; BELTRÃO, M. da C. de M. C. Mariscadores e pescadores pré-históricos do litoral centro sul brasileiro. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo, v. 31, p. 101-119. 1980.

HILBERT, K. P. Caçadores-coletores pré-históricos no sul do Brasil: um projeto para uma redefinição das tradições líticas Umbu e Humaitá. In: FLORES, M. (Org.) *Negros e Índios: Literatura e História*. Porto Alegre: Edipucrs. 1994.

HURT, W. R. Recent radiocarbon dates for central and southern Brazil. *American Antiquity*. Salt Lake City, University of Utah, The Society for American Archaeology, v.30, p.25-33. 1965.

HURT, W. R. *The determination of the chronological sequence and the cultural content of the sambaquis of the zona de Laguna region*. Santa Catarina – Indiana, University Museum Bloomington, Indiana University Museum. 1965.

HURT, W. R. Additional radiocarbon dates from the sambaquis of Brazil. *American Antiquity*. Salt Lake City, University of Utah, The Society for American Archaeology v.31, n.3, p. 440-441. 1966.

HURT, W. R. The pre-ceramic occupations of central and southern Brazil. *Actas y Memorias do XXXVII Congresso Internacional de Americanistas*. n.3. p.275-297, 1968.

HURT, W. R. The interrelationships between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina. *Occasional Papers and Monographs*. 1. Brazil, Indiana University Museum, Bloomington. 1974.

HURT, W. R. Adaptações marítimas no Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v.7-8, p.61-72. 1983/84.

## I

IHERING, H. VON. A civilização prehistorica do Brazil Meridional. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v.1, p. 33-159. 1895.

IHERING, H. VON. A origem dos sambaquis. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo: IHGSP, v.8, p.446-457. 1903.

IHERING, H. VON. Archeologia comparativa do Brazil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v.6, p.519-583. 1904.

IMBELLONI, J. Las formaciones humanas de planalto y del borde marítimo del Brasil en el panorama de las razas de America. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.1, n.2, p.109-121. 1953.

IMBELLONI, J. Sobre los constructores de sambaqui (3ª contribuição) Yacimientos de Paraná y Santa Catarina. *Anais do XXXI Congress of International Americanist*. n.2. São Paulo, p.965-997, 1955.

IMBELLONI, J. Las reliquias del sambaqui. *Revista do Museu Paulista*, nova série. São Paulo, Museu Paulista, v.10, p.243-281. 1959.

## K

KELLER, L. A arte rupestre do município de Florianópolis. [S.n.]:Editora Rupestre. s/d.

KERN, A. A . Le pré-céramique du plateau sud-brésilien. *Publicações Avulsas do GPHRS*. [S.l.: s.n.], UFRGS, 427p. 1982.

KERN, A. A . Variáveis para a definição e caracterização das tradições pré-cerâmicas Umbu e Humaitá. *Revista do IFCH*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.11-12. 1983.

KERN, A. A . Projeto arqueológico Uruguai. *Relatório de pesquisa arqueológica em área da futura usina hidrelétrica de Barra Grande*. Porto Alegre, PUCRS. 1985.

KERN, A. A . Grupos pré-históricos de caçadores-coletores da floresta subtropical. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.17, n.20, p. 101-128. 1990.

KLÖKLER, D. M. Processos de formação de sambaquis: uma abordagem zooarqueológica. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.29, p.30. 1999.

KLÖKLER, D. M.; FIGUTI, L. Análise de formação de um sambaqui: análise de sedimentos. Simpósio Arqueologia de las Tierras Bajas Montevideo 1996

KNEIP, A. Sambaqui do Forte: identificação espacial de atividades humanas e suas implicações. *Revista do Museu Paulista*, série Arqueologia. [São Paulo], v.2, p. 81-142. 1976.

KNEIP, A. *A ocupação do litoral Sul e Sudeste brasileiro por pescadores, coletores e caçadores pré-históricos* (inédito), [S.l.: s.n.], 17p. 1997.

KNEIP, A. *Cronologia da ocupação do litoral meridional brasileiro, entre São Paulo e Santa Catarina, por povos pescadores, coletores e caçadores pré-históricos*. (inédito), [S.l.: s.n.], 22p. 1998.

KOENIGSWALD, G. VON. Die indianischen Muscheleberge in Süd-brasilien. *Globus*, Braunschweig, v.87, n.20, p.341-347. 1905.

KREPLIN, H.; VON MARTENS; VIRCHOW. Über die Muschelberg von Dona Francisca (Brasilien). *Zeitschrift für Ethnologie*. Berlin, v.4, p.187-191. 1872.

KREVER, M. L. B.; HAUBERT, F.; IZIDRO, J. M. Os sepultamentos. *In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.55, p.65-123, 1999.

KREVER, M. L. B.; GOMES, J. M. P.; HAUBERT, F. Os sepultamentos de Içara III: resultados. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, Unisc, v.23, n.29, 33 p. 1999.

## L

LA HURE, CONDE DE. *L'Empire du Brésil*. 1862. [monografia] complete de l'empire sud américain. Paris: Ferdinand Sartorius. 1862.

LA SALVIA, F.; SCHMITZ, P. I.; BASILE BECKER, I. I. Cerâmica Caingang: Fase Vacaria. *Ciência e Cultura*. São Paulo. v.20, n.2, p.457. 1968.

LACERDA, J. B.; Peixoto, R. Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.1. 1876

LACERDA, J. B. Documents pour servir a l'histoire de l'homme fossile du Brésil. *Memóires de la société Anthropologique*. Paris, v.2, p.517-541.1878.

LACERDA, J. B. A morfologia craneana do homem dos sambaquis. *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia. 1882.

LACERDA, J. B. O homem dos sambaquis (contribuição para a anthropologia brasileira). *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v.6, p.175-204.1885.

LAGO, P. F. *Santa Catarina - a Terra, o Homem, a Economia*. Florianópolis: UFSC.1968.

LAMING-EMPERAIRE, A. J. Bilan de trois campagnes de fouilles archéologiques au Brésil méridional. *Journal de la Société des Américanistes* (nouvelle series). Paris, Musée de l'Homme, au siège de la Société, v.47, p.199-212. 1958.

LAMING-EMPERAIRE, A. Novas perspectivas sobre a pré-história do Sul do Brasil. *Ahembi*, São Paulo, v.38, n.113, p.228-235. 1960.

LAMING-EMPERAIRE, A. Travaux archeologiques en Amerique du Sud. *Objects et Mondes*. Paris, v.2, n.3, p.149-164. 1962.

LAMING-EMPERAIRE, A. Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul. *Manuais de Arqueologia*. Curitiba, Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, n.2. 1967.

LAMING-EMPERAIRE, A. Missions archéologiques françaises au Chili Austral et au Brésil Meridional, datations de quelques sites par le radiocarbone. *Journal de la Société des Américanistes*. Paris, v. 57, p.77-99.1968.

LANGER, J. Os sambaquis e o império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. [S.l.: s.n.], p.11-34-53. 2001.

LAVINA, R. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. São Leopoldo, Instituto de Pesquisas, Unisinos. 1994.

LAVINA, R. Informações etnográficas sobre os kaingang do Brasil meridional. In: S. B. CALDARELLI (Org.) *Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada da UHE Quebra-queixo, SC - Relatório final*. Florianópolis, Scientia Ambiental. 2002.

LAVINA, R. Salvamento arqueológico da barragem do Rio São Bento, Siderópolis/SC. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis: 11ª Superintendência Regional do Iphan, p.63-67. 2002.

LEÃO, E. de. Antonina prehistorica. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, n.12. 1919.

LEONARDOS, O. H. Concheiros naturais e sambaquis. *Publicações Avulsas*, Rio de Janeiro, SFPM, 109p (Avulso nº 37, Departamento Nacional da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 109 pág, 2 mapas, 26 fotos, 1 diagr., 7 figs. 1938.

LEPREVOST, A. Sôbre a ocorrência de machados de pedra nos Estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.7, p.149-155. 1952.

LESSA, A.; Medeiros, J. C. M. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Mae/Usp, v.11, p. 77-93. 2001.

LIMA, T. A.; NEVES, W. A.; PROUS, A. Projeto Babitonga: uma proposta de Releitura dos Sambaquis do Litoral Meridional Brasileiro. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.29, p.124-130. 1999.

LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*. São Paulo, USP. 44: 270-327.. 1999/2000

LÖFGREN, A. Contribuições para a archeologia paulista - Os Sambaquis de São Paulo. *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*. São Paulo, Tip. de Vanorden & Cia, v.9, p.1-91. 1893.

LÖFGREN, A. Os sambaquis na evolução da paisagem litorânea sul-brasileira. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, IHGSP, v.8, p.458-465. 1903.

LÖFGREN, A. Os sambaquis. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo. v.8, p. 458-465. 1908.

LUSTIG-ARECCO, V. Ecologia e cultura material: uma análise comparativa. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v. 40, p.45-73. 1985.

**M**

MAACK, R. Breves notícias sobre a geologia dos Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.2, p.63-154. 1947.

MAGALHÃES, E. D. Sambaquis brasileiros (uma orientação bibliográfica) Dédalo. *Revista de Arte e Arqueologia*. São Paulo, Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo, v.1, n.1, p.93-111. 1965.

MAGARINOS, J. Palavras sobre arqueologia no Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 37, p.76-83. 1933.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J.M. Informações adicionais fornecidas pelos sambaquis na reconstrução de paleolinhas de praia quaternária: exemplos da costa do Brasil. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.128-147. 1984.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J. M.; AZEVEDO, A. E. G. Mapa geológico do Quaternário costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina DNPM. *Série Geologia*. [S.l.: s.n.], v. 28, (Seção Geologia Básica, nº 18). 1988.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J. M. Utilisation des amas coquilliers artificiels dans les reconstructions des anciennes lignes de rivage: exemples brésiliens. *Cahier O.R.S.T.O.N.*, Sé. Géol. [S.l.: s.n.], v.12, n.2, p.135-146. 1981-1982.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J. M. Relative sea-level reconstruction during the last 7.000 years along the states of Paraná and Santa Catarina coastal plains: Additional informations derived from shell-middens. *Quaternary of South America and Antartic Peninsula*, [S.l.: s.n.], 4. 1986.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J. M. Shell-middens as a source for additional information in Holocene shoreline and sea-level reconstruction: examples from the coast of Brazil. In: VAN DE PLASSCHE O. (ED.). *Sea-level research - a manual dor the collection and evaluation of data*, Norwich: Geobooks. p.503-521. 1986.

MARTIN, L.; SUGUIO, K. Excursion route along the coastal plains of the states of Paraná and Santa Catarina. International. In: *Synposium on Sea Level Changes and Quaternary Shorelines*, 1, 1986, São Paulo. (Special Publ.). p.1-124.

MATOS, A. *Santa Catarina de ontem e de hoje*. Florianópolis:Editora Imprensa Oficial do Estado. 176 p (edição incompleta). 1942.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. *Como interpretar a linguagem da cerâmica: manual para arqueólogos*. Washington: Smithsonian Institution, 111p, 28 fig. 1970.

MELLER, J. K. *Levantamento preliminar da flora existente sobre o sambaqui Rio Comprido em Joinville – SC*. 1996. 34p. [Monografia de Conclusão do Cursos de Ciências Biológicas]. Graduação. Joinville: UNIVILLE, 1996.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; VIEIRA, I.; CHEVICHE, T. Os construtores dos sambaquis de Cabeçadas, S.C. e de Piaçaguera, S.P. Estudo morfométrico

comparativo. *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Rio de Janeiro, Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, v.1, p.395-407. 1975.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; UCHÔA, D. P.; GOMES, J. C. O. Cribia orbitalia e lesões cranianas congêneres em populações pré-históricas da costa meridional do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v.1, p. 21-53. 1991.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; SOARES, M. C.; CUNHA, P. S. P. Traços não-métricos cranianos e distâncias biológicas em grupos indígenas do Brasil-Botocudos e construtores de sambaqui. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v.7-8, p.323-338. 1984.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; SOARES, M. C.; CUNHA, P. S. P. Traços não-métricos cranianos e distâncias biológicas em grupos indígenas do Brasil - Botocudos e construtores de sambaquis. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.107-117. 1984.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; SOARES, M. C. Estudo comparativo de traços não-métricos em populações pré-históricas do Brasil. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v.38, p.1-19. 1983.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; SEYFERTH, G. Estudo morfológico de número da população de Cabeçuda (Laguna - Santa Catarina). In: *O Homem antigo na América*. São Paulo: Instituto de Pré-história. p.25-28.1968-1969.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; SEYFERTH, G. O fêmur na população do sambaqui de Cabeçuda (Laguna - Estado de Santa Catarina). Estudo morfológico e comparativo. *Boletim do Museu Nacional (Antropologia)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v.24. 1971.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; MELLO FILHO, D. P. Morfologia craniana da população de sambaqui de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina) e sua relação com outras populações de paleoameríndios do Brasil. In: *Homenagem a Juan Comas em su 65 aniversário*. México. v.2, p.37-42.1965.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; MELLO FILHO, D. P. Morfologia da população do sambaqui do Forte Marechal Luz (Santa Catarina). *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.15-16, p. 5-12. 1967-1968.

MELLO E ALVIM, M. C. DE.; GOMES, J. C. O. Análise e interpretação da hiperostose porótica em crânios humanos do Sambaqui de Cabeçuda (SC - Brasil). *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.7, p.125-145. 1989.

MELLO E ALVIM, M. C. DE. Caracterização da morfologia craniana das populações pré-históricas do litoral meridional brasileiro. *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, v.3. 1978.

MENGHIN, O. F. A. Los sambaquís de la costa atlántica del Brasil Meridional. *Ameridia*. Montevideo, v.1, p.53-81. 1962.

MENTZ RIBEIRO, P. A. A Tradição Taquara. *Revista do CEPA* 23(29): 159-169. Santa Cruz do Sul 1999

MENTZ RIBEIRO, P. A. A arte rupestre no sul do Brasil. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.7, p.1-27. 1978.

MENTZ RIBEIRO, P. A. Indústrias líticas do sul do Brasil: uma tentativa de esquematização. *Anais do 5º Congresso Nacional de Arqueologia Argentina*. San Juan, 17p., 1978.

MENTZ RIBEIRO, P. A. Indústrias líticas do sul do Brasil: uma tentativa de esquematização. *Veritas*. [S.l.: s.n.], v.96, p.471-494. 1979.

MENTZ RIBEIRO, P. A. A tradição Umbu no sul do Brasil. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.17, n.20, p.129-152. 1990.

MENTZ RIBEIRO, P. A. Os mais antigos caçadores-coletores do Sul do Brasil. In: TENÓRIO, M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: EDUFRJ. p.75-88. 1999.

MEYER, H. Muschelhügel (Sambaki) und Urnenfeld bei Laguna (Brasilien). *Globus*. Braunscheweig, v.69, n. 20, p.338-340. 1896.

MILLER JR., T. O. Sugestões para uma tipologia lítica para o interior do sul do Brasil. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v. 21, 1969.

MILLER JR., T. O. Outras questões ligadas a sítios litorâneos. In: SCHMITZ, P. I.; Barbosa, A. S.; Ribeiro, M, B. (eds). *Temas de arqueologia brasileira: arcaico do litoral*. Goiânia: 3UCG, Anuário de Divulgação Científica, v.7. 1978/79/80.

MONTARDO, D. L. O. A questão da variabilidade das evidências funerárias nos sítios pré-coloniais do litoral catarinense. In: *Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8, 1996, Porto Alegre. Coleção Arqueologia, KERN, A. A. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 1(2): 141-150.

MUELLER, H. Sur les débris de cuisine (sambaquí) du Brésil. *Comptendu de la VIIème session du Congrès International des Américanistes (1888)*. Berlin, p.459-462. 1896.

## N

NETTO, L. A origem dos sambaquis. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia. 1882.

NETTO, L. Investigações sobre a archeologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v.6, p.257-544. 1885.

NEVES, W. A.; BLUM, M. Afinidades biológicas entre populações pré-históricas do centro-sul brasileiro - uma análise multivariada. *Fronteiras - Rev. História*. [S.l.: s.n.], v.2, n.4, p.143-169. 1998.

NEVES, W. A. Variação métrica nos construtores de sambaquis do sul do Brasil: primeira aproximação multivariada. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.4, n.4, p.83-108. 1982.

NEVES, W. A. Incidência e distribuição de osteoartrites em grupos coletores do litoral do Paraná: uma abordagem osteobiográfica. *Clio- Série de Arqueologia*. [S.l.: s.n.], v.5. 1983.

NEVES, W. A. Antropologia física e padrões de substância no litoral norte de Santa Catarina, Brasil (Projeto). *Revista de Pré-História*. São Paulo: Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.67-477. 1984.

NEVES, W. A. A ocupação pré-colonial da América do Sul. reflexões a partir de um exercício bioantropológico. *Taller Internacional del Poblamiento Temprano de Sudamérica*. Chile, 1984.

NEVES, W. A. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.43, p.1-178. 1988.

NEVES, W. A.; UNGER, P.; SCARAMUZZA, C. A. M. Incidência de cáries e padrões de subsistência no litoral norte de Santa Catarina, Brasil. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.371-380. 1984.

NEVES, W. A. Epigenetic variation in shell-mound builders of the southern Brazilian shore. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-história/USP, v.2, p.93-98. 1980.

NEVES, W. A. Fertilidade das mulheres e dimorfismos sexual no sítio arqueológico da Praia da Tapera, Santa Catarina, Brasil: análise das modificações do púbis. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-história/USP, v.5, n.5, p.23-36. 1983.

NEVES, W. A. Estilo de vida e osteobiografia: a reconstituição do comportamento pelos osso humanos. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p. 287-291. 1984.

NIEHUES, V. D. Histórico dos sambaquis da região de Joinville. Relatório do MASJ. Joinville, 4p. 1990.

NOELLI, F. S. Pari: armadilhas de pesca no sul do Brasil e a arqueologia. *In: Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8, 1996, Porto

Alegre. Coleção Arqueologia, KERN, A. A. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 1(2): 435-446.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-200. *Revista USP*, São Paulo, Usp, v.44, p. 218-269. 2000.

## O

OLIVEIRA, B. A zona litorânea do Norte Catarinense. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro, v.2, n.17, p.682-696. 1944.

OLIVEIRA, B. Restingas no sul catarinense. *Boletim da Secção do Rio de Janeiro, da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.3-16 . 1948.

OLIVEIRA, B. Geologia, petrologia e geomorfologia da Ilha de São Francisco do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 12, n.2, p.133-168. 1960.

OLIVEIRA, L. D. de.; SYNABSKI, L. C. P. Arqueologia histórica no sul do Brasil: um breve panorama. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, p.29, p.259-261. 1999.

OLIVEIRA, M. S. C. de. TAMANINI, E. A cidade e o patrimônio: reflexões sobre a preservação de sítios arqueológicos em Joinville. *Série Cadernos do ICOMOS/Brasil*. São Paulo: ICOMOS, v.2, p.58-59. 1998.

OLIVEIRA, M. S. C. de.; HORN FILHO, N. O. De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquis no litoral norte catarinense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Mae/Usp, 11: 55-75. 2001.

OLIVEIRA, M. S. C. de. HOENICKE, N. F. Sítios arqueológicos em Joinville - SC: inventário descritivo básico. *MASJ/IPPUJ*. Joinville: MASJ/IPPUJ, 38p. 1994.

OLIVEIRA, M. S. C. de. Distribuição espacial de sambaquis em Joinville - SC: Exercício geoestatístico preliminar sobre a morfometria dos sítios. *Rev. Paranaense de Geografia*. Curitiba: AGB, v.1, p.17-27. 1996.

OLIVEIRA, M. S. C. de. O conceito de proximidade aplicado a distribuição espacial dos sítios arqueológicos de tipologia sambaqui em Joinville-SC. *Laudo GEOG.0029-010796 (ART-1142965)*. Joinville, 15p.1996.

ORSSICH, A. Observações arqueológicas em sambaquis. *Revista de Antropologia*. Curitiba, v.2, n.2, p.11-60. 1954.

ORSSICH, A. Observações arqueológicas em sambaquis. *Cadernos de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Curitiba, v.1, n.2, p.61-67. 1977.

## P

PADBERG-DRENKPOL, J. A. Misteriosas galerias subterrâneas em Santa Catharina. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v.9, p.83-91. 1933.

PARDI, M. L. SPHAN/IBPC: Informações sobre o órgão de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v.4, p. 230-236. 1994.

PEREIRA, C. B.; GALVÃO, C.A. N.; MELLO E ALVIM, M. C. Craniometria radiográfica em população pré-histórica brasileira. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.40, p.33-44. 1985.

PEREIRA, M.; ROHR, J.A.; LENGYEL, I.; BARRETO, O. C. O. P. Os grupos sanguíneos ABO em esqueletos pré-históricos de aborígenes da Ilha de Santa Catarina, Brasil. SBPC. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.36, n.9, p.1597-1599. 1984.

PIAZZA, W. F.; EBLE, A. Arqueologia do Vale do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, [s.n.]. 1968.

PIAZZA, W. F. O sítio arqueológico de Rio Tavares (Santa Catarina). *Revista Dédalo*. São Paulo, USP, v.2. 1965.

PIAZZA, W. F. Bibliografia arqueológica de Santa Catarina. *Estudos de Sambaquis - Nota Prévia, Série Arqueologia*. Florianópolis: IA/UFSC, v. 2, p. 39-72. 1966.

PIAZZA, W. F. O sambaqui de Espinheiros I (uma tentativa de salvamento, 1964). *Estudos de Sambaquis - Nota Prévia, Série Arqueologia*. Florianópolis, IA/UFSC, v.2, p. 23-38. 1966.

PIAZZA, W. F. O sambaqui Ponta das Almas. *Estudos de sambaquis (nota prévia)*, Série Arqueologia. Florianópolis, Instituto de Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, v.2. 1966.

PIAZZA, W. F. *Nomenclatura dos sítios arqueológicos de Santa Catarina*. Mimeografado, 1966.

PIAZZA, W. F. As fontes primárias da História: fontes arqueológicas catarinenses. *Separata do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca, p.443-481, 1967.

PIAZZA, W. F. Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Publicações Avulsas)*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v.6, p.39-44.1967.

PIAZZA, W. F. Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi (Publicações Avulsas), v.6, p.39-46.1967.

PIAZZA, W. F. Notícia arqueológica do vale do Uruguai. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (Publicações Avulsas). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v.10, p. 55-74. 1969.

PIAZZA, W. F. A área arqueológica dos "Campos de Lages". *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (Publicações Avulsas). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v.13, p.63-74. 1969.

PIAZZA, W. F. Dados complementares à arqueologia do vale do Uruguai Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Publicações Avulsas). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.15, p.71-86. 1971.

PIAZZA, W. F. Dados à arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (Publicações Avulsas). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v.26, p.53-66. 1974.

PIMIENTA, J. A faixa costeira meridional de Santa Catarina. *Boletim nº 176, Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM*, Rio de Janeiro, Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM, n.176.104p. 1958.

PINTO, A. C. B. Tombamento e destombamento. *Ô Catarina!* Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, n.24, 4p. 1997.

PROUS, A. Os objetos zoomorfos do litoral do sul do Brasil e do Uruguai. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.5, n.5, p.57-102. 1972.

PROUS, A. Les sculptures zoomorfes du Sud Brésilien et de l'Uruguay. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*. Paris, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, v.5, 177p. 1977.

PROUS, A. Temas de arqueologia brasileira (3): arcaico do litoral. *Anuário de Divulgação Científica*. Goiânia, UCG, n. 7. 1978/79/80

PROUS, A. Arte rupestre brasileira: uma tentativa de classificação. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.7, p.7-31. 1989.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 605p. 1991.

PROUS, A.; PIAZZA, W. F. ; LAMING-EMPAIRE, A. Documents pour la Préhistoire du Brésil Meridional - 2. L'état de Santa Catarina. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, v.4, 178p. 1977.

PROUS, A. PIAZZA, W. F. L'état de Santa Catarina: documents pour la préhistoire du Brésil Méridional, 2. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, v.4, 178p. 1977.

PROUS, A. Les sculptures préhistoriques du littoral brésilien et de l'Uruguay. Thèse de 3e Cycle.1974. Paris. 1977.

PUTZER, H. Epirogene bewegungen im quartär an der südostküste Brasiliens und das sambaqui – problem. *Beihefte zum Geologischen Jahrbuch*. Hannover . p.149 - 201. 1957.

## R

RATH, C. J. F. Notícia ethnologica sôbre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. Rio de Janeiro, v.34, n.1, p.287-292. 1871.

RAUTH, J. W. Subsídios para a arqueologia dos sambaquis. *Catálogo do Museu de Antropologia e Arqueologia da F.F.C.L. de Cornélio Procópio*. Paraná, [S.l.: s.n.].1976.

REIS, J. A. dos. *Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do planalto meridional*. Caxias do Sul: EDUCS. 2002.

REIS, M. J. As casas subterrâneas em Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v.4, n.4, p.111-116.1971.

RIBEIRO, A. J. Sambaquis. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro, v.2, n.15, p.310-311. 1944.

RICKEN, C. Meio biótico. In: CALDARELLI, S. B. (Org.). *Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada da UHE Quebra-queixo, SC - Relatório final*. Florianópolis: Scientia Ambiental. 2002.

ROBRAHN GONZÁLEZ, E. M. Regional pottery-making groups in southern Brazil. *Antiquity*. [S.l.], v.72, n.227, p. 616-624. 1998.

RODRIGUES DA COSTA, F. I. Estudos arqueológicos - Os sambaquis no sul de Santa Catarina. *Revista Catarinense*. Laguna, v.1, p. 47-48, 73-74, 212-214. 1911-1912.

RODRIGUES PEIXOTO, J. Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v.6, p. 205-256. 1885.

RODRIGUES-CARVALHO, C. SOUZA, S. M. Uso de adornos labiais pelos construtores do sambaqui de Cabeçuda, Santa Catarina, Brasil: um hipótese baseada no perfil dentopatológico . *Revista de Arqueologia* . São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.11, p.43-56. 1998.

ROHR, J. A. ANDREATTA, M. D. O sítio arqueológico da Armação do Sul (Nota prévia). *Pesquisas, série antropologia* . São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. V.20, p.135-138. 1969.

ROHR, J. A. Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina. In: *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis, Editora Imprensa Oficial do Estado, 120p, 1950 .

ROHR, J. A. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.3, p.199-265. 1959.

ROHR, J. A. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina - nº II – 1959. *Pesquisas*, série antropologia . Porto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.8, p. 5-21. 1960.

ROHR, J. A. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina, e notícias prévias sobre sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul - nº III - ano de 1960. *Pesquisas*, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.12, p.5-18. 1961.

ROHR, J. A. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina e sambaquis do litoral sul-catarinense - IV (1961). *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.14, p. 5-27. 1962.

ROHR, J. A. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. I. Exploração sistemática do sítio da Praia da Tapera. II. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.15, p.5-60. 1966.

ROHR, J. A. O sítio arqueológico de Alfredo Wagner - S.C. - VI - 13. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.17, p.3-23. 1967.

ROHR, J. A. Arqueologia e monumentos arqueológicos. *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.6, p.501-507. 1967.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos de Itapiranga. *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.7, p.623-629. 1967.

ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da praia de Tapera (I). *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.8, p.718-722. 1967.

ROHR, J. A. A exploração científica da aldeia da Tapera (II) *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.9, p. 807-811. 1967.

ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da praia de Tapera (III). *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.10, p. 909-913. 1967.

ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da praia de Tapera (IV). *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.11, p.997-1001. 1967.

ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da praia de Tapera (V). *Revista Vozes*. Petrópolis, v.61, n.12, p.1099-1104. 1967.

ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da praia de Tapera (VI). *Revista Vozes*. Petrópolis, v.62, n.2, p.149-154. 1968.

ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da praia de Tapera (VII). *Revista Vozes*. Petrópolis, v.62, n.4, p.325-331. 1968.

ROHR, J. A. Achados arqueológicos em Itapiranga. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.18, p.47-48. 1968.

ROHR, J. A. Levantamento de sítios arqueológicos em Jaguaruna. *Pesquisas*, São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas série antropologia, v.18, p.49-51. 1968.

ROHR, J. A. Blocos testemunho SBPC. *Ciência e Cultura* (Suplemento). [S.l.], v.20, n.2, p.456-457. 1968.

ROHR, J. A. Um método para copiar litoglifos SBPC. *Ciência e Cultura* (Suplemento). [S.l.], v.20, n.2, p. 462-563. 1968.

ROHR, J. A. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas adjacentes. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.19, p.1-30. 1969.

ROHR, J. A. O sítio arqueológico da Armação do Sul (Nota Prévia). *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.20, p.135-140. 1969.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Município sul-catarinense de Jaguaruna. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.22, p.1-37. 1969.

ROHR, J. A. Normas para cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha. *Manuais de Arqueologia*. Curitiba, CEPA, FFCL/UFP, v.3.1970.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.24, p.1-56. 1971.

ROHR, J. A. Santa Catarina antes de CABRAL! Antes de Colombo! Antes de Cristo! *Revista Catarinense*. Florianópolis, v.17, p. 22-25. 1971.

ROHR, J. A. Paleo-Amerindianer in Brasilian. *Jarbuch der Familie*. Porto Alegre, p.100-103. 1972.

ROHR, J. A. As casas subterrâneas e sua cultura material SBPC. *Ciência e Cultura* (Suplemento). São Paulo, v.24, n.6, p.481-482. 1972.

ROHR, J. A. A pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. *Dédalo - Revista de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, v.9, n.17/18, p. 49-65. 1973.

ROHR, J. A. O sítio arqueológico do Balneário das Cabeçadas.SBPC. *Ciência e Cultura* (Suplemento). São Paulo, v.25, n.6, p.384. 1973.

ROHR, J. A. O sítio arqueológico da Armação do Sul - Ilha de Santa Catarina,SBPC. *Ciência e Cultura* (Suplemento), v.26, n.7, p. 618. 1974.

ROHR, J. A. Pré-História de Laguna. *Santo Antônio dos Anjos da Laguna - Seus valores históricos e humanos*. Publicação Comemorativa da Passagem do seu Tricentenário de Fundação. Florianópolis. P.13-49. 1976.

ROHR, J. A. Escavações arqueológicas de salvamento em Santa Catarina. SBPC. *Ciência e Cultura* (Suplemento), v.28, n.7, p. 645. 1976.

ROHR, J. A. Terminologia Queratoseodontomalacológica. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.7-9, n.9-10, p.5-81. 1976-1977.

ROHR, J. A. O sítio arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10. *Impresa Oficial de Santa Catarina*. Florianópolis, Impresa Oficial de Santa Catarina, 102p. 1977.

ROHR, J. A. Escavações de salvamento no sítio da Praia das Laranjeiras. Balneário Camboriú. SC. *In: Jornada Brasileira de Arqueologia I*, 1, 1978, Rio de Janeiro. Mimeografado. Rio de Janeiro,1978.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos brasileiros e os problemas de sua preservação. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.154. p. 254-270. 1979.

ROHR, J. A. Pesquisas arqueológicas no Município de Urussanga. Anais do Museu de Antropologia. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.11-14, n.12-15, p. 48-59. 1979-1982.

ROHR, J. A. Descoberto novo tipo de esculturas antropomorfas e zoomorfas na região do Contestado. *In: Livro da Família*. Porto Alegre: [S.n.], p.190-192. 1983.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Vale do Rio D'Una. Escavações de salvamento no sambaqui da Balsinha I - Imbituba, SC. *Revista de Arqueologia do Instituto Paulista de Arqueologia*. São Paulo, v.2, n.2. 1983.

ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.14, p. 77-168. 1984.

ROHR, J. A. O sítio arqueológico da Praia de Laranjeiras - Balneário Camboriú. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.16, n.17, p. 05-76. 1984.

ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.16, n.17, p.77-168. 1984.

ROHR, J. A. Relação dos trabalhos publicados por Pe. João Alfredo. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.16, n.17, p. 169-174. 1984.

ROSA, A. O..Análise parcial dos vestígios faunísticos do sítio arqueológico SC-IÇ-01, Município de Içara, SC . In: KERN, A. A. (org.). *Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 1(1), Porto Alegre: EDIPUCRS Coleção Arqueologia. p.333-344, 1995.

ROSA, A. O. Arqueofauna de um sítio litorâneo do Estado de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.11, p. 9-14. 1998.

ROSA, A. O. Remanescentes de fana e flora. In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.55, p.31-64. 1999.

ROSSETO, S. Síntese histórica da região oeste. *Para uma História do oeste catarinense - 10 anos de CEOM*. Chapecó, UNOESC, p. 7-15. 1996.

RUTTSCHILLING, A. L. B.; SCHMITZ, P. I. O sambaqui da Praia das Laranjeiras, Balneário de Camboriú, litoral catarinense. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.17, n.20, p.191-203. 1990.

## S

Sanders, W. T.; MARINO, J. *Pré-história do Novo Mundo - Arqueologia do índio americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1971.

SANTOS, M. C. M. M. Levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.25, n.33, p.7-36. 2001.

SANTOS, S. C. dos. Sobre o patrimônio pré-histórico em Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.5, n.5, p. 117-119. 1972.

SANTOS, S. C. dos. *Índios e brancos no sul do Brasil*. [S.l.: s.n.], Edeme. 1973.

SANTOS, S. C. dos. *Os índios Xokleng*, Memória Visual. Editora da UFSC e Editora da Univali. 1997

SCHADEN, E.; WILLENS, E. On sambaquí skulls. *Revista do Museu Paulista*, nova série. São Paulo, v.5, p.141-182. 1951.

SCHEEL-YBERT, R. Vegetation stability in the southeastern Brazilian coastal area from 5500 to 1400 14C yr BP deduced from charcoal analysis. *Review of Paleobotany and Palynology*. [S.l.: s.n.], v.110, p.111-138. 2000.

SCHEEL-YBERT, R. Man and vegetation in the southeastern Brazil during the Upper Holocene. *Journal of Archaeological Science*. [S.l.: s.n.], prelo. 2001.

SCHEIBE, L. F. Meio físico. In: CALDARELLI, S. B. (Org.) *Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada da UHE Quebra-queixo, SC* - Relatório final. Florianópolis: Scientia Ambiental. 2002.

SCHEIBE, L. F. Características litológicas de instrumentos Kaingang no oeste de Santa Catarina. In: CALDARELLI, S. B. (Org.). *Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada da UHE Quebra-queixo, SC* - Relatório final. Florianópolis: Scientia Ambiental. 2002.

SCHIAVINI, A. L.; Rodrigues, R. A. Sambaquis e lençóis conchíferos naturais do litoral sul-catarinense: novos enfoques interpretativos. In: *Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8, 1996, Porto Alegre. Coleção Arqueologia, KERN, A. A. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 1(2): 221-248.

SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S.J.: o sítio da praia das Laranjeiras II. Uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.49, p. 9-181. 1993.

SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I. Cabeçudas: um sítio Itararé no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.53, p.125-181. 1996.

SCHMITZ, P. I.; GOMES, J. M. P. Os sepultamentos do sítio de Içara, S.C. *IX Congresso Nacional de Arqueologia*, Colonia, Uruguai. 1997.

SCHMITZ, P. I.; *et all.* Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande Sul. *Arqueologia do Rio Grande do Sul*. Documentos. São Leopoldo, v.2, 5p. 1988.

SCHMITZ, P. I.; DE MASI, M. A. N.; VERARDI, I.; LAVINA, R.; JACOBUS, A. L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S.J.: o sítio arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.48, p.11-215, 1992.

SCHMITZ, P. I.; BITENCOURT, A. L. V. O sítio pré-cerâmico de Laranjeiras I, SC. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.53, p.13-73. 1996.

SCHMITZ, P. I.; BITENCOURT, A. L. V. O sítio arqueológico do Pântano do Sul, SC. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.53, p.77-123. 1996.

SCHMITZ, P. I.; BITENCOURT, A. L. V. O sítio arqueológico do Pantano do Sul, SC. *In: Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8, 1996, Porto Alegre. Coleção Arqueologia, KERN, A. A. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 1(2): 311-324.

SCHMITZ, P. I.; BASILE BECKER, I. I. Uma indústria lítica de tipo alto-paranaense Itapiranga, SC. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.18, p.21-46. 1968.

SCHMITZ, P. I. Um paradeiro guaraní no Alto Uruguai. *Pesquisas*, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.1, p.122-142. 1957.

SCHMITZ, P. I. A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina e a cerâmica da Base Aérea. *Pesquisas*, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.3, p.267-324. 1959.

SCHMITZ, P. I. Grandes complexos de cerâmica indígena no sul do Brasil. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.18, p.127-140. 1968.

SCHMITZ, P. I. Industrias líticas en el sur de Brasil. *Estudos Leopoldinenses*. São Leopoldo, v.14, n.47, p. 103-129. 1978.

SCHMITZ, P. I. Temas de arqueologia brasileira (5): os cultivadores do planalto e do litoral. *Anuário de Divulgação Científica*. Goiânia, UCG, n.9. 1978/79/80.

SCHMITZ, P. I. Industrias líticas en el sur de Brasil. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.32, p.107-130. 1981.

SCHMITZ, P. I. La arqueologia del nordeste argentino y del sur de Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F. A. Menghin y de los arqueólogos posteriores. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.32, p. 207-243. 1981.

SCHMITZ, P. I. Caçadores e Coletores da Pré-História do Brasil. *Instituto de Pesquisas*. São Leopoldo, Instituto de Pesquisas, 120p. 1984 .

SCHMITZ, P. I. Estratégias usadas no estudo dos caçadores do sul do Brasil. Alguns comentários. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, v.40, p.75-97. 1985.

SCHMITZ, P. I. Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory*. [S.l.: s.n.], v.1, n.1, p.53-126. 1987.

SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul*. Documentos. São Leopoldo, v.2, 75p. 1988.

SCHMITZ, P. I. Área arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v.1, p. 3-20. 1991.

SCHMITZ, P. I. Acampamentos litorâneos em Içara, SC. Um exercício em padrão de assentamento. *Clio - Série de Arqueologia*, Recife, UFPE, v.11, p. 99-118. 1995-1996.

SCHMITZ, P. I. Visão de conjunto dos sítios de Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçadas. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.53, p.183-193. 1996.

SCHMITZ, P. I. Os sepultamentos do sítio de Içara, SC. *Simposio de Arqueología de las Tierras Bajas*. Montevideo, 1997.

SCHMITZ, P. I. Continuidade e mudança no litoral de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v.8, p.25-31. 1998.

SCHMITZ, P. I. A problemática do litoral. In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.55, p.11-12. 1999.

SCHMITZ, P. I. O sítio e as pesquisas realizadas. In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.55, p.19-30. 1999.

SCHMITZ, P. I. A indústria lítica. In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.55, p.125-132. 1999.

SCHMITZ, P. I. Um jazigo no litoral. In: Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.55, p.133-139. 1999.

SCHMITZ, P. I. Cerâmica taquara e itararé em conchheiros. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v. 23, n.29, p.177-179. 1999.

SCHMITZ, P. I. Primeiros passos na pesquisa da Tradição cerâmica Tupiguarani. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v. 23, n.29, p.213-214. 1999.

SCHMITZ, P. I. Nas pisadas do Padre João Alfredo Rohr, S.J. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis, 11ª Superintendência Regional do Iphan, p.11-14. 2002.

SCHOBINGER, J. Panorama esquemático de la prehistoria sudamericana. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.5, p. 39-49. 1977.

SERRANO, A. Subsídios para a arqueologia do Brasil Meridional. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Ano III, v.36, p.3-42. 1937.

SERRANO, A. La cultura lítica del sur brasileño. *Revista Geográfica Americana*. Buenos Aires, v. 9, p. 259-263. 1938.

SERRANO, A. Los sambaquís y otros ensayos de arqueología brasileña. *Anais do II Cong. Sul Rio Grandense de História e Geografia*. v.2. Porto Alegre, p.327-442, 1940.

SERRANO, A. The sambaqui of the Brazilian coast. *In: The Handbook of South American Indians*, Washington, Smithsonian Institution, v.1, p.401-407. 1946.

SERRANO, A. Los sambaquis y otros ensayos de arqueología brasileña. *Anais do II Congresso sul-riograndense de História e Geografia - Documentos 02* 75-130. São Leopoldo, Instituto de Pesquisas, 1948.

SERRANO, A. *El precerâmico en la Republica Argentina y países vacinos*. Córdoba, Inst. de Antropologia. 83p. 1968.

SERRANO, A. *Lineas fundamentales de la arqueologia del litoral* (Una tentativa de periodizacion). Córdoba: Inst. de Antropologia. 79p. 1972.

SHOBINGER, J. *Prehistoria de Sudamérica*. Madrid: Alianza Editorial, S. A. 1988.

SILVA, D. A. da. Uma experiência educativa com adultos. *Boletim do MASJ*. Joinville, MASJ, v.3, p. 24-27. 1991.

SILVA, F. A. As cerâmicas do Jê do sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para um etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.30, p. 57-73. 1999.

SILVA, O. P. O levantamento arqueológico de sítios de engenhos na parte sul da Ilha de Santa Catarina. *In: Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8, 1996, Porto Alegre. Coleção Arqueologia, KERN, A. A. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 1(2): 417-431.

SILVA, O. P. Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico do entorno da Lagoa do Peri. *Revista de Arqueologia do IPHAN*. Florianópolis, 11ª Superintendência Regional do Iphan, p.19-32. 2002.

SILVA, R. C. P. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei n.º 25/37 e a Lei n.º 3.924/61. *Rev. de Arqueologia*. [S.l.], Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.9, p.9-23. 1996.

SILVA, S. B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DE MASI, M. A. N.; JACOBUS, A. L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S. J. - O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.45, p.12-210. 1990.

SILVA, S. B. O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul. v.17, n.20, p. 219-257. 1990.

SILVA, O. P. HERBERTS, A. L.; ARNOLD, E.; CAMPOS, CAMPOS, F. I. V.; BARTOLOMUCCI, R. & CAMPOS, J. Levantamento do patrimônio histórico, cultural

e arqueológico na área de influência das obras de duplicação da rodovia BR-101-SC, trecho Plihoça/Passo de Torres. *Relatório de Pesquisa*. [S.l.]: FAPEU/UFSC. 1999.

SILVA, O. P. Documento apresentado ao IME como proposta para o programa de salvamento do patrimônio arqueológico da duplicação da BR-101. *Convênio DNER/IME*. 2001.

SIMOENS DA SILVA, A. C. *Pontos de contacto das cicilizações prehistóricas do Brasil e da Argentina com os países da costa do Pacífico*. Rio de Janeiro. 19p. 1919.

SIMÕES, M. F. Índices das fases arqueológicas brasileiras, 1950-1970. Publicações Avulsas. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.18, p.1-75. 1972.

SOARES, A. L. R. Os horticultores guaranis: modelos, problemáticas e perspectivas. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v.23, n.30, p.103-141. 1999.

STEINEN, K. VON DEN. Sambaqui - Untersuchungen in der Provinz Sta. Catarina. *Zeitschrift für Ethnologie*. Berlin, v.19, p.445-451. 1887.

STORTO, C.; EGGERS, S.; LAHR, M, M. Estudo preliminar das paleopatologias da população do Sambaqui Jaboticabeira II, Jaguaruna, SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Mae/Usp, v.9, p.61-71. 1999.

SUGUIO, K.; MARTIN, L.; BITTENCOURT, A. C. S. P.; DOMINGUEZ, J. M. L.; FLEXOR, J. M.; AZEVEDO, A. E. G. Flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário Superior ao longo do litoral brasileiro e suas implicações na sedimentação costeira. *Rev. Brasileira de Geociências*, [S.l.: s.n.], v.14?, p. 273-286. 1985.

SUGUIO, K. MARTIN, L. & FLEXOR, J. M. Paleoshorelines and the sambaquis of Brazil. In: STRIGHT, M. (Ed.). *Paleoshorelines and prehistory: an investigation of method*. Boca Raton: CRC Press. P. 83-99. 1992.

SUGUIO, K. Holocene relative sea-level changes and the shell-middens in Brazil. *Chishitsu News*. [S.l.: s.n.], n.435, p.10-13. 1990.

SUGUIO, K. Relationship between shell-middens and neolithic paleoshorelines with examples from Brazil and Japan. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v.3, p.55-65. 1993.

## T

TAMANINI, E. Significado marginal do sambaqui: educação e patrimônio. *Boletim do MASJ*. Joinville, MASJ, v.3, p.17-23. 1991.

TIBURTIUS, G.; LEPREVOST, A.; BIGARELLA, J. J. Sobre a ocorrência de bula timpânica de baleia e artefatos derivados nos sambaquís do Estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.4, p. 87-94. 1949.

TIBURTIUS, G.; LEPREVOST, A. Sobre a ocorrência de pedras corantes e esqueletos pintados, nos sambaquís dos Estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.7, p.149-155. 1952.

TIBURTIUS, G.; LEPREVOST, A. Nota sobre a ocorrência de machados de pedra nos Estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.8, p. 503-554. 1953.

TIBURTIUS, G.; LEPREVOST, A. Nota sobre a ocorrência de virotes, nos Estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.9, p. 87-98. 1954.

TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K.; BIGARELLA, J. J. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoára (Joinville, Estado de Santa Catarina). *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.5-6, p. 315-346. 1951.

TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K.; BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo dos sambaquís do litoral norte de Santa Catarina. II - Sambaquí do Rio Pinheiros (nº 8). *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, v.9, p. 141-197. 1954.

TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K. Nota sobre anzóis de osso da jazida paleoetnográfica de Itacoára, Santa Catarina. *Revista do Museu Paulista*, nova série. São Paulo, v.7, p.381-387. 1953.

TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. *Pesquisas*, série antropologia. Pôrto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.7, p.5-51. 1960.

TIBURTIUS, G. Schmuckgegenstände aus den muschelbergen von Paraná und Santa Catarina, Sübrasilien. *Pesquisas*, série antropologia. Pôrto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisa, v.6, p.5-61. 1960.

TIBURTIUS, G. Wildschweinhauer als werkgeräte aus den Muschelhaufen von Paraná und Santa Catarina, Sübrasilien. *Pesquisas*, série antropologia. Pôrto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisa, v.11, p.3-28. 1961.

TIBURTIUS, G. O sambaqui da Conquista (n. 9). *Boletim Paranaense de Geografia*. Curitiba, UFPR, v.18/20, p.71-126. 1966.

TIBURTIUS, G. A Coleção de Guilherme Tiburtius. *Arq. de Guilherme Tiburtius*. Joinville, PMJ/FCJ/MASJ, v.1, p.29-70. 1996.

TIBURTIUS, G. O sambaqui Morro do Ouro. *Arq. de Guilherme Tiburtius*. Joinville, PMJ/FCJ/MASJ, v.1, p.71-102. 1996.

TORRES, H. A. Contribuição para o estudo da proteção do material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [S.l.:s.n.], v.1, p. 9-30. 1937.

## U

UCHÔA, D. P.; NEVES, W. A. The frequency of expression of the Mylo-hyoid bridge in Brazilian prehistoric groups. *Fourth Symposium on the Morphological Science*. Ohio, Texas, 1979.

UCHÔA, D. P.; MELLO E ALVIM, M. C. DE. Morfologia e incidência do toro mandibular nos construtores de sambaquis da costa meridional do Brasil. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.435-454. 1984.

UCHÔA, D. P. Ocupação do litoral sul-sudeste brasileiro por grupos coletor-pescadores holocênicos. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v.6-7, p. 133-143. 1982.

UCHÔA, D. P. Coletores-pescadores do litoral meridional brasileiro. *Revista de Pré-História*. São Paulo, Instituto de Pré-História/USP, v.6, p.104-106. 1984.

UNGER, P.; IMHOF, A. Estudo de anomalias dentárias do homem do sambaqui de Rio Comprido. *Joinville Universitária*. [Joinville], v.1, p.25-30. 1972.

## V

VARNHAGEN, F. A. de. Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, v.12, segundo trimestre. 1849.

VERARDI, I. Pe. João Alfredo Rohr, S.J. *Pesquisas*, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.40, p. 17-31. 1985.

VIRCHOW, R. Ueber die muschelberge von Dona Francisca (Brasiiien). *Zeitschrift für Ethnologie*. [S. l.: s.n.], v.4, p.189-191. 1872.

**W**

WIENER, H. G. F. Estudos sôbre os sambaquis do sul do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v.1, p. 1-20. 1876.

WILLEMS, E. Brasil-Período indígena. *Programa de História da América*. México, Comisión de História, Instituto Panamericano de Geografía e História, 110p. 1953.

**Anexo I**

**Decreto-lei n° 25**

de 30 de novembro de 1937

**ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

**CAPÍTULO I****Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
- 2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
- 3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**CAPÍTULO II****Do Tombamento**

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e

- bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10º - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

### CAPÍTULO III

#### Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19 - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

#### CAPÍTULO IV

##### Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

## CAPÍTULO V

### Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinqüenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

**Lei nº 3.924**

de 26 de julho de 1961.

DISPÕE SOBRE OS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.

Parágrafo único - A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art. 161 da mesma Constituição.

Artigo 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Artigo 3º - São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

Artigo 4º - Toda pessoa, natural ou jurídica, que, na data da publicação desta Lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros), o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência.

Artigo 5º - Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

Artigo 6º - As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta Lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.

Artigo 7º - As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta Lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.

## CAPÍTULO II

### Das Escavações Arqueológicas realizadas por particulares

Artigo 8º - O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.

Artigo 9º - O pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.

Parágrafo único - Estando em condomínio a área em que se localiza a jazida, somente poderá requerer a permissão o administrador ou cabecel, eleito na forma do Código Civil.

Artigo 10º - A permissão terá por título uma portaria do Ministro da Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.

Artigo 11º - Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito.

Parágrafo 1º - As escavações devem ser necessariamente executadas sob orientação do permissionário, que responderá civil, penal e administrativamente pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros.

Parágrafo 2º - As escavações devem ser realizadas de acordo com as condições estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente.

Parágrafo 3º - O permissionário fica obrigado a informar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trimestralmente, sobre o andamento das escavações, salvo a ocorrência de fato excepcional, cuja notificação deverá ser feita imediatamente, para as providências cabíveis.

Artigo 12º - O Ministério da Educação e Cultura poderá cassar a permissão concedida, uma vez que:

- a) não sejam cumpridas as prescrições da presente Lei e do instrumento de concessão da licença;
- b) sejam suspensos os trabalhos de campo por prazo superior a doze (12) meses, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;
- c) no caso de não cumprimento do parágrafo 3º do artigo anterior.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos acima enumerados, o permissionário não terá direito a indenização alguma pela despesas que tiver efetuado.

### CAPÍTULO III

Das Escavações Arqueológicas realizadas por Instituições Científicas Especializadas da União, dos Estados e dos Municípios

Artigo 13º - A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da Arqueologia e da Pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvam construções domiciliares.

Parágrafo único - À falta de acordo amigável com o proprietário da área onde se situar a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos, nos termos do art. 36 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Artigo 14º - No caso de ocupação temporária do terreno, para realização de escavações nas jazidas declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local.

Parágrafo 1º - Terminados os estudos, o local deverá ser restabelecido, sempre que possível, na sua feição primitiva.

Parágrafo 2º - Em caso de as escavações produzirem a destruição de um relevo qualquer, essa obrigação só terá cabimento quando se comprovar que, desse aspecto particular do terreno, resultavam incontestáveis vantagens para o proprietário.

Artigo 15º - Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no art. 5º, alíneas K e L do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Artigo 16º - Nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios, mesmo no caso do art. 28 desta Lei, poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas.

Parágrafo único - Dessa comunicação deve constar, obrigatoriamente o local, o tipo ou a designação da jazida, o nome do especialista encarregado das escavações, os

indícios que determinaram a escolha do local e, posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Descobertas Fortuitas

Artigo 17º - A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.

Artigo 18º - A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

Parágrafo único - O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até o pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 19º - A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.

#### CAPÍTULO V

Da remessa, para o exterior, de objetos de interesse Arqueológico ou Pré-histórico, Histórico, Numismático ou Artístico.

Artigo 20º - Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico poderá ser transferido para o exterior, sem licença expressa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constante de uma "guia" de liberação na qual serão devidamente especificados os objetos a serem transferidos.

Artigo 21º - A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Parágrafo único - O objeto apreendido, razão deste artigo, será entregue à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

#### CAPÍTULO VI

##### Disposições Gerais

Artigo 22º - O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta Lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado.

Parágrafo único - De todas as jazidas será preservada, sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos.

Artigo 23° - O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas encaminhará Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional qualquer pedido de cientista estrangeiro, para realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas no país.

Artigo 24° - Nenhuma autorização de pesquisa ou de lavra para jazidas de calcário de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, poderá ser concedida sem audiência prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 25° - A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta Lei, dará lugar à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), sem prejuízo de sumária apreensão e conseqüente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existente no local.

Artigo 26° - Para melhor execução da presente Lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham entre seus objetivos específicos o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Artigo 27° - A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional manterá um Cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil, no qual serão registrados todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto nesta Lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via.

Artigo 28° - As atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura, para o cumprimento desta Lei, poderão ser delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo único - No caso deste artigo, o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas reverterá em benefício do serviço estadual, organizado para a preservação e estudo desses monumentos.

Artigo 29° - Aos infratores desta Lei serão aplicadas as sanções dos artigos 163 a 167 do Código Penal, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Artigo 30° - O poder Executivo baixará, no prazo de 120 dias, a partir da vigência desta Lei, a regulamentação que for julgada necessária à sua fiel execução.

Artigo 31° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961;  
140° da Independência e 73° da República.

Jânio Quadros  
Brigido Tinoco  
Oscar Pedroso Horta  
Clemente Mariani  
João Agripino

## RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986

Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto,

e Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente,

### RESOLVE:

Artigo 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - A saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - As atividades sociais e econômicas;

III - A biota;

IV - As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - A qualidade dos recursos ambientais.

Artigo 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;

II - Ferrovias;

III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;

IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18.11.66;

V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 kV;

VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;

VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);

IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;

X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;

XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10 MW;

XII - Complexo e unidades industriais e agro-industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos);

XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI;

XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;

XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;

XVI - Qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia;

XVII - Projetos Agropecuários que contemplam áreas acima de 1.000 ha. ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental."

*(Redação dada pela Resolução CONAMA nº 011, de 18.03.86)*

Artigo 3º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do IBAMA, o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal.

Artigo 4º Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza o porte e as peculiaridades de cada atividade.

Artigo 5º O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade ;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

Artigo 6º O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e

permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto Ambiental o órgão estadual competente; ou o IBAMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Artigo 7º O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

Artigo 8º Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 5 (cinco) cópias,

Artigo 9º O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo único. O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão.

As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as conseqüências ambientais de sua implementação.

Artigo 10 O órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município terá um prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

Parágrafo único - O prazo a que se refere o caput deste artigo terá o seu termo inicial na data do recebimento pelo estadual competente ou pela SEMA do estudo do impacto ambiental e seu respectivo RIMA.

Artigo 11 Respeitado o sigilo industrial, assim solicitando e demonstrando pelo interessado o RIMA será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou bibliotecas da SEMA e do estadual de controle ambiental correspondente, inclusive o período de análise técnica,

§ 1º Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação,

§ 2º Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA,

Artigo 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO PEIXOTO DA SILVEIRA

DOU de 17.02.1986

## **Constituição 1988**

de 05 de outubro de 1988

(artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro)

Promulgada por Assembléia Nacional Constituinte, sendo Presidente da República, José Sarney.

De uma maneira geral, a nova Constituição descentraliza o poder e devolve ao Legislativo a exclusividade de legislar, ao suprimir o mecanismo dos decretos-leis, embora mantenha a possibilidade do Presidente legislar mediante medidas excepcionais.

Muitas normas jurídicas da lei ordinária, que figuravam antes somente no Código Penal, Código Civil e Consolidação das Leis do Trabalho, passaram a constar, agora, da Constituição, que em seu conjunto, é bastante explícita.

No tocante à cultura e aos bens culturais, nunca antes um texto constitucional brasileiro lhes dedicou tanto espaço. Pela primeira vez surge a denominação patrimônio cultural e sua definição. Outra novidade é a distinção entre patrimônio cultural e natural, este último sob a denominação ambiental. O meio ambiente, aliás, passa a constar de capítulo específico.

A ação popular tem explicitado, no novo texto, seu papel na defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente.

Artigo 5º - Todos são iguais Perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIII -- qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da suculência;

Artigo 23º - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Artigo 24º - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Artigo 30° - Compete aos Municípios:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Artigo 170° - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente;

Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1°. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2°. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216° - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1°. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2°. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3°. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4°. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5°. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Os artigos 220 e 221, referentes à comunicação social, expressam princípios que interessam à questão cultural:

Artigo 220º - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Artigo 221º - A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas,
- II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

Artigo 225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**Decreto nº 3.551**

de 4 de agosto de 2000

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, CRIA O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no Artigo 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Artigo 2º - São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Artigo 3º - As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultrapassada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Artigo 4º - O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Artigo 5º - Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Artigo 6º - Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Artigo 7º - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Artigo 8º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort